



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
SOCIAL
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL
MESTRADO MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM
DESENVOLVIMENTO E
GESTÃO SOCIAL

ANA CLAUDIA CALDAS MENDONÇA SEMÊDO

QUANDO A FALTA DE DIÁLOGO SOCIAL CORRÓI O
TERRITÓRIO: REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE SÃO
CRISTÓVÃO EM SALVADOR DA BAHIA

ANA CLAUDIA CALDAS MENDONÇA SEMÊDO

**QUANDO A FALTA DE DIÁLOGO SOCIAL CORRÓI O
TERRITÓRIO: REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE SÃO
CRISTÓVÃO EM SALVADOR DA BAHIA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Bahia, Programa de Gestão e Desenvolvimento Social, Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissionalizante em Desenvolvimento e Gestão Social, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rosana Boullosa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Semêdo, Ana Cláudia Caldas Mendonça.

Quando a Falta de Diálogo Social Corrói o Território: Reflexões sobre Desenvolvimento Territorial a partir da Experiência de São Cristóvão em Salvador da Bahia / Ana Cláudia C. Mendonça Semêdo. – Salvador, 2011. 184 fls.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Rosana Baullosa.

Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, 2011.

1. Território. 2. Políticas Públicas. 3. Desenvolvimento Territorial. 4. Diálogo Social. 5. Concertação Social. - Salvador. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social. II. Baullosa, Rosana. III. Título.

Ficha Catalográfica elaborada por _____ Bibliotecário
do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade
Federal da Bahia de acordo com o _____.



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE ANA CLAUDIA CALDAS MENDONÇA SEMÊDO DO CURSO DE Mestrado MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

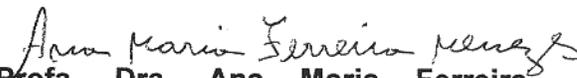
Aos vinte e nove do mês de setembro de dois mil e onze a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Centro Interdisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pela **Profa. Dra. Rosana de Freitas Boulosa** (CIAGS/UFBA), orientadora da aluna, pelos membros titulares **Prof. Dr. Ernani Coelho Neto** (EAUFBA), **Profa. Dra. Maria Elisabete Pereira dos Santos** (CIAGS/UFBA) e o **Profa. Dra. Ana Maria Ferreira Menezes** (UNEB) se reuniram para julgar o trabalho de dissertação intitulado: **“QUANDO A FALTA DE DIÁLOGO SOCIAL CORRÓI O TERRITÓRIO: reflexões sobre desenvolvimento territorial a partir da experiência de São Cristóvão em Salvador da Bahia”** de autoria de **Ana Claudia Caldas Mendonça Semêdo**. Após a apresentação da dissertação a mestranda foi submetida à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando à conclusão que este merece ser.....**APROVADO**..... Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientadora, pelos demais membros da comissão e pela mestranda.

Salvador, 29 de setembro de 2011.


Profa. Dra. Rosana de Freitas Boulosa
(CIAGS/UFBA - orientadora)


Prof. Dr. Ernani Coelho Neto
(EAUFBA)


Profa. Dra. Maria Elisabete Pereira dos Santos (CIAGS/UFBA)


Profa. Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)


Ana Claudia Caldas Mendonça Semêdo
(Mestranda)

ANA CLAUDIA CALDAS MENDONÇA SEMÊDO

**QUANDO A FALTA DE DIÁLOGO SOCIAL CORRÓI O
TERRITÓRIO: REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE SÃO
CRISTÓVÃO EM SALVADOR DA BAHIA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Bahia, Programa de Gestão e Desenvolvimento Social, Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissionalizante em Desenvolvimento e Gestão Social, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social e aprovada pela seguinte banca examinadora:

Rosana de Freitas Boullosa - Orientadora
Doutora em Políticas Públicas pela Università IUAV di Venezia, em Veneza, Itália
Universidade Federal da Bahia

Ernani Coelho Neto
Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

Maria Elisabete Pereira dos Santos
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas
Universidade Federal da Bahia

Ana Maria Ferreira Menezes
Doutora Administração Pública pela Universidade Federal da Bahia
Universidade do Estado da Bahia

Salvador, ____ de _____ de 2011.

Àqueles que fazem parte da minha existência, minha família, que caminhou junto comigo em cada passo dado para conclusão deste trabalho.

Especialmente, ao meu companheiro e aos meus pais, sem os quais não seria possível.

Essencialmente, às minhas filhas, Gabriella e Clara, molas propulsoras que me fazem perceber para onde direcionar a minha trajetória.

Ao Conselho dos Moradores de São Cristóvão por permitir a construção desta obra, participar do processo de construção, e pela sua força que impulsiona para continuidade da luta social.

AGRADECIMENTOS

A minha irmã, pelo incentivo e carinho, mesmo à distância, mas que não exauriu a chance de torcer pelo resultado deste trabalho.

Aos meus amigos da INFRAERO pelo apoio à esta produção.

A minha ex-estagiária, Jaqueline Almeida, pela colaboração e carinho desde o início.

A minha amiga Thaíse Viana, pelo apoio e incentivo na construção da carreira profissional.

A todos os participantes do Conselho dos Moradores de São Cristóvão que viabilizaram a consolidação desta proposta.

Ao meu amigo, Egídio, pela colaboração no processo de aproximação com o território de São Cristóvão.

Ao presidente e ex-presidente e diretor de meio ambiente do Conselho dos Moradores de São Cristóvão, pela contribuição, e permissão de participar do cotidiano do trabalho do grupo.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Àquela que foi o incentivo para esta criação, Rosana Boullosa, por fazer conhecer o desconhecido, por oportunizar, ensinar e permitir o encontro comigo mesma.

Ao meu companheiro, por estar ao meu lado no início, nas dificuldades, mesmo quando parecia ser impossível, até a realização da construção deste trabalho.

Aos meus pais, sempre amados e queridos pais, pela minha existência e por sempre fazer ser possível.

RESUMO

A presente dissertação-projeto discute e problematiza possibilidades de se reverter trajetórias a partir do estudo sobre o território de São Cristóvão, em Salvador da Bahia. Relaciona o desenvolvimento territorial a partir de um modelo *bottom-up* de políticas públicas, ou *policies*, que valoriza os movimentos sociais internos ao território como recursos principais, norteadores e como ativadores capazes de reverter trajetórias estagnadas para mudanças realísticas. Para tanto, o objetivo deste trabalho é propor estratégias metodológicas de diálogo social capazes de promover e facilitar efetivamente o diálogo entre os atores sociais do território de São Cristóvão com a finalidade de articular e intensificar as forças endógenas e adjacentes para o desenvolvimento. Parte-se de uma matriz analítica que segue três vertentes e direciona o cerne deste trabalho: a primeira explora os aspectos teóricos que se relacionam com este estudo de forma mais generalista, a segunda refina e reconstrói as categorias e as problematizações, e a terceira vincula as categorias teóricas à realidade do território de São Cristóvão, identificando e refletindo acerca dos atores sociais do Território, da respectiva qualidade da rede de políticas públicas e da repercussão disso para o desenvolvimento local. Para as principais categorias do campo teórico analisadas (território, políticas públicas e desenvolvimento territorial) foram utilizados autores como Saquet, Rogério Haesbaert, Raffestin, Santos, Marcelo Souza, Giuliani, Boullosa e Dallabrida. A metodologia foi pautada na pesquisa qualitativa, dada à complexidade do cenário territorial em estudo e a possibilidade que esse tipo de pesquisa propicia quanto à qualidade das informações. O objetivo da pesquisa teve dois macros eixos de coleta que foi a aproximação com o próprio território de São Cristóvão, a partir dos problemas sociais e demandas percebidas pelos moradores e pelos atores sociais, e o conhecimento da qualidade da rede multiatorial do território. A intervenção nessa realidade, através da experiência de campo, permitiu a construção do presente trabalho com três principais contribuições: a compreensão teórica das categorias ora referidas aplicáveis à São Cristóvão, a percepção acerca da relação entre a rede multiatorial do território de São Cristóvão e o seu desenvolvimento e a construção de um modo de compreender possíveis trajetórias de enfrentamento da inércia territorial. A reflexão de tais trajetórias assumiu um viés mais propositivo e resultou na compreensão de que a construção do papel do ator social de São Cristóvão e de um respectivo processo concertativo, a efetivação do capital social local, o fortalecimento das arenas de *policy network* e o atinente empoderamento do associacionismo são elementos que podem solidificar e possibilitar a existência de uma rede estruturada para constituir um desenvolvimento mais efetivo do território em estudo.

Palavras Chaves: território; territorialidades; políticas públicas; *policy network*; desenvolvimento territorial; concertação social.

ABSTRACT

This thesis-project discusses and discusses possibilities of reversing trajectories from the study on the territory of St. Kitts, in Salvador da Bahia. Related to territorial development from a bottom-up model of public policy, or policies, which values social movements internal to the territory as core features, such as guiding and activators able to reverse stagnant trajectories for realistic changes. Therefore, the aim of this paper is to propose methodological strategies for social dialogue can effectively promote and facilitate dialogue among social actors in the territory of St. Kitts in order to coordinate and intensify the endogenous forces and adjacent development. It starts with an analytical matrix that follows three strands and directs the focus of this work: the first explores the theoretical aspects that relate to this more general study of the second reconstructs and refines the categories and problematization, and the third links the theoretical categories to the reality of the territory of St. Kitts, identifying and reflecting on the Territory of social actors, their quality network of public policy and the repercussions of this for local development. For the main categories of theoretical analysis (planning, public policy and territorial development) were used as Saquet authors, Roger Haesbaert, Raffestin, Santos, Marcelo Souza, Giuliani, and Boullosa Dallabrida. The methodology was based on qualitative research, given the complexity of the regional scenario study and the possibility that this type of research provides information about the quality. The aim of the research had two axes macros collection that was closer to the actual territory of St. Kitts, from social problems and demands perceived by residents and by social actors, and knowledge of network quality multiatorial territory. The intervention in this reality, through field experience, allowed the construction of the present work with three main contributions: a theoretical understanding of the categories referred to herein applicable to Saint Christopher, the perception of the relationship between the network multiatorial the territory of Saint Christopher and his development and construction of a possible way of understanding coping trajectories of territorial inertia. The reflection of these trajectories took a more purposeful bias and resulted in the realization that the construction of the role of social actor of Saint Kitts and concertativo a related process, the effectiveness of local social capital, strengthening the network of policy arenas and regards empowerment the associations are elements that can solidify and make possible the existence of a structured network to form a more effective development of the area under study.

Keywords: territory; territoriality; policies; network policy; territorial development; social dialogue.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1: Matriz analítica de primeiro nível: do referencial teórico a problematizações sobre territórios de alta vulnerabilidade	53-55
Quadro 2: Matriz analítica de segundo nível: refinando as problematizações sobre territórios de alta vulnerabilidade	56
Quadro 3: Matriz analítica de terceiro nível: das problematizações sobre territórios de alta vulnerabilidade ao território de São Cristóvão	58
Figura 4: Movimentação de Passageiros do Aeroporto Internacional de Salvador	61
Figura 5: Rede de Atores Sociais de São Cristóvão	72
Figura 6: Incidência de Problemas de Infraestrutura de São Cristóvão divulgados em jornais de 1969-2010	95
Figura 7: Incidência de Reportagens de Casos de Violência em São Cristóvão divulgados nos jornais de 1969-2010.	96
Figura 8: Incidência de Reportagens sobre o Tráfico de Drogas em São Cristóvão publicadas de 1969-2010.	98
Figura 9: Incidência de Reportagens sobre Manifestações Públicas do Atores Sociais de São Cristóvão de 1969-2010.	99
Figura 10: Incidência de Reportagens sobre Instrumentos de Políticas Públicas do Território de São Cristóvão de 1969-2010	100
Figura 11: Incidência de Reportagens sobre Eventos Simbólicos do Território de São Cristóvão do ano de 1969-2010.	101
Figura 12: Índice de Entrevistados por Tempo de Moradia no Território de São Cristóvão	104

Figura 13: Incidência de Influência Histórica de Ator Social no Território de São Cristóvão.	105
Figura 14: Incidência da Participação dos Moradores de São Cristóvão por Associação.	106
Figura 15: Incidência de Ações Conjuntas Realizadas pelos Atores sociais no Território de São Cristóvão.	107
Figura 16: Mapa Mental de Morador Entrevistado	108
Figura 17: Mapa Mental de Morador Entrevistado	109
Figura 18: Mapa Mental de Morador Entrevistado	109
Figura 19: Incidência de Cooperação Mútua entre os Atores Sociais de São Cristóvão.	110
Figura 20: Incidência de Atores Sociais com Influência Atual no Território de São Cristóvão	111
Quadro 21: Atores Sociais do Território de São Cristóvão.	112-114
Figura 22: Quanto à Relação de Parceria pela Percepção dos Atores sociais de São Cristóvão	115
Quadro 23: Conteúdos Discutidos pelos Atores Sociais de São Cristóvão em Reuniões nas Datas 14/01/2011 e 21/02/2011.	117-119
Figura 24: Rede de Atores Sociais de São Cristóvão após Análise de Pesquisa	122
Quadro 25: Dimensões de Análise Construídas a partir das Categorias de Análises Aplicadas	133
Quadro 26: Caminhos Iniciais Possíveis para a Ativação de Associações	156-157

LISTA DE ABREVIATURAS

CIAGS – Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social

UFBA - Universidade Federal da Bahia

PP – Políticas Públicas

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1.CONSTRUINDO UMA MATRIZ DE ANÁLISE.....	22
1.1.COMPREENDENDO A COMPLEXIDADE DO CONCEITO DE TERRITÓRIO.....	23
1.2 DISCUTINDO A NOÇÃO DE MULTITERRITORIALIDADES.....	32
1.3. TRAZENDO O TERRITÓRIO PARA O ÂMBITO DA TEORIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO.....	35
1.3.1. Arenas de desenvolvimento territorial.....	42
1.4. CONSTRUINDO UMA MATRIZ DE ANÁLISE.....	51
2. PROBLEMATIZANDO O TERRITÓRIO DE SÃO CRISTÓVÃO.....	57
2.1. UMA BREVE HISTÓRIA DE SÃO CRISTÓVÃO.....	60
2.2. COMPREENDENDO SÃO CRISTÓVÃO COMO UMA ARENA TERRITORIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	64
2.2.1. Conhecendo os Atores Sociais do Território.....	65
2.3. PROBLEMATIZANDO SÃO CRISTÓVÃO A PARTIR DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE APLICADAS.....	73
2.3.1. Problematização/Categoria de Análise Aplicada 1: quais são os atores (e seus instrumentos) que constroem a história pública do território de São Cristóvão?.....	74
2.3.2. Problematização/Categoria de Análise Aplicada 2: como os atores sociais de São Cristóvão se articulam em trajetórias de desenvolvimento?.....	75
2.3.3. Problematização/Categoria de Análise Aplicada 3: como se estabelece a relação diretamente proporcional entre desenvolvimento territorial de São Cristóvão e seus movimentos público-políticos de base provenientes das forças populares?.....	76
3. METODOLOGIA.....	78
3.1. A ABORDAGEM DA PESQUISA.....	79
3.2. OS OBJETIVOS DA PESQUISA E A HIPÓTESE DE TRABALHO.....	80
3.3 A POSIÇÃO DA PESQUISADORA E OS VALORES DO TRABALHO.....	81
3.4. OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	83
3.4. 1. Análise Bibliográfica.....	85
3.4.2 Análise Documental.....	86
3.4.3. Levantamento de Dados acerca do Território de São Cristóvão por Amostragem a partir das Reportagens Encontradas do Ano de 1969 a 2010.....	86
3.4.4. Entrevista Semiestruturada.....	87
3.4.5. Entrevista em Profundidade.....	88
3.4.6. Observação Participante.....	89
3.4.7. Oficina com dinâmica de grupo.....	90
3.4.8. Elaboração de Mapas Mentais.....	91
3.4.9. Análise de conteúdo.....	91
3.5. Limites da Pesquisa e Principais Desafios.....	93
4. INTERPRETANDO A TENSÃO COMO A FALTA DE DIÁLOGO NO TERRITÓRIO DE SÃO CRISTÓVÃO.....	95

4.1. AS TRAJETÓRIAS DO TERRITÓRIO DE SÃO CRISTÓVÃO.....	95
4.2. A REDE MULTIATORIAL DE SÃO CRISTÓVÃO.....	105
4.2.1. Sob a Percepção dos Moradores Entrevistados.....	106
4.2.2. Sob a Percepção dos Próprios Atores Sociais.....	114
4.3. A ORGANIZAÇÃO SÓCIOPOLÍTICA DOS ATORES SOCIAIS DO TERRITÓRIO.....	118
4.4. SÍNTESE ANALÍTICA.....	125
5. ASSUMINDO UM VIÉS PROPOSITIVO: DO TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE AO TERRITÓRIO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	127
5.1. O DIÁLOGO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DO TERRITÓRIO.....	128
5.2. UMA PROPOSTA METODOLÓGICA DE ATIVAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	134
5.2.1. A Construção do Papel do Ator Social.....	135
5.2.2. A Construção de um Processo Concertativo.....	140
5.2.3. A Efetivação do Capital Social do Território.....	145
5.2.4. O Fortalecimento das Arenas de <i>Policy Network</i>	147
5.2.5. A Premissa do Desenho: o associacionismo como veículo para <i>policies</i>	151
5.2.5.1. Caminhos para Reconhecer uma Associação Forte/Legitimada.....	156
6. CONCLUSÃO.....	161
REFERÊNCIAS.....	168
ANEXOS	174-189

INTRODUÇÃO

A dimensão dialógica parece ser cada vez mais importante na determinação das trajetórias de desenvolvimento territorial. Territórios com carência de arenas capazes de articular tantos seus atores quanto suas iniciativas, possuem capacidade limitada para reverter quadros de aumento da vulnerabilidade social, como explica, por exemplo, Saquet (2007) e Haesbaert (2011). Se os investimentos já não são suficientes, desarticulados estes mesmos investimentos se revelam ainda menos representativos. Grande parte desta desarticulação reflete, em diversos graus, a própria dinâmica de planejamento das principais cidades do País. Salvador, capital do Estado da Bahia, não foge à regra, com seu planejamento elitário e esquecimento voluntário das áreas mais necessitadas, convencionalmente, vem demonstrando a necessidade da presença do Estado.

No atual contexto soteropolitano de segregação, sem fugir da imagem construída pela mídia, um território se destaca pelas constantes aparições nos noticiários locais quanto aos seus índices de violência, tráfico de drogas, baixa qualidade de vida, entre outras expressões da questão social. Trata-se de São Cristóvão, um dos bairros mais populosos e afastados do centro da cidade, entretanto, localizado nas proximidades do aeroporto, de ocupação mais recente.

O surgimento do território de São Cristóvão, em Salvador - Bahia, ocorreu no início da década de 40, impulsionado pela construção da velha pista do Aeroporto de Salvador e pelas forças armadas norte-americanas, durante a Segunda Guerra Mundial, no Governo de Otávio Mangabeira. A princípio, a ocupação foi feita por trabalhadores da obra que buscavam abrigo perto do local de trabalho (a área se localiza a três quilômetros do Aeroporto), mas logo foi ampliada para a população que vivia na fronteira norte de Salvador, também carente de uma alternativa adequada para sua moradia.

Com este crescimento, São Cristóvão desenvolveu-se de modo intuitivo, irregular e informal, sem planejamento, resultando em uma urbanização problemática, caracterizada pela ausência de saneamento básico, causadora de enchentes e alagamentos, formação de grupos de liderança de tráfico por jovens, expressiva violência. Tudo isto ainda reforçado por uma carência de atuação efetiva do Estado, evidenciada pela escassa rede pública de atendimento.

Com o tempo, porém, São Cristóvão começou a assistir a formação de diferentes associações e redes que buscavam minimizar ou tratar os tantos problemas que o território

apresentava. Diferentes organizações foram surgindo ao longo da história recente do bairro, voltadas a resolver problemas que elas mesmas consideravam de pública relevância. O Estado também começou a “entrar” no território quase abandonado de São Cristóvão, promovendo algumas melhorias de urbanização ou realizando esforços pontuais.

Hoje, não obstante uma maior presença do Estado, ainda que tímida, as poucas unidades públicas de atendimento à população são as escolas públicas estaduais e municipais – algumas delas se destacam porque estão extremamente engajadas com a realidade comunitária -, um posto de saúde, e dois Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), bem como outras organizações tanto governamentais como não governamentais de diversas naturezas jurídicas como empresa pública, pequenas empresas privadas, macroempresas privadas, unidades de serviços de segurança e atendimento social, entidades de cunho religioso, de várias congregações, e pequenas empresas locais de gêneros alimentícios.

São Cristóvão foi se vendo aos poucos como palco de diferentes manifestações desses atores sociais que buscavam de alguma forma melhorar a qualidade de vida da sua população, caracterizada pela alta vulnerabilidade social. Todavia, estas iniciativas sempre apareceram de modo isolado, pontual.

As más notícias que rondam o território de São Cristóvão, cuja noção de pertencimento supera a dos limites geográficos e administrativos, contrastam, sobremaneira, com o bom índice de associacionismo existente no local. O Território é constituído por uma diversidade de atores sociais, - que aqui não se quer quantificar para não incorrer no erro de excluir outros atores que não participaram do presente trabalho no que concerne à pesquisa em campo. As iniciativas destes atores, porém, decaem sobre o território de forma quase sempre isolada, mesmo em situações onde há uma sobreposição física do território de tais ações. Mesmo sendo ações de mobilização de recursos que poderiam ser complementares, há muito pouco diálogo entre as mesmas.

Tais atores estão identificados como empresas federais e shoppings sem ações de investimento social no Território, microempresas, feirantes, associações tanto religiosas como não religiosas, representantes de escolas, entidade assistencial municipal com programas desativados, ONG's, empresas de transportes, entre outros. Além disso, o investimento social público é uma forma de contribuição à comunidade que gera uma alternativa de intervenção singular, mas não se aproxima do número de demandas apresentadas pelo território. Esta razão reforça a ausência do diálogo social entre as organizações e o Território, ocasiona impotência no trato dos problemas sociais, e proporciona uma limitação de recursos para o

atendimento das múltiplas facetas sociais que atingem a comunidade.

Esses tantos atores sociais, porém, mantêm uma forma muito particular de se articularem, o que transparece uma imagem de ocasionalidade e descontinuidade, tanto quanto discutem diretrizes não sólidas de desenvolvimento territorial. Apesar de possuírem um conhecimento e propriedade das demandas sociais locais, não se percebe trajetórias claras de desenvolvimento para o Território como resultado de acordos multiatoriais. Assim, a desarticulação entre os atores e suas iniciativas tem colaborado para que o território de São Cristóvão não consiga tratar os seus problemas. As poucas experiências isoladas de implementação de projetos para a comunidade oriundos de entidades públicas e privadas não possuíram uma visão realística do Território, considerando as percepções imediatistas e ofuscadas pelos interesses intrínsecos das próprias entidades.

O problema de desarticulação não é, obviamente, exclusivo de São Cristóvão, mas naquele contexto aparece cercado de peculiaridades, sobretudo pela diversidade de iniciativas presentes na comunidade. Dentre as oportunidades que poderiam ser melhor aproveitadas, certamente podemos encontrar uma consistente possibilidade de reconstrução, ou pelo menos, compreensão histórica da sua realidade, que levaria a identificação e discussão das causas desta falta de diálogo.

Dessa forma, assumindo a perspectiva do diálogo social como potente indutor de desenvolvimento territorial, esta dissertação problematiza a relação de desarticulação multiatorial e a corrosão do desenvolvimento no território de São Cristóvão. Tal premissa se apoia em uma compreensão de políticas públicas multicêntricas e não estadocêntricas. Em outras palavras, políticas públicas não é o resultado das ações do governo, mas, sim das ações de governo (BOULLOSA, 2010), de todos os atores sociais que buscam agir no tratamento de problemas considerado de pública relevância para aquele território.

Essa compreensão de políticas públicas como o êxito de um processo multiatorial, que se desenvolve no território, e que é a “síntese não planejada do conjunto de ações voltadas para tratar os problemas considerados de pública relevância em um território” (BOULLOSA, 2006), permite compreender São Cristóvão, com todos os seus problemas e potencialidades, como o resultado de um processo histórico de uma multiplicidade de ações individuais e coletivas. Dentro desta perspectiva, emerge o conceito de rede de políticas públicas como norteador na discussão pretendida por este trabalho. Rede de políticas públicas, ou *policy network*, explora uma perspectiva interacionista na produção e conservação de bens públicos, resultado sempre de um processo multiatorial, subsidiando a leitura do território de São

Cristóvão por meio da investigação dos atores, papéis e interação daquela realidade.

Assim, a partir desta perspectiva de políticas públicas como resultado das ações multitoriais, a análise do território de São Cristóvão passa a assumir um viés propositivo, alinhado às perspectivas de um mestrado profissional, buscando discutir e propor estratégias de diálogo social que poderiam ajudar a articular e potencializar os esforços dos atores sociais e privados, coautores das ações de governo daquele território, no próprio fluxo ou processo de desenvolvimento local.

A problematização proposta foi desenvolvida e apresentada a partir de quatro grandes categorias de análise: políticas públicas (Boullosa, e Sechi), o binômio território e territorialidades (Saquet, Santos e Haesbaert, Dematteis, Raffestin), desenvolvimento territorial (Saquet, Santos, Dallabrida) e diálogo social, esta última sob a forma da concertação social.

A literatura tratada evidencia a opção desta mestrandia por compreender as relações entre os atores sociais no contexto das políticas públicas como principal unidade analítica para compreender o território de São Cristóvão. Nesta perspectiva, não se tratou somente das relações endógenas que se fazem constantes, mas foi elementar compreender as relações estabelecidas além das fronteiras territoriais, entre as dimensões endógenas e exógenas, entre os atores que, por uma multiplicidade de fatores, buscaram fincar ações e histórias com o território de São Cristóvão.

De outro modo, no que concerne aos significados abordados de políticas públicas, ou simplesmente, de *policies*, tentou-se analisar e relacionar este conceito aos movimentos próprios do território de São Cristóvão que evidenciavam articulações, ainda que desarranjadas, para almejar melhorias locais a partir da rede multitorial. Foi uma forma de considerar as forças internas do território, ou daqueles atores sociais que se relacionavam de alguma forma com aquela realidade, para se analisar o tipo de rede constituída na arena política territorial.

Devido à tensão e a possível desarticulação estabelecida no Território, partiu-se do diálogo social como uma dimensão de análise para se construir um viés propositivo que relaciona possibilidades de reverter trajetórias isoladas de desenvolvimento, ou de tentativas de desenvolvimento a partir da interatividade entre os atores sociais. O diálogo social é parte integrante e intrínseca a quaisquer construções que proporcionem algum desenvolvimento. Isto porque, para maturar é preciso dialogar e interagir. Entretanto, este conceito ainda precisa de uma análise mais exploratória, posto que grande parte dos estudos a ele relacionados

acaba, muitas vezes, interpretando-o como modos necessários de interação entre governo, sociedade e mercado para definir políticas e ações para o mercado de trabalho.

O diálogo social foi abordado neste trabalho como uma forma de *interAÇÃO* constante entre os atores presentes no território, a partir da discussão e pactuação da natureza e fronteiras do desenvolvimento pretendido por aquele Território. Nesta perspectiva, formatos como concertação social, pactos sócioterritoriais ou mesmo planos de bairros podem ser todos vistos como metodologia de diálogo social em territórios.

Assim, esta dissertação se estrutura em cinco partes, com o objetivo de ampliar a discussão sobre as relações entre a falta de diálogo social, a constituição das redes de atores sociais em territórios e trajetórias de desenvolvimento, tomando como laboratório de análise o caso do território de São Cristóvão.

Na primeira parte construiu-se uma matriz de análise a partir dos significados dos territórios, inicialmente nas literaturas européias, - até pela antecipação do debate acerca do assunto -, e, posteriormente, buscou-se a base das discussões de autores brasileiros como está supramencionado, como uma forma de delinear e enraizar as capilaridades da realidade local.

Para tanto, esse capítulo foi dividido em quatro partes que abordaram a evolução do estudo sobre os territórios, as implicações das discussões impressas acerca da multiterritorialidade para estreitar uma compreensão especial sobre o território de São Cristóvão, a concepção abordada de políticas públicas, desenvolvendo um subitem para analisar as arenas desenvolvimento territorial, apresentando, em seguida, a matriz de análise conceitual deste trabalho.

O segundo capítulo apresentou e discutiu o caso de São Cristóvão a partir da própria história local, dividindo-o em três subcapítulos: o primeiro fez uma breve história do território de São Cristóvão, o segundo analisou o Território enquanto arena de políticas públicas, e o terceiro apresentou a matriz de análise aplicada deste trabalho, através de quatro questões norteadoras que orientaram o desenvolvimento do trabalho no que tange ao processo de pesquisa e às dimensões de análise que se aproximavam do cenário social de São Cristóvão: quais os atores (e seus instrumentos) que constroem a história pública do território de São Cristóvão; como os atores se articulam em trajetórias de desenvolvimento territorial em São Cristóvão; em que medida as arenas de políticas públicas constituidoras de um território podem ser vistas como expressão do desenvolvimento territorial de São Cristóvão; como se estabelece a relação diretamente proporcional entre desenvolvimento territorial e políticas públicas em São Cristóvão?

O terceiro capítulo tratou da metodologia de pesquisa que teve o objetivo de se apropriar dos problemas sociais do Território para compreender àquela realidade, a partir dos movimentos sociais de base territorial, e conhecer a rede e relações sociais estabelecidas entre os atores sociais ali presentes.

Diante de tais propósitos, desenvolveu-se uma pesquisa do tipo qualitativa, através dos instrumentos de entrevistas semiestruturadas com os moradores, de entrevista em profundidade com os atores sociais, da técnica da observação participante em arena política dos atores sociais, da elaboração de mapas mentais e da oficina com dinâmica de grupo com os líderes das associações locais. Após esses instrumentos, o capítulo ainda abordou a análise de conteúdo, baseada no método de Bardin, e os limites existentes no processo de pesquisa.

Como recurso complementar de pesquisa, realizou-se um levantamento acerca das notícias periódicas do ano de 1969 a 2010 sobre os movimentos ocorridos no território de São Cristóvão. Na oportunidade de coleta de tais dados, já se detinha a pesquisa bibliográfica para a análise dos conceitos de base deste trabalho, já referidos em parágrafos anteriores, bem como a pesquisa documental que completava com os documentos relativos aos processos e articulações desenvolvidas pelos atores sociais, principalmente, pelo Conselho de Moradores.

Frente a esse arsenal de informações, iniciou-se a análise dos dados no capítulo quatro, dividido em quatro vertentes:

- ° na reinterpretação da realidade do território de São Cristóvão a partir dos dados observados no decorrer de sua história pertinente à forma pela qual foi constituído e arranjado, compreendendo os fenômenos sociais que repercutiram naquele cenário, sob o título de “Trajetórias de Desenvolvimento de São Cristóvão”;

- ° na rede multiatorial de São Cristóvão sob a percepção dos moradores e dos atores sociais;

- ° na organização sócio-política dos atores sociais de São Cristóvão;

- ° na síntese analítica dos dados coletados.

Partindo dessa estrutura, buscou-se articular, no capítulo cinco, os resultados acerca da realidade territorial de São Cristóvão com as estratégias relativas ao processo de diálogo social, relacionando-o com a matriz analítica de terceiro nível estudada e proposta por este trabalho. Prosseguiu-se, então com a construção de uma proposta de ativação do território constituída a partir de cinco dimensões:

- ° o papel do ator social;

- ° o processo concertação social;

- ° a efetivação do capital social do Território;
- ° o fortalecimento das arenas de *policy network*;
- ° a premissa do desenho: o associacionismo como um veículo de *policies*, analisando-se possíveis caminhos para a ativação de associações fortes.

Por fim, são expostas as conclusões assim como algumas sugestões para se desenvolver mais diretrizes de pesquisa, as quais apontam para a necessidade de um esforço metodológico propositivo para o fomento de novas experiências de diálogo social que, a partir do conceito de políticas públicas adotado, potencialize o desenvolvimento territorial.

1. CONSTRUINDO A MATRIZ DE ANÁLISE DESTE TRABALHO

Este primeiro capítulo abordará a matriz de análise deste trabalho que se inicia por reflexões exploratórias acerca do território, dada à complexidade e pluralidade de concepções que envolvem o termo e a variedade de autores que se apropriam de diferentes significados relativos, o que incide na necessidade quase de, referindo-se metaforicamente, dissecá-lo, a partir das teorias que são funcionais e interessantes para este estudo. Por este motivo, aproximou-se da história e de como se deu a sua construção até os estudos mais contemporâneos, como a teoria das multiterritorialidades, e que são principais para a identificação da matriz de análise deste trabalho.

Evoluindo para as concepções teóricas que se apresentaram como primárias para a compreensão da dinâmica de São Cristóvão, relacionou-se à concepção de território, identificada como mais apropriada a este objeto de estudo, à compreensão de políticas públicas de desenvolvimento por meio de uma forma mais particular de conceituá-la que difere da abordagem que considera políticas públicas como uma produção uniatórial ou singular. Isto se deve pela abordagem de políticas públicas que vai além de uma atuação única do Estado, sem isentá-lo de sua responsabilidade principal de gerir recursos e também de construção desse processo. Com este entendimento, buscou-se destacar as propriedades que essa abordagem pode permitir à maior exploração acerca da formação de redes de políticas públicas através da multiatorialidade presente nos territórios. É a partir deste foco que se teceu a relação entre territórios e políticas públicas, incluindo os aspectos adjacentes a eles relacionados.

Considerou-se que essa construção de políticas públicas, que se dá a partir das forças provenientes dos movimentos locais, é constituída em arenas capazes de proporcionar trajetórias de desenvolvimento pela capacidade de priorizar a dinâmica própria do território. Por isso, dedicou-se um subitem deste capítulo ao estudo das arenas de desenvolvimento territorial, que é aonde se estabelecem as interações entre os atores sociais locais.

Dessa forma, propõe-se uma matriz de análise do trabalho que, inicialmente, articula as categorias de território, políticas públicas e arenas de desenvolvimento como um tripé essencial da onde se partiu para buscar aportes teóricos que se aproximam do objeto de estudo deste trabalho.

1.1. Compreendendo a Complexidade do Conceito de Território

O conceito de território tem uma trajetória histórica que, com base na obra de Saquet (2007), é reconhecida desde o século XV, com a concepção de divisão política-regional, vinculada à idéia de soberania das cidades-estados europeias cujo significado já destacava noções de poder no espaço em prol de objetivos políticos. Para Machiavelli (apud SAQUET, 2007), o próprio processo de dominação e exploração era uma expressão do poder que já acompanhava o conceito de território enquanto um significado de ocupação através da qual se exercia a soberania e, conseqüentemente, a alta administração dos lugares.

Ao longo do século XVII e XVIII, os territórios ganham uma importância no movimento histórico mercantilista, tempo em que seus sinônimos são descoberta, investimento, e riqueza para a nobreza. Em busca das concepções alcançadas pelo termo na história, o território ganha outros contextos no mundo geográfico e em outras ciências, para além do reforço do seu entendimento vinculado ao colonialismo.

Historicamente, o conceito de território serviu de utilidade primordial para as políticas continentais do tempo das Guerras Mundiais e negociações estratégicas de líderes políticos, e já a partir deste viés, possui forte identificação com as ciências geográficas, desde a sua concepção física à humana. Ao analisar o próprio termo sob uma perspectiva etimológica (Geo=terra e grafia=letra ou tratado, ou seja, estudo da terra), observa-se que Geografia e território possuem pontos de convergência e vínculos sejam quais forem as abordagens nas quais eles forem considerados. Entretanto, o termo território se insere em um amplo campo teórico que parte da geografia para economia, para a própria política, para sociologia, para antropologia, sendo abordado numa multiplicidade de concepções.

Isto demonstra a necessidade de cautela no estudo do tema, pois essa multiplicidade de perspectivas requer criteriosa análise das vertentes que são consideradas como fundamentais para esta proposta de trabalho. Entretanto, um estudo sucinto sobre a concepção basilar do termo segundo os grandes teóricos da Geografia não foge a presente análise.

Por isso, necessário se faz compreender o território considerando os primórdios de seu surgimento, dada a amplitude de significados apropriados pelo termo. Todavia, sua proximidade com a Geografia revela dados essenciais que se estenderam desde tempos passados à contemporaneidade. Apesar do tempo que a Geografia levou para reconhecer outras propriedades imateriais dos territórios, esta ciência está estruturalmente relacionada à

sua respectiva definição.

O termo território discutido em tempos atuais está fincado em elementos conceituais que consideram a história, a dialética, as relações sociais em constante mudança, a interação, a cultura e os fenômenos sociais presentes na sociedade da informação. Por isso, a Geografia necessária para o entendimento dos significados que sustentam essas categorias, não se refere às escolas clássicas de vertentes deterministas. Isto porque a Geografia Clássica naturalista (1901-1946) está pautada nos estudos desenvolvidos pela Escola Alemã, Escola Francesa, na Geografia Teorético-Quantitativa, enfim está consolidada sobre perspectivas que sobrepõem a natureza ao homem em que este é influenciado pelo meio, aqui posto como natural.

Ainda que Immanuel Kant (ANDRADE, 1987, p. 47) tenha dividido a Geografia em cinco campos – Geografia Matemática, Teleológica, Geografia Mercantil, Geografia Moral e Geografia Política – e que a preocupação com o estudo das perspectivas humanas já houvesse atingido a Ciência Geográfica, os fenômenos naturais ainda eram sobrepostos ao entendimento concernente à imaterialidade dos territórios.

Tais escolas se revelaram trajetórias iniciais para a aproximação dos territórios a uma dimensão físico-geográfica de seu conceito. Filões teóricos desenvolvidos por grandes autores como Friedrich Ratzel, Vidal de La Blache, Karl Ritter, Alexandre Von Humboldt e Immanuel Kant foram nomes clássicos que fundamentaram as discussões conceituais históricas da Ciência Geográfica cujos estudos perpassaram e contribuíram para as diversas visões sobre a relação entre o espaço e o homem.

Após a Segunda Guerra Mundial, Ritter, Humboldt e Ratzel revelaram grandes precursores da Geografia Moderna. Inseridos no século XIX, no avanço da Escola Alemã, desenvolveram estudos sobre o espaço a partir dos aspectos da natureza e a respectiva influência sobre os povos e humanidade. Tratava-se de um tempo secular em que as propriedades naturais possuíam caminhos mais demarcados para observações e análises. Talvez este seja o motivo do interesse de Ratzel pela perspectiva física, mesmo sendo um estudioso do espaço vital e do Estado, e de sua colaboração ao uso inédito da expressão Geopolítica por Rudolf Kjellén (ANDRADRE, 1987, p. 55).

O próprio Vidal de La Blache afirma que a "Geografia é uma Ciência natural de lugares e não como Ciência Social" (ANDRADE, 1987, p.70). Apesar de sua formação com forte expressão na história, Vidal de La Blache é o pensador da Escola Francesa possibilista, sob uma perspectiva funcionalista que surge para contrapor a Escola Alemã determinista, ou

para reforçá-la, como afirma Milton Santos (1980), em *Por uma Geografia Nova*.

Entretanto, ambas escolas subestimam as contribuições sociais para a Geografia. Com o surgimento da Geografia Regional foram desenvolvidas análises preliminares que consideraram vertentes naturais e sociais nos estudos da Ciência, entretanto, a teoria do meio natural ainda detinha o maior peso nos avanços e investigações literárias.

Foi nesse cenário que se fortaleceu as características e dimensões naturais do território como, ao que parece, quase singulares no processo de compreensão de seu conceito. Entretanto, Saquet (2007) afirma que Alexander Von Humboldt, Karl Ritter e, principalmente, Friedrich Ratzel foram precursores para o fortalecimento de uma geografia moderna que estudaram as relações entre o meio natural e o povo para explicar o espaço. “A partir da formulação de leis gerais, buscavam na natureza física a compreensão para evolução da sociedade e sua relação com o espaço”. (ANDRADE, 1987, p. 51-54).

Apesar de Raffestin (1993), em *Por uma Geografia do Poder*, entre outros autores que estudaremos mais adiante, afirmarem que o território não é espaço, pode-se inferir que estes foram estudos primitivos que preparava a conjuntura para o surgimento das discussões em torno do território.

De forma mais curiosa, Vidal de La Blache trouxe uma contribuição similar acerca das repercussões para o território a partir da existência e vida humana quando afirma que “o sentimento de identidade poderia ser expresso, em termos geográficos, como um território específico que é objeto das projeções espaciais de um povo”. (La Blache apud MACHADO, 1995, p.03).

Todavia, trata-se de um tempo em que a concepção naturalista permeia fortemente tais estudos clássicos, destacando-se Ratzel, pois reúne Estado, natureza e soberania em suas pesquisas, de método positivista segundo Saquet (2007), visando atender objetivos estratégicos do governo alemão daquela época, inserido no momento histórico de expansão territorial.

Não há como negar, que esse enfoque ao natural e, posteriormente, ao aspecto humano e social, como perspectivas separadas e desconectadas, dividiram a Geografia de forma que ficaram embasadas as potencialidades e possibilidades desta Ciência para o avanço dos estudos também sociais. Portanto, nem a Escola Teorética-Quantitativa nem a Temporo-Espacial, mas foi a Geografia Crítica, a partir da década de 50, que propiciou o cenário para a difusão da multiplicidade de conceitos do território com percepções outras diferentes das estudadas pela geografia tradicional, e que incluem, inclusive, a vertente do materialismo

dialético.

A título de exemplo de precursores desse momento histórico da geografia, tem-se, entre muitos outros, Claude Raffestin, Milton Santos, no Brasil, e Ives Lacoste, em destaque para a sua obra “A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, em 1988. Nessa obra, Lacoste faz uma crítica à geografia cuja concepção estava embasada na ideologia das *paisagens e do turismo*, para propor uma geografia capaz de construir análises espaciais com interseção entre fatores físicos e sócio-políticos.

Frente a esse contexto fértil para o nascimento do conceito de território em processo, parte-se do profundo estudo realizado por Saquet (2007 e 2009), devido à abordagem investigativa sobre a multiplicidade de concepções acerca do território e das territorialidades realizada pelo autor que possibilitou a percepção da complexidade desta categoria, quer seja pela riqueza das amplas discussões impressas, quer seja pelo caráter de suas obras de múltiplas percepções acerca do conceito, ou mesmo para compreender a pluralidade das contribuições a partir da década de 50-60, de forte influência italiana.

Entretanto, para nortear a identificação do significado adotado ao utilizar São Cristóvão enquanto território, buscou-se autores que acrescentaram a idéia ao termo em estudo de processo contínuo que inclui as complexidades das relações sociais, os fatores políticos, culturais e sociais que retratam a imaterialidade do território, as relações de poder implícitas, e, principalmente, aqueles autores que desejam fugir da banalização do conceito à investigação praxiológica e aprofundada sobre o território.

Desse modo, foram escolhidos autores clássicos e autores que abordam novas dimensões do território nos tempos dos sistemas de informação para se pensar em possíveis rotas de desenvolvimento como: Claude Raffestin, Milton Santos, Rogério Haesbaert e Marcelo Souza.

Todavia, faz-se importante reincidir o comentário supramencionado de que o presente estudo cria uma centralidade de análise, essencialmente, a partir de Saquet para se prosseguir, posteriormente, às concepções defendidas por Rogério Haesbaert. Porém, para compreender a linha ideológica de Saquet, abordou-se a investigação do autor conforme sua análise da literatura italiana, avançando respectivamente conforme a abordagem dos pensamentos de autores também italianos como Jean Gottmann e Giuseppe Dematteis até a sua concepção construída acerca dos territórios. Por tal motivo, utilizou-se o recurso das reflexões de Saquet sobre outros autores, ora aqui relacionados ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Para início de uma nova abordagem sobre o conceito de território, Saquet (2007, p. 47) cita Jean Gottmann, autor clássico no qual grandes nomes se embasaram para construir novas perspectivas científicas e geográficas. A partir dos significados de circulação, iconografia e fluxos, Gottmann (apud SAQUET, 2007) traça ao longo de suas publicações uma compreensão do território imaterial, pois se utiliza da idéia do movimento e das constantes mudanças existentes nas sociedades como possibilitadoras de novas organizações espaciais devido à propensão de construção de redes e interconexões, ao mesmo em tempo em que incentivam a formação de símbolos religiosos, políticos e sociais pela necessidade das comunidades de buscarem proteção diante das mudanças e realizarem movimento contrário de fortalecimento interno dos grupos. Desse modo, Gottmann abre novas perspectivas para a compreensão dos territórios num tecido social de renovação para uma geografia histórico-crítica.

Território e territorialidade para Gottmann e Saquet são complementares posto que este é o espaço de cruzamento entre circulação de mercadorias, pessoas, idéias, hábitos, - tendo por base os fatores psicológicos - e a iconografia que são os registros das peculiaridades simbólico-culturais e organização do espaço. O território, então, sustenta e é sustentado pela própria territorialidade, fruto dessas relações somáticas culturais, econômicas e políticas.

A partir dessa concepção que valoriza a abordagem múltipla de territórios, a identidade, as redes e as trama sociais, Saquet parece se identificar bastante com as contribuições realizadas por Jean Gottmann, por considerar sua abordagem de território crítica, definindo-a como “não marxista e atual” (SAQUET e BRISKIEVCZ, 2009, p.12). Seu estudo faz uso de elementos materiais e não-materiais que partem da relação idéia e matéria, ponto de convergência com a obra de Gottmann.

Assim como Jean Gottmann, Dematteis (apud SAQUET, 2007) parte de uma compreensão de território enquanto resultado das relações sociais, porém parte da realidade observada desde os pequenos grupos rurais para estabelecer um conceito cíclico no qual tais relações formam o território e este influencia na organização interna e no modo de viver dos grupos. Desse modo, essa territorialidade de formação cotidiana está fincada nos espaços familiares e comunitários, aonde acontecem as interações que se conectam ao sistema de vida comunitário e identificam o território, culturalmente, psicologicamente e economicamente. Essas relações sucedem num espaço cujas propriedades naturais são transformadas e moldadas pela convivência social, daí Saquet (2007) explica o surgimento de um território para além das características naturais, tal como Gottmann.

Nessa mesma linha da nova geografia, Raffestin (1980, p. 128) se atém da diferença entre território e espaço, elucidando que vários estudos da época já faziam confusões acerca do tema. Para ele, o território é “a produção a partir do espaço” (RAFFESTIN, 1980, p. 129). As ações incidentes no espaço, o trabalho desenvolvido pelos indivíduos constituem processos sociais nos quais se expressam as territorialidades. Espaço e território não possuem o mesmo sentido, já que aquele é *anterior* a esse último, pois ao ser explorado pelos indivíduos através do trabalho, desenvolve-se um modo de produção social e sistemas sociais que se dão, a partir de então, no território concebido por meio das relações de poder.

Raffestin parte dessa concepção para afirmar que ao planejar quaisquer ações no espaço, já estão aí implícitas as intenções e os desejos através dos quais se apresentam e se estabelecem o exercício do poder: “A imagem ou modelo, ou seja, toda construção da realidade é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem” (RAFFESTIN, 1980, p. 129).

O autor segue relacionando a compreensão do território enquanto processo, como uma trama relacional e um sistema de representações de vários indivíduos, cada um com sua representação do espaço: “um conjunto definido em relação aos objetivos de um ator” (RAFFESTIN, 1980, p. 131). Portanto, tal representação não é nada mais do que a imagem do espaço, o território entendido e alcançável pelo e segundo um ator constituído em meio as expressões do poder.

É no desenvolvimento de tais representações territoriais que Raffestin disserta sobre essas relações de poder, pois na sociedade há uma teia complexa de *objetivos intencionais* que se multiplicam e formam *jogos multilaterais* aonde se constituem as territorialidades, os nós e as redes.

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. (...) Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. (...) Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de – jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistema de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território. (RAFFESTIN, 1980, p.135)

Neste sentido, Raffestin traz uma concepção crítica sobre o território, pois inclui na sua análise a dinâmica das relações sociais decorrentes das relações de poder estabelecidas

no território, principalmente sob a economia e cultura vivenciada. A sua versão destaca a possibilidade de construção da autonomia através das “malhas, nós e redes” (SAQUET, 2007, p. 79) de cada local, o que nos direciona para o movimento não linear de desterritorialização e reterritorialização, de superação das fronteiras e novas produções que ocorrem tanto na materialidade como na imaterialidade dos territórios.

Com uma abordagem similar, Woodward (apud SAQUET e BRISKIEVCZ, 2009), toma a identidade e a simbologia no entendimento de território. Para ele, os habitantes e as respectivas utilidades produzem a identidade. A história é responsável pela produção e reprodução dessa simbologia transformada a cada interação grupal ou geracional. Desenvolve esse conceito sob a ótica de que a simbologia traduz o valor das relações sociais estabelecidas no território.

Woodward faz uso de todas essas categorias para vincular sua percepção de território como multidimensional, relacional e histórica. A história participa do conceito enquanto cúmplice das heranças políticas, econômicas e socioculturais. A multidimensionalidade pode ser representada pela multiplicidade de fatores que constituem um território e pelo próprio significado de identidade cultural nesse contexto. A identidade aqui é plural e responsável por vincular variados fatos sociais históricos no seu processo criador, por isso contribui para o aspecto multidimensional do território. Nesse processo de criação das territorialidades, a identidade é construída, desconstruída e reconstruída novamente, numa dinâmica irregular e não linear também mencionada pelo autor Claude Raffestin.

Dessa forma, os aspectos culturais e identitários são analisados como elementos importantes para o estudo das territorialidades. O próprio Raffestin separa quatro perspectivas que fazem alusão aos significados constituídos nas relações sociais do território, a saber: “território do cotidiano, território das trocas, território de referência e território sagrado” (SAQUET e BRISKIEVCZ, 2009, p. 9). Ao estabelecer tal divisão, faz referência, respectivamente, ao caráter real e concreto existente nas relações do cotidiano, a interação constituída na circulação de mercadorias, materiais e imateriais, veiculadas entre a sociedade global e local, a história como principal elemento esclarecedor das dinâmicas atuais e a política e religião como outros traços que identificam o território.

Portanto, história e identidade constituem a territorialidade numa relação recíproca, pois tal território influencia a construção dessa identidade e registra a cada tempo social fatos, costumes, ações e pensamentos que serão marcados na trajetória e no espaço dos grupos. Assim, este território está repleto de características históricas refeitas na cotidianidade

que Magnaghi denomina de “patrimônio territorial” (apud SAQUET e BRISKIEVCZ, 2009, p. 10).

Diante destas contribuições, Saquet e Briskievcz (2009) reafirmam que a identidade se configura como um patrimônio territorial e que deve ser valorizada nos processos de desenvolvimento, construindo uma relação entre território, territorialidade, história, valores e movimentos sociais enquanto eixos centrais para uma aproximação do entendimento do desenvolvimento territorial.

Já para o autor Sack, a territorialidade também é processual e proveniente das relações de poder estabelecidas na sociedade, o que possibilita a organização social, o controle e própria formação do significado de território. Para ele, o território está em frequente movimento e, de forma similar a Gottmann, é modificado e identificado pela interação dessas relações. Traz a territorialidade como *componente do poder*, sendo esta uma das perspectivas suficientes para o delineamento do significado do território organizado nessa época em que a sociedade moderna produz *efeitos territoriais*.

A perspectiva de Sack se destaca e se diferencia ao afirmar que a existência do território está condicionada ao controle exercido nos modos de vida e de utilização do espaço, desde os pequenos espaços residenciais, nos quais a organização e disciplina são determinadas pelos laços familiares, aos espaços de uso da comunidade.

Assim, diante dessas interpretações amálgamas acerca do território, Saquet (2007) enfatiza uma abordagem imaterial do território em que o tempo instantâneo na sociedade contemporânea faz com que os processos territoriais sejam concomitantes. Os territórios se reterritorializam a todo instante frente às múltiplas territorialidades que estão intrínsecas ao próprio território e aos territórios-rede. Esse movimento é a própria produção das dimensões econômicas, políticas e culturais.

Os elementos principais da territorialização também estão presentes na desterritorialização: há perdas, mas há reconstrução da identidade, mudança nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de novas relações sociais, de elementos culturais, que são reterritorializados; há redes de circulação e comunicação, que substantivam a desterritorialização, o movimento, a mobilidade. Como já mencionei, os processos de territorialização, desterritorializam e reterritorializam estão ligados, complementam-se, incessantemente, e, por isso, também estão em unidade. Todos acontecem ao mesmo tempo, para diferentes indivíduos (...). As forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram a desterritorialidade e as novas territorialidades, num único movimento, complexo e heterogêneo. (SAQUET, 2007, p. 163),

Nessa linha de perspectiva, Saquet propõe um conceito territorial que possibilita percebê-lo como uma forma de romper com as fragmentações referentes à imaterialidade e a materialidade dos territórios, a fim de valorizar as relações sociais e todos os fatores que o seu conteúdo apresenta para a construção e sustentação de propostas outras de desenvolvimento. Propostas essas que, partindo desta visão territorial, permitam maior proximidade com a realidade, com o próprio cotidiano.

Destarte, tal imaterialidade dos territórios já alcançava o Brasil, desde quando Milton Santos, tendo as teorias de geógrafos renovados como pano de fundo, elaborou a concepção de território com matrizes marxistas, apesar de declarar o caráter reducionista desta concepção para alcançar a complexidade estabelecida na *configuração territorial*.

Como um dos contribuintes para a evolução do debate, em meados da década de 80, Milton Santos se revelou o autor da Geografia Crítica que concebeu um legado literário para uma nova concepção de espaço, e novas construções teóricas referentes ao território: “A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais”. (SANTOS, 2006, p 38-39).

Para esclarecer sua concepção sobre território, Santos (2006) utiliza o significado de fixo e fluxo, configuração territorial ou espacial, sistema de objeto e ação, relação entre natureza e sociedade, produto proveniente da ação dos homens e de uso do espaço, além de elucidar como são estabelecidas as conexões em rede cujo território é um espaço de mediação entre o nacional e o local. Para tanto, tal mediação acontece na medida em que recebe da sociedade nacional diretrizes políticas e legitimadas, contudo devolve, às avessas – posto que, por vezes são subestimadas -, os enfoques técnicos dos quais somente as organizações locais possuem poder do conhecimento das demandas concretas e reais do lugar. Trata-se aqui do pensamento do autor ao retratar a relação entre as horizontalidades e verticalidades no processo “pós-moderno de transnacionalização do território” (SANTOS, 2006, p.44).

A partir disso se expandiu a discussão sobre o termo na sociedade brasileira, observando-se que as abordagens de Milton Santos parece ter acompanhado a evolução da complexidade do conceito nos cenários políticos e sociais ao longo da história. Isto porque foram percebidas concepções de território que não as desamarram da configuração geográfica, mas inclui as características próprias e físicas do território acrescentadas às relações sociais e vividas nesse espaço. De outro modo, em “Território: globalização e fragmentação”, com

Maria Adélia Souza, Milton Santos avalia o território como um ponto fluente de informações para outras localidades, e desenvolve de forma bastante esclarecedora a relação entre o global e o local como resultado das potencialidades desenvolvidas pelas redes constituídas. Desde a época de Milton já se falava aqui no Brasil sobre o entendimento das articulações e interações que se estabelecem por meio da formação das redes, o que contribuiu para o avanço de outras perspectivas e estudos acerca da temática.

Hoje a compreensão do território já ganhou maior intensidade e múltiplas abordagens não contempladas neste trabalho, considerando a imperiosa necessidade de se discernir sobre quais percepções estão embasadas a presente análise. Entretanto, sobre o tema se investe, a cada tempo, novas pesquisas e discussões, e, não é novidade de que o mesmo vem alcançando, inclusive, à administração pública sob a abordagem dos territórios de cidadania e identidade.

1.2 Discutindo a Noção de Multiterritorialidades

Caminhando já em direção ao propósito deste capítulo que interpreta subsídios teóricos para se compreender porque conceituamos São Cristóvão de território, e as respectivas subáreas apresentadas no capítulo 2, apresentam-se os pensamentos e reflexões mais pluralistas acerca do tema para, então, aclarar a que conceito se quer chegar.

Pensar numa perspectiva plural é não fugir da compreensão de Rogério Haesbaert sobre a multiterritorialidade. Ora, o conceito da multiterritorialidade pressupõe, antes, múltiplos territórios, e, por isso, pressupõe a interação de múltiplos referenciais de territórios. Assim, essa interação é um amálgama que inclui o próprio processo de *desterritorialização e reterritorialização*, assim interpretado pelos autores de uma perspectiva mais multilateral.

É nesse sentido que em o Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade, Haesbaert inicia suas reflexões a partir de Deleuze e Guattari, autores fundadores ou predecessores do estudo da desterritorialização e a reterritorialização, como o próprio afirma: “Embora tenhamos dúvidas se foram eles, efetivamente, os “inventores” do termo, é fato que a maior ênfase ao território como processo, como permanente “tornar-se” e “desfazer-se”, foi dada por eles.” (HAESBAERT, 2011, p. 100).

Entre tantas concepções que redimensionam o conceito de território do material ao imaterial, Deleuze e Guattari, citado por Haesbaert (2011), também partem da perspectiva

psicológica, sociológica, filosófica para afirmar um fluxo contínuo e cíclico em que os processos da vida social se destroem e reconstrói em todo momento e em todo território ou a partir de qualquer distância.

Segundo Haesbaert (2011), os autores iniciaram seu estudo pela própria territorialização, até a descrição do que vem a ser a *desterritorialização* a partir da dinâmica do capitalismo. Para eles, não existe hierarquização para a desconstrução ou reconstrução, os processos simplesmente acontecem sejam no mesmo lugar e tempo, ou em lugar e tempos diferenciados. Assim, “os autores procuram pensar e criar por rizoma, buscando os encontros, os acontecimentos e os agenciamentos” (HAESBAERT, 2011, p. 116).

A reterritorialização ocorre, então, num contexto que os autores denominam de “máquina de produção desejanse do capitalismo” (DELEUZE e GUATTARI apud HAESBART, 2011). Imbricado nessa ideologia, os autores afirmam que as reterritorializações acontecem porque na sociedade capitalista os indivíduos entram numa busca incessante de múltiplos desejos para satisfação de suas necessidades, o que os põem em contato com múltiplas realidades e experiências. Tais reterritorializações é a própria construção dos agenciamentos, dos encontros e acionam a própria desterritorialização.

A partir disso Haesbaert cita que Deleuze e Guattari desenvolve o conceito de território como um legado de múltiplas referências, cujos próprios conteúdos são mutáveis e presos ao mesmo tempo, posto que os autores pressuponham que os territórios se formam e se transformam. A experiência que confere ao território o seu significado nunca é apagada, mas vivida e modificada na medida em que se põe em contato com outros territórios. Assim, os autores se utilizam da natureza, do comportamento dos animais, do conhecimento filosófico entre outros recursos, para concluir sobre a concomitância dos processos de desterritorialização e reterritorialização, direcionando sua análise, em especial, para as próprias trajetórias da geografia.

Rogério Haesbaert constrói e articula esse legado dos autores Deleuze e Guattari para caminhar numa direção ainda mais plural, posto que apresenta várias perspectivas de conceito de território para, então, mostrar tendências de uma definição que acredita ser ainda mais próxima da realidade. Parte-se, então, das múltiplas dimensões do território e as respectivas vertentes, impressas na obra do autor supramencionada, que possibilitam a visão de um conceito articulado, associado e interrelacionado desde o viés materialista político-tradicional e econômico e idealista-simbólico.

No que concerne ao viés materialista, o território surge como fonte de recurso cuja

funcionalidade é discutida a partir da apropriação da natureza pelo homem. “A importância do território é estabelecida como fonte de recurso, seu acesso, controle e uso” (GODELIER apud HAESBAERT, 2007, p.56), em que a utilização do território por um grupo constrói sua simbologia, originando e delimitando já a sua respectiva definição materialista. A partir desta concepção econômica, o território ganha uma dimensão que o diferencia enquanto espaço cuja exploração da sociedade estabelece o seu valor.

Já na esfera do aspecto idealista citado por Haesbaert (2011) na obra em referência, o território é analisado pela construção simbólica de um grupo constituída pelo modo de vida, crença, costume, visão de mundo, ética e princípios de uma sociedade que formam as relações sociais e fundamentam a existência do território. Neste sentido, há uma crítica ao materialismo que reduz a compreensão do território ao aspecto funcional e não explora as representações constituídas nas relações sociais que o identifica e dá existência ao mesmo. Trata-se do seu significado mediante a dimensão cultural-simbólica que prescinde à concepção materialista e econômico-política, considerando que o território aparece como uma extensão ou um representante deste coletivo de valores e ética e identidades, enfim, como uma simbologia decorrente da relação estabelecida com o espaço em determinado tempo social.

Haesbaert chega a guisa de sua conclusão integradora sobre o território em que tanto as perspectivas materialistas, idealistas e culturais são consideradas no seu estudo:

Sobriariam então duas possibilidades: ou admitir vários tipos de territórios que coexistiriam no mundo contemporâneo, dependendo dos fundamentos ligados ao controle e/ou apropriação do espaço, isto é, territórios políticos, econômicos ou culturais, cada um deles com uma dinâmica própria, ou trabalhar com a idéia de uma nova forma de construirmos o território, se não de forma total, pelo menos de forma articulada/conectada, ou seja, integrada. Pelo menos ao nível individual ou grupal, precisamos de alguma forma de partilhar um espaço que, no seu conjunto, integre nossa vida econômica, política e cultural. (HAESBAERT, 2011, p. 76).

Destarte, o autor compreende o território enquanto resultado das relações construídas na história que organizam o caráter cultural como identidade de grupo enquanto produto e aspecto em constante constituição. Por outro lado, o que se propõe é que tal perspectiva não exclua o aspecto político que reserva ao Estado o poder de atuação e regulação, e nem mesmo a perspectiva econômica, que são as condições materiais de existência de uma sociedade. Com base nisto, Haesbaert parte de uma compreensão

integradora em que todos estes fatores são considerados no estudo do território.

Nesse ponto, Haesbaert (2011) critica Chivallon, criando enfoque no aspecto integrador e não no totalizante como uma “experiência total do espaço” (HAESBAERT, 2011, p. 78-79). As esferas econômicas, políticas e culturais coexistem, interagem, participam de todos os processos sociais, servem de pano de fundo, apenas existem na sociedade e não somente se totalizam, como se houvesse a possibilidade de se separarem e serem compreendidas de forma fragmentada.

A partir disso, o autor critica as concepções acerca da desterritorialização que parecem não abordar ou não incluir a multiplicidade dessas vertentes, a que chama de “noção híbrida” dos territórios, conforme a seguir: “O problema é que nos próprios discursos sobre a desterritorialização essa noção híbrida de território em geral está ausente ou, quando aparece, é para justificar a própria perda do território” (HAESBAERT, 2011, p. 80).

Por todas essas considerações, o autor traz como diferencial em seu conceito, entre tantos outros elementos, a integração de categorias ou aspectos que dão ao termo território um conceito híbrido e que leva à noção da multiterritorialidade e não ao *fim dos territórios*. Para chegar a tal conclusão, o autor utiliza, entre tantos outros autores e fatores, os territórios-rede como conceito prioritário, considerando que, em quaisquer territórios existem suas respectivas formas de se conectar, e portanto, possuem as suas redes em qualquer que seja a qualidade delas.

O que se observa é que há uma mudança de termos adotados em decorrência do processo interativo dos territórios e de conexão entre eles que implicam no próprio processo de construção, desconstrução e reconstrução de territórios: surge a multiterritorialidade denominada assim por Haesbaert, “explosão” (HAESBAERT, 2011, p. 338), em contraposição ao termo de desterritorialização de Deleuze e Guattari, ao qual, inclusive, o autor chama de *mito da desterritorialização*.

1.3. Trazendo o Território para o Âmbito da Teoria das Políticas Públicas de Desenvolvimento

O campo das políticas públicas começa a se firmar como um campo de estudo com relativa autonomia a partir dos anos 50, com a contribuição de Harold Lasswell. Este autor propunha que os estudos sobre as implementações das decisões do governo já se constituíam como um campo multidisciplinar que envolvia sociólogos, juristas, economistas,

geógrafos, cientistas políticos, dentre outros. A discussão não parecia tão complicada, pois a língua inglesa utiliza dois diferentes vocábulos para explicar as relações de poder (*politic*) e o conjunto de ações para resolver problemas públicos (*policy*). Na língua portuguesa, assim como em outras línguas latinas, ambos os termos são literalmente traduzidos para o mesmo vocábulo, dificultando um pouco mais a compreensão da diferença entre os mesmos. Para contornar este problema, em português o termo *politic* passou a ser traduzido como política e o *policy* como políticas públicas (geralmente no plural mesmo), assim como nas demais línguas latinas.

De lá para cá muita coisa mudou e este campo de estudos começou a se expandir, com o desenvolvimento de algumas importantes escolas de análise, algumas delas chegando a apresentar diferentes, ainda que próximas, matrizes interpretativas. Todavia, ainda há grandes debates neste campo, marcado pela pluralidade e ausências de consensos. Dentre estes dissensos, um vem se destacando, pois concerne justamente ao âmago dos interesses dos estudiosos e analistas de políticas públicas, e se refere ao próprio conceito de políticas públicas. Como resposta, temos dois grandes grupos, ainda que assistamos a clara predominância de um deles na literatura brasileira. Para um lado, numa visão mais tradicional, políticas públicas são o que o governo faz (ou deixa de fazer). Para o outro, políticas públicas são o que o conjunto de atores mobilizados pelo desejo de tratamento ou governo de um problema de pública relevância faz (ou deixa de fazer). A primeira compreensão é de uma matriz claramente estadocêntrica; enquanto que a segunda é de uma matriz multicêntrica, que admite a pluralidade de atores nos processos de *policy*.

Na perspectiva tradicional, a definição abaixo explicita a relação estreita da política pública com o âmbito governamental: “(...) teorias explicativas sobre o papel do Estado – (o governo) -, produtor, por excelência de políticas públicas” (SOUZA, 2006, p 22). De acordo com as contribuições de Celina Souza, as políticas públicas, enquanto área de conhecimento, surgem nos EUA, como parte elementar da ciência política. Já na Europa, o estudo das políticas públicas estava ligado ao Estado e aos processos de planejamento e execução de planos institucionalizados. Mesmo sendo de procedências diferentes, o conceito tradicional era limitado por perceber a atuação monopolizada por órgãos governamentais.

Diante desta concepção, ou o Governo passa a ter papel exclusivo no processo de enfrentamento às expressões da questão social colocadas pela sociedade, ou, no campo prático, a sociedade não consegue ou não possui o papel de buscar melhorias frente às complexidades da teia de problemas sociais a serem compreendidos, analisados e priorizados

pela burocracia do aparelho estatal.

Entre as acepções que o termo engloba, tem-se a convicção que esta não é a abordagem que se identifica com o debate em desenvolvimento, dada à peculiaridade referente à visão unilateral. Este trabalho se alinha a esta segunda abordagem, mais contemporânea e nova no Brasil que é marcada por forças multitoriais.

Para compreender essa nova concepção sobre políticas públicas que mais se aproxima da realidade social e sua dinâmica complexa e dialética, partir-se-á do estudo realizado por Rosana Boullosa, cujos documentos também foram frutos dos temas ministrados em sala de aula da Universidade Federal da Bahia, a partir do ano de 2008. Assim, os estudos aqui desenvolvidos estão consubstanciados no filão teórico que prioriza os movimentos territoriais no processo de *policies* e que tem origens nas obras literárias italianas como base de investigação e análise para problematizar outras trajetórias que evidenciam outras formas de se compreender política pública.

Nessa linha de pesquisa, política pública foge ao entendimento singular do Estado como seu único promotor, e demonstra a amplitude do processo quando agrega ou antecipa esse construto para a responsabilidade do coletivo. Dessa forma, o que se propõe a analisar é o conceito de políticas públicas que não desprivilegia a responsabilidade majoritária do Estado (motivo de debate de muitos autores e profissionais), mas traz à discussão os atores sociais presentes numa arena política enquanto sujeitos legítimos para a formação de *policies* como construtos sociais.

O estudo de políticas públicas se torna, então, uma condição para avançar com uma proposta de ampliação de alternativas para o território, pois esta representa um construto em processo que estabelece início e resultado, ao mesmo tempo, de estratégias e serviços que vislumbram qualidade de vida para os habitantes comunitários. Trata-se de um sistema de diretrizes que conduzem a mobilidade de uma sociedade para o alcance de desenvolvimento. Sendo assim, o estudo de *policies* se insere nesta análise como “ponto de partida e ponto de chegada”, pois elas representam a possibilidade concreta de nortear as intervenções sociais para o atendimento dessa realidade complexa e multidimensional do território.

Até mesmo pela evolução do sistema econômico social e as suas múltiplas facetas, a globalização, a sociedade da informação, o avanço tecnológico, o crescimento populacional, o acirramento de fenômenos sociais resultantes da desigualdade de escala mundial, não há espaço para desconsiderar a amplitude de demandas sociais, e, em paralelo, a multiplicidade de entidades que se interessam com problemas sociais de ordem pública.

Diante de tais considerações, parte-se de um conceito de Bouldosa (2006) para identificar dois fatores essenciais para a compreensão de políticas públicas que são a multiatorialidade e as negociações coletivas em torno do que se entende como problemas de pública relevância:

Ação pública processual, complexa e *multiatorial* (grifo meu) voltada à resolução de um *problema considerado de pública relevância* (grifo meu), que envolve degradação e consumo de bens públicos (segurança, saúde, moradia etc.) ou a preservação e reconstrução de tais bens.

O primeiro fator necessário para o entendimento de *policy* se refere à qualidade dos problemas. A construção da política pública ocorre em torno dos problemas sociais que também são públicos e reconhecidos como relevantes pelas sociedades. Consideram-se as relações estabelecidas nos movimentos territoriais e as interações construídas no cotidiano dos cidadãos -, movidos por sentimentos de insatisfação, indignação, identidade com o desejo de mudança, pertencimento, e interesse em determinada realidade, - como processos *bottom-up*, provenientes de baixo para cima e que contribuem com o amadurecimento social dos problemas.

Para se reconhecer política pública com esta concepção, a ação coletiva ou os esforços coletivos devem estar direcionados para um problema social que já tenha percorrido trajetórias de discussão e debates na sociedade cujo tempo de reflexão permita estender aos diversos setores o conhecimento, posicionamento e até mesmo, o envolvimento com o tema. Dessa forma, até mesmo para que tais problemas alcancem as dimensões governamentais, os problemas devem ter sido discutidos, debatidos, e terem sido alvos de arenas políticas iniciadas nos microespaços comunitários.

O conceito de política pública, ou *policy*, denota o forte sentido atribuído ao termo público como algo contrário a qualquer lógica privada. Ou seja, por ser público, ou é de todos ou é para todos, ainda que seja para uma parcela da população, implica coletividade.

O segundo fator que se relaciona ao conceito de *policy* é a característica multiatorial do seu processo de formação. Vejamos o significado de *policy* abaixo:

Políticas Públicas é um conjunto de cursos de ação ativados por *atores* mobilizados por um problema de pública relevância, cuja seleção e articulação empírica é o principal problema de pesquisa do observador ou analista de políticas públicas. (BOULLOSA, 2010)

O conceito destaca e reincide a qualidade dos problemas abordados e reafirma a autoria das *policies* como plural e relativa àqueles aos quais os problemas mobilizam. Tal pressuposto redimensiona, amplia e inclui nesse processo a sociedade, as associações, a comunidade, os grupos locais como sujeitos de um processo que eles mesmos vivenciam, experimentam, e conhecem o êxito ou os insucessos de quaisquer ações sociais. Qual a validade e a legitimidade de um processo construído por um sujeito externo representante de anseios que não experimenta? Ainda que haja instrumentos reguladores que providenciem tal aproximação dos problemas sociais, o convívio fortalece o conhecimento de quem dele participa.

Os territórios são considerados arenas de políticas públicas. Então, os atores sociais que a ele pertencem são os principais conhecedores e interessados em quaisquer mudanças que repercutam no território, e, conseqüentemente, em seus cotidianos. São nas arenas políticas que são construídos os problemas de *policies*. Isto porque são espaços nos quais se traduzem as vivências, o conflito, o contraditório, a realidade, as experiências de cada ator e os reflexos no cenário de cada um, cujas dificuldades se divergem e reafirmam. Essa possibilidade de confrontação dos diversos problemas de efeitos *guarda-chuvas* permite relacionar as expressões e repercussões do que realmente podem se traduzir em demandas de *policies*.

Conforme Bouldosa (2010), é nessa arena política que se constitui a *policy making process*:

Nesta concepção pluralista, a imagem de *policy making process* (cujo lócus é a arena) é, além de policêntrica, aberta, não estruturada e tendencialmente indeterminada. A qualidade do processo não é imputada ex-antes a um ator determinante, mesmo que governo, mas é (re)construída a partir de uma profunda análise empírica, buscando identificar sua particular e específica configuração posicional e relacional configurada *in process* pelos atores que a compõe. (Bouldosa, 2010)

É nesse espaço criado para as discussões acerca de problemas existentes ou não, configurado pelas relações e experiências que vão além daquelas praticadas em gabinetes ou reuniões de atores governamentais que se limitam pela distância dessa própria arena, que ocorre a *policy making*.

Por isso, o que se propõe analisar não ganha um sentido de transferência da responsabilidade estatal como muito autores criticaram no tecido social do neoliberalismo, com o surgimento das organizações não governamentais. Não está oculto a tal ideologia,

mudar o pólo do compromisso estatal para a sociedade, posto que não tem como subestimar uma competência que é legal e assegurada pelos marcos regulatórios nacionais. Tanto quanto não se deixa de reconhecê-lo enquanto ator com maior potencial de recursos para a implementação das políticas, até porque essa é outra questão delegada pela própria sociedade.

Entretanto, o estudo ora em análise permite o caminhar contrário em que o processo *não parte das* esferas superiores, mas se inicia nas classes populares e *parte para*, ou pode ser reconhecido ou não pelos os órgãos governamentais, posto que são esses aparelhos que regulamentam quaisquer ações na esfera prática na gestão. Entretanto, trata-se de um fluxo não linear e não acabado, e totalmente flexível que não somente *parte* para o Governo, mas pode envolvê-lo em qualquer tempo, conforme a própria dinâmica do processo de *policies*.

Os atores sociais dos movimentos ou organizações populares são os principais sujeitos que estão no centro e ápice das demandas. Os processos sociais acontecem, eminentemente, na base desses movimentos, é lá que se iniciam as trajetórias posteriormente transformadas em instrumentos de *policies*. É com essa perspectiva que Boullosa (2010) disserta sobre essa visão de *policies* centrada no que chama *la mirada ao revés*, na contramão do que a história mostrou por política pública, porém, o mais realístico possível e mais próximo dos processos sociais que se desenvolvem nas sociedades.

Nesse sentido, intenciona-se investir num debate de política pública que redimensiona este conceito histórico para incluir nesta análise a multiplicidade de atores presentes na arena social e a complexidade do mundo social. Com isso, abrange-se a realidade, os conflitos, a dinâmica e as contradições que são próprias do arranjo territorial como parte da compreensão do processo de políticas públicas. Representa considerar o movimento desorganizado e incerto que acontecem no *chão* do território como parte que integra o próprio entendimento de *policies*.

Reinterpretando essa concepção, dá-se outro corte para o conceito de políticas públicas que se identifica neste trabalho, a partir da percepção de uma escola teórica que estuda o modelo de *policy inquiry*, pautado no seguinte significado:

Abordagem dentro do estudo de políticas públicas (*policy studies*) que busca tanto uma reconstrução (descrição) o mais realística e menos desencantada dos processos quanto transformar tal conhecimento produzido em um forte instrumento de intervenção (BOULLOSA, 2009).

Trata-se de uma forma de conceber política pública como um processo que busca estabelecer um elo constante com o cotidiano social, lugar de conflitos e contrassensos que impõe desafios às análises prontas, constituída num espaço de discussão e ação cujas propostas possuem caráter processual e provisório.

Assim, a perspectiva fundamentada em *policy inquiry* traz matrizes teórico-metodológicas que versam sobre as formas de como se dão a construção das *policies*, podendo ser identificadas, segundo Boullosa (2006), como políticas de *conhecimento em uso*, *políticas como interações*, *políticas como processo* e *políticas como latas de lixo*. São formas de perceber as características e apropriações diferenciadas de políticas públicas, conforme descrito a seguir, respectivamente:

- *conhecimento em uso* - a aplicabilidade do que se concebe como política à realidade em estudo;
- *políticas como interações* - a capacidade de constituir interações com atores potenciais;
- *políticas como processo* - é a percepção de políticas como processo cuja construção podem adquirir caminhos não-lineares;
- *políticas como latas de lixo* - é a política concebida segundo interesses particulares se sobrepondo ao coletivo, e que aqui se interpreta como um dos piores modelos de *policies*, inferindo-se, inclusive, como estruturas *férteis* para experiências corruptas de se fazer política.

Para efeito deste trabalho, as políticas públicas que estão embasadas na capacidade de interação social entre os atores sociais do território é a que se aproxima da realidade que se pretende analisar em São Cristóvão, considerando a multiplicidade de atores sociais que se apresentam naquele cenário e as tensões inicialmente percebidas. Trata-se de uma abordagem de *policies* de extrema utilidade para se pensar em trajetórias fortalecidas pela riqueza da multiatorialidade. Por esta razão, e após análises de pesquisa, foi dedicado um subcapítulo posterior a fim de compreender sobre as possibilidades a partir da experiência do território de São Cristóvão.

Compreende-se que as redes estão presentes na sociedade mesmo quando não são percebidas ou trabalhadas. Se os espaços são utilizados, se há territorialidade, haverá redes formadas ou propensas a se formarem. Enfraquecida, fortalecida, fragmentada, articulada, descoesa, conflituosa ou harmoniosa, as redes podem possuir todos esses adjetivos em tempos sociais diferentes.

Assim, esta trajetória de concepções sobre políticas públicas proporciona uma contribuição para a construção de um referencial teórico e uma matriz de análise para este trabalho, devido à possibilidade de compreender a situação e problemas expostos em São Cristóvão por um outro viés que valoriza a multiatorialidade daquele contexto, na medida em que pode proporcionar uma reinterpretação da história de intervenções sem muitos resultados efetivos locais, causada por uma tensão social entre os atores sociais ali presentes.

1.3.1 Arenas de desenvolvimento territorial.

Paralelamente a evolução do conceito do território a partir da geografia crítica, constituía-se, como afirmou Saquet (2007), uma nova investida no significado de desenvolvimento. O conceito passou a ser estudado a partir de uma perspectiva que relacionava o desenvolvimento com as disparidades territoriais e à identificação das territorialidades.

Contudo, desenvolvimento e território são categorias que, concatenadas, representam um dos assuntos mais explorados neste tempo social, e são de relevante análise para se discutir mudanças concretas para a comunidade. Posto isto, eis que se torna primordial discorrer e relacionar estes dois conceitos para a construção da matriz de análise deste trabalho, considerando a proposta de compreender os entraves nos caminhos de desenvolvimento de São Cristóvão.

Dallabrida (2007), de uma forma direta, justifica o termo desenvolvimento territorial, por aquele desenvolvimento que se dá a partir dos resultados das ações e empenhos decorrentes, principalmente, de movimentos provenientes do território, pois é neste âmbito que ocorrem os processos sociais de evolução ou involução do cenário e qualidade de vida dos indivíduos. O desenvolvimento está pautado, a partir disso, nas forças e capacidades presentes e próprias das micro-realidades; no entanto, seu bloqueio está fundamentado nas fraquezas e desarticulações locais, tanto quanto nas dificuldades de somar esforços multiatoriais.

A referência à dinâmica territorial do desenvolvimento, dentre outras razões possíveis, justifica-se pelo fato de que se entende que o desenvolvimento ocorre localizadamente, no território, na região, no município, na localidade, logo porque “desenvolvimento territorial”, que pode substituir termos usuais

como “desenvolvimento local”, “desenvolvimento regional”, “desenvolvimento econômico”, “desenvolvimento social”, “desenvolvimento humano”, “desenvolvimento local/regional sustentável”, ou outros. O qualificativo “territorial” abarca todas estas dimensões (DALLABRIDA, 2007, p. 4).

Independente do termo aplicado com determinados enfoques, o território sempre sofrerá ou será contemplado pelos efeitos de quaisquer mudanças, por isso ele está presente em quaisquer formas de desenvolvimento. A noção de desenvolvimento territorial para esse autor é defendida como uma categoria que é base para se pensar em qualquer desenvolvimento, considerando que as peculiaridades, as possibilidades e limitações são demarcadas pela dinâmica e movimento do cotidiano territorial.

Dallabrida (2007) relaciona, ainda, o conceito de governança territorial com o desenvolvimento territorial. Para ele, a governança territorial facilita a construção de trajetórias de melhorias, posto que seus atores podem demonstrar a capacidade de dialogarem e de se organizarem socialmente e politicamente em busca de algum desenvolvimento. Ela permite a ampliação do entendimento da responsabilidade estatal exclusiva sobre as ações sociais para um significado mais plural acerca das demandas provenientes dos respectivos territórios que envolve a sociedade, as comunidades, os grupos, os atores sociais. Nesse sentido, a governança territorial é um dos fatores a ser refletido ao se pensar em caminhos de desenvolvimento.

É com esta dimensão de território que se propõe agregar a noção de desenvolvimento territorial, compreendido aqui como a possibilidade de mudança concreta das condições reais dos habitantes que vivenciam as expressões da questão social. Abaixo, é retratada a importância da contribuição dada por Milton Santos ao se abordar a existência das múltiplas dimensões para o desenvolvimento territorial.

(...) confrontamo-nos à consideração de que o desenvolvimento territorial seja, sobretudo, uma perspectiva local, para a qual contribuem decisivamente as forças sociais organizadas. Para tanto, o papel da ação do Estado (federal no nosso caso brasileiro) seria secundário. Entendemos que o papel do Estado para o desenvolvimento do território, na concepção pioneiramente sustentada por Milton Santos (*A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, HUCITEC, 1996) de múltiplas dimensões, é crucial. Sem ele, perde-se, por exemplo, a condição de afirmar valores essenciais para as sociedades como um todo, estabelecendo-se um campo aberto para que a lógica direta do mercado de compensar o esforço individual prevaleça (ALMEIDA, Niemeyer e BONENTE, Bianca Imbiriba, 2007).

Destarte, o desenvolvimento territorial para se tornar possível, há de ser percebido como processo de construção coletiva, democrático e realístico cujas bases fundamentais estão no cotidiano comunitário, espaço de conflitos e desentendimentos dos seus atores, mas também de possibilidades, alternativas e criatividade.

Para Muscarà (apud SAQUET, 2007), os territórios possuem características peculiares conforme a estrutura de organização ou desorganização de sua própria história e evolução. Dessa forma, a economia, a política, e as dimensões das sociedades que condicionam o crescimento de sua cidade estão relacionadas às próprias configurações sobre as quais a mesma está constituída. Para ele, os diferentes territórios se articulam a partir do próprio “desenvolvimento desigual” (MUSCARÀ apud SAQUET, 2007, p. 52).

Saquet (2007) trouxe a noção defendida por Bagnasco (1978) que apontava sobre a necessidade de construir “um *paradigma* para análise territorial” (BAGNASCO apud SAQUET, 2007) com o intuito de superar outras interpretações sobre o desenvolvimento que inferia em estudos segregados sem levar em conta a própria constituição dos territórios. A proposta se pautava em conhecer as identidades construídas pelas territorialidades dos territórios, as diferenças e experiências percorridas pelas diversas populações e as conexões que eram estabelecidas a partir dessas próprias diferenças que incidiam em necessidades, possível ou impossivelmente, articuladas.

Bagnasco, novamente interpretado por Saquet (2007), discute sobre as heranças políticas e ideológicas deixadas por Antonio Gramsci para propor uma reflexão sobre a articulação entre as partes territoriais para se analisar quaisquer trajetórias de desenvolvimento, mediante a realidade concreta vivenciada pelos territórios.

Utiliza a palavra *articulação* para expor os pressupostos de Antonio Gramsci acerca do tipo de relação que deveria ser constituída entre classes, mas também a partir das demandas que eram territoriais, na medida em que compreendia o caráter “(i)material do conflito de classe e do desenvolvimento italiano” (SAQUET, 2007, p. 61). O significado desse caráter (i) material estava relacionado, segundo o mesmo autor, com as questões materiais e intelectuais, ideais, com a luta e o processo político das classes. Ora, tais ideais se constituem a partir de problemas/demandas que em algum momento são identificadas pela realidade compartilhada com determinado grupo social, a partir de experiências que são conhecidas e vivenciadas, e que se articulam pelo reconhecimento ou pela necessidade de

confrontar diferenças também identificadas a partir de algum referencial.

É esse referencial que se relaciona e se discerne a partir das relações territoriais e das territorialidades, em sentido material e imaterial, que identificam, diferenciam, distanciam-se ou se assemelham às questões contestadas ou transformadas em ideal na concepção política de grupos menos favorecidos na luta por melhorias e desenvolvimento: “O problema das relações entre operários e camponeses se coloca não somente como um problema de relações de classe, mas também e, especialmente, como um problema territorial (...)” (GRAMSCI apud SAQUET, 2007, p. 61).

Nessa perspectiva, há aqui a proposição da relação e aliança como categorias que se ensaiam no processo dos movimentos sociais territoriais em busca de mudança. O autor Bagnasco, fincado nos estudos de Gramsci, menciona um viés contrário as ideologias fomentadas pelo capitalismo: ao invés da segregação e da valorização às particularidades, a articulação, a soma de forças, sem dispensar a dialética sócio-política.

Saquet também defende que os territórios acabam por se traduzirem como meio para se buscar algum desenvolvimento e cita Antonio Gramsci em sua abordagem:

A abordagem territorial é uma forma de compreensão desses processos, podem contribuir na superação de aspectos das dicotomias natureza/sociedade, idéia/matéria e subsidiar a elaboração de propostas de desenvolvimento, valorizando as relações sociais entre sujeitos, destes com os seus lugares e destes com outros lugares, (i)materialmente. Nesse sentido, é fundamental que os homens organizados politicamente, como defendera Antônio Gramsci, criem uma nova forma ético-política, tentando amenizar a dominação econômica, cultural e dos partidos políticos que não correspondem às aspirações, aos desejos e às necessidades da massa popular. (SAQUET, 2007, p. 177)

Dessa forma, os autores partem desse arranjo político e ideológico para ressignificar possibilidades de interpretação sobre um desenvolvimento e constituir um marco histórico que o relaciona com as novas abordagens territoriais que cresciam e se descobriam naquele tempo social. Era uma forma de contraposição a lógica da divisão dos eixos entre classes dominadas e dominantes através de uma perspectiva de ampliação dos atores do cenário conforme a articulação das identidades territoriais:

Posteriormente Gramsci (2005[1926]) ratifica a sua argumentação para além do dualismo: “(...) O conceito fundamental dos comunistas turineses não foi a ‘fórmula mágica’ da divisão do latifúndio, mas a aliança política entre operários do Norte e camponeses do Sul para enfraquecer a burguesia que

controla o Estado” (p.158). (grifo do autor). Sua compreensão relacional e a ênfase à articulação e a complementaridade, mais uma vez, estão muito claras e são elaboradas a partir do materialismo histórico e dialético (...) (SAQUET, 2007, p.62).

Com essa perspectiva, surge a necessidade de se estudar as categorias que se incluem no conceito de território e territorialidades para compreender possíveis rotas de desenvolvimento. Nesse sentido, Saquet (2007) discorre sobre os aspectos positivos quanto à conquista de um novo paradigma que permite incluir “o movimento, as ligações e o jogo de poder no território” (SAQUET, 2007, p. 62) aos processos de estudo sobre o desenvolvimento.

Isso significa que a trama de conceitos e implicações percorridas sobre o território neste capítulo, como relações de poder, simbologia, aspectos materiais e (i) materiais, as relações sociais que demarcam espaços de reconhecimento e estranhamento devem ser consideradas como fatores que influenciam na própria organização dos territórios e nos seus processos de crescimento econômico e social. “Com uma leitura do desenvolvimento considerando as forças, interesses, e relações entre as classes, começa a emergir uma análise específica das classes sociais e de suas relações (...)” (Bagnasco apud Saquet, 2007, p. 62).

A abordagem do desenvolvimento relacionando as implicações territoriais foi encontrada nos estudos de Saquet por volta de 1970, no campo das ciências sociais no qual a compreensão dos processos sociais passou a se vincular as dinâmicas políticas, econômicas e culturais decorrentes da formação dos territórios.

Tal concepção de Bagnasco, como afirmou Saquet (2007), encontrou apoio em autores como Dematteis (1996), Francesco Indovina, Alberto Magnaghi, Muscarà e no próprio Gottmann com sua visão acerca das redes e mudanças.

Nesse sentido, o próprio Jean Gottmann (1980) ressalta sobre a relação entre “*estruturas espaciais mais abertas e flexíveis*” (GOTTMANN apud SAQUET, 2007, p. 69) como incentivadoras do aparecimento de um emaranhado de redes que se formam por entre os movimentos entre as cidades nas suas dinâmicas de crescimento e estagnação. Tais elementos são compreendidos como fatores que superam as próprias simbologias locais, devido ao processo interacional que ocasiona mudanças nas esferas políticas, econômicas e até mesmo culturais.

Para formar sua perspectiva de desenvolvimento territorial, centrado no campo da sociologia, Bagnasco, então, parte da articulação territorial de Antonio Gramsci, subsidiada

pela dialética de Karl Marx, para refletir sobre componentes trazidos por Max Weber. Seleciona as contribuições desse sociólogo pertinentes às interações que ocorrem entre as dimensões da cultura, política e economia na história para compreender a própria formação e constituição da complexa realidade das tramas territoriais.

Com esta concepção, a ação social defendida e investigada por Max Weber parece extrapolar a idéia de ator social e alcançar, em Bagnasco, as ações entre territórios, as interações entre territorialidades que partem de referenciais de determinados grupos de convivência e se relacionam com outras realidades de forma a se estabelecer redes ao redor das dinâmicas sociais.

São contextos sócio-políticos que se vinculam desde as menores dinâmicas intraterritoriais aos processos extraterritoriais, possibilitando uma atração ou rejeição de negociações que se conformam ou se transformam. Tais interações ocorrem entre as próprias especialidades territoriais que Saquet chama de “partes territoriais” (SAQUET, 2007, p. 73), que se relacionam, transformam e permanecem influenciando os processos sociais:

Essas *partes territoriais* têm características específicas que diferenciam uma das outras, produto da dinâmica socioeconômica e estão em interação. Uma formação social também é territorial, fruto de combinação que expressam mudanças e permanências econômicas, políticas e culturais que acontecem no tempo e no espaço. Essa articulação é considerada, ela mesma, uma das múltiplas determinações de uma *realidade concreta*. (SAQUET, 2007, p. 73).

Dessa forma, Bagnasco (apud SAQUET, 2007) relaciona a articulação de Antonio Gramsci para discorrer sobre possibilidades de mudanças e transformações a partir do movimento e interação entre territórios que acontecem na realidade concreta das sociedades locais e nacionais.

Assim, o território passa a ser visto e compreendido como um fator variável que participa tanto do modo de vida dos indivíduos enquanto constituidor como produto dessas relações, transformando-se em um conceito central para a compreensão das histórias e tramas sociais, relegando quaisquer tentativas de mudança à imperiosa necessidade de se conhecer a realidade territorial.

Face aos debates que nasciam em torno do desenvolvimento e território, Saquet aponta que tal relação partiu e invadiu a lógica do crescimento econômico dos contextos industriais na Itália. Desse enfoque, o autor relaciona quatro tipos de interpretações que partem da sociologia, da economia, de grupos de pesquisadores da geografia e outras ciências

e de outros grupos de geografia que valorizam a dimensão histórica.

A concepção sociológica é apresentada sob a perspectiva de Bagnasco que parte das experiências de crescimento econômico de pequenas empresas para propor uma forma pluralista de se perceber o desenvolvimento composto pela densa rede constituída e *articulada em tramas*. Para ele, existem quatro mecanismos que regularam a dimensão econômica do desenvolvimento industrial que se combinam no tempo e no espaço por meio: da “reciprocidade” (...), do mercado (...), da organização (...) e da política (...) (SAQUET, 2007, p. 92-93). Isso reflete a valorização do autor para os aspectos das relações sociais estabelecidas, para as relações de mercado, para as organizações de estruturas internas e externas e pelo jogo de interesses que estão presentes no cenário político.

Enquanto para Bagnasco, o território pode ser visto como palco, “área/região, lugar/comunidade” (SAQUET, 2007, p.93) dessas interações entre economia, política e cultura para a formação dos seus processos sócioterritoriais, para Becattini (1989), que centra sua análise sobre o desenvolvimento na dimensão econômica, o *lugar geográfico* pode ser visto como o “*sistema local* de desenvolvimento” (SAQUET, 2007, p. 93) que compreende a história e as características internas que circulam no espaço para a sustentação da população em termos de cultura e economia.

Do terceiro e quarto grupo de pesquisa que incluía a vertente econômica da lógica empresarial e mercadológica no processo de desenvolvimento, Saquet (2007) afirma que apesar das especificidades de cada pesquisador e visão sobre o território, a evolução das cidades estava embasada nas condições *ambientais, territoriais*, e de atividades econômicas difundidas pelas interações populacionais que ocorriam entre os campos e os centros urbanos.

Sobre o tema, Dematteis (apud SAQUET, 2007) também discute sobre o movimento da *contra-urbanização* como fenômeno que difundiu as atividades econômicas através das articulações sociais e territoriais, tanto quanto Innocenti (1985) que correlaciona o movimento da urbanização, da circulação, o movimento de povoamento dos territórios camponeses como movimentos que territorializam o desenvolvimento.

Há uma evolução nessa linha de estudo marcada pela constituição desses grupos de pesquisa que, explica Saquet (2007), foi titulada de *GRAM e Slot (sistema local territorial)*, e que se preocupavam em utilizar métodos e conceitos que tivessem alguma aplicabilidade no funcionamento das sociedades.

Para Dematteis, um dos coordenadores do grupo de pesquisa, o território é ponto de partida, é *nó*, das interconexões que se procedem cotidianamente e envolvem várias

dimensões imateriais e materiais, envolvem as simbologias que se emanam também das características naturais do território, e que o autor chama de representações ou metáforas. O nó é referência para os múltiplos processos sociais que impulsionam o desenvolvimento em rede.

O território é condição de processos de desenvolvimento. É natureza e sociedade, manifestando-se de forma específica em diferentes lugares. Nas condições territoriais de desenvolvimento, também trabalhadas em Dematteis (1988), há fertilidade do solo, clima, atrativos paisagísticos, estratificação social, cultura familiar específica, tradições de empreendimentos, associações de moradores, relações sociais, posses/propriedades, redes de circulação e comunicação. (SAQUET, 2007, p. 114).

Ou seja, a identidade territorial formada pelo mister constituído pelas condições materiais de existência é um elemento que influencia na sua própria compreensão e nas transformações e/ou mudanças que a ele se relacionem. Nesse sentido, Dematteis traz o significado de rede, das questões naturais e ecológicas, das relações sociais e psicológicas que formam, do movimento político local, e do cotidiano também vivenciado nos pequenos espaços como família, até as relações constituídas entre as comunidades. Isso tudo posto enquanto estratégias de valorização desse conceito territorial para o *desenvolvimento local efetivo*.

Partindo desse pressuposto, as políticas de desenvolvimento tem de considerar essas territorialidades, posto que elas são os espelhos das relações que se constituem sobre as condições do território. Por este motivo, o desenvolvimento em rede também requer a coesão social, os fluxos, e a inclusão das territorialidades que se expressam em Saquet (2007) como o *agir social*. No território há atores sociais, há “cooperação, participação e mobilização” (SAQUET, 2007, p. 115), há o que ele chama de *territorialidade ativa* que tanto pode possibilitar pensar em trajetórias de desenvolvimento como deve ser considerada no processo do planejamento político.

Nesse ínterim, já por volta de 1990, o conceito de sustentabilidade também é agregado à perspectiva de desenvolvimento em abordagem. Alberto Magnaghi (2000) traz, em sua concepção de autonomia territorialista, a dinâmica ambiental como um elemento próprio que também deve ser considerado para projetos de desenvolvimento. Aqui ele já propõe um significado de sustentabilidade que vai além do aspecto do ambiente físico e natural, para abordar a sustentabilidade das questões políticas, econômicas e culturais.

Todos esses mecanismos constituem o significado da matriz *Slot* que vincula as características individuais e coletivas do território e que, para Dematteis, inclui a análise da rede interna dos atores sociais do território, uma espécie de identidade coletiva em rede, as condições ambientais, a relação desse sujeito coletivo com as condições ambientais, e a interação da rede local com outras redes locais e nacionais.

Perante a amplitude que o termo desenvolvimento apresenta, proporcionalmente é a complexidade que envolve. Dessa forma, buscou-se um limiar para compreender as repercussões que as construções dos territórios e territorialidades lançam para a problemática do desenvolvimento que, apesar da nossa supraestrutura neoliberal de liberalidade econômica, é superior a problemática do desenvolvimento econômico.

Saquet (2007) reforça que a análise do desenvolvimento é superior ao desenvolvimento econômico, é maior e mais complexa, posto que inclui uma gama de conceitos que se relacionam a constituição dos territórios e a formação de suas redes. Nessa acepção global de revelar o território e o desenvolvimento, insere-se também a própria infraestrutura econômica, mostrando, pois, quão maior é o significado do desenvolvimento territorial.

Postas todas essas perspectivas que colocam o território como centro, compreende-se que se faz necessário se apropriar da definição de território enquanto *arena* multiatorial de referências históricas e simbólicas em constantes interações com novas referências que constituem e são constituídas, em tempo incerto, grupos que, vinculados pelo interesse de mudança ou transformação, vivenciam movimentos de conflito e diálogo, mas que se reconhecem enquanto território pela peculiaridade da vida cotidiana.

Assim, propõe-se aqui a um ponto de vista de território aonde se estabelece uma arena social na qual se constroem e desconstroem trajetórias de mudanças e melhorias, por meio de conflitos ideológicos e perspectivas de visões de mundo que interagem no território, ou seja, aonde interatuam problemas vivenciados e percebidos pelo grupo como sociais e que estão refletidos no cotidiano e na vizinhança local, na realidade de vida de cada ator social.

Tal território assume este conceito no presente trabalho, pois é percebido como o local de referência aonde acontecem, propõem-se, constroem-se e desconstroem-se as *policies*. Por isso, o território é compreendido como arena social onde ocorrem as dinâmicas populares, as articulações e desarticulações, os esforços ou alienação dos atores sociais que podem proporcionar o desenvolvimento ou a estagnação territorial. É no território aonde os problemas sociais são maturados e considerados, posteriormente, ao longo de seus próprios

percursos, como de pública relevância.

Trata-se de uma perspectiva estabelecida a partir do conceito de arena social de *policy making*. Essa acepção possibilita refletir e interpretar os territórios enquanto espaços de experiências, como citado por Raffestin, Andrade, Milton Santos, e tantos outros, mas que servem como suporte para a dinâmica das relações de poder dos atores sociais, como citado por Marcelo Souza, entretanto, com a finalidade de reconhecer o território enquanto arena, lugar de construção de políticas públicas para quaisquer transformações.

1.4. Construindo uma Matriz de Análise

Em um processo de construção de uma dissertação-projeto dentro de um mestrado profissional como este, os esforços de análise bibliográfica, em simples palavras, as teorias foram orientadas à problematização final do objeto de estudo. A partir das leituras realizadas, construiu-se uma matriz de análise que ainda se mostra pouco específica ao objeto neste primeiro momento, por entender que desta forma a autora exploraria com maior profundidade as nuances da literatura estudada. Esta matriz teve início com a sistematização de possíveis categorias de análise para objetos que poderiam ser identificados como território com algum grau de vulnerabilidade social. Estas categorias foram construídas a partir dos principais argumentos tratados pelos autores, já sob a influência de seus olhares ou vieses. Em seguida, procurou-se construir possíveis perguntas que explorariam cada uma destas categorias de análise, as quais foram chamadas de “problematizações possíveis”. Vale a pena lembrar que estas problematizações ainda não foram “aplicadas” ao objeto de análise deste trabalho, o território de São Cristóvão em Salvador da Bahia¹.

Para tanto, partiu-se dos aspectos explorados acerca de territórios para alcançar e identificar o cerne do respectivo significado abordado por este trabalho que retrata e prioriza a força política que seus movimentos comportam. Tal aspecto inclui as dimensões da cultura, simbologia, história e mercado de valor local— como já referidos por muitos, mas, sobretudo, envolve as possíveis potencialidades dos movimentos, ainda que desorganizados, que possuem a capacidade de articulação, de construção e de diálogo. Essa capacidade é

1 Em suma, são perguntas que possibilitaram esta autora a construir o seu olhar investigativo para outros casos de estudo (“para onde e o que devo olhar quando me deparar com um caso semelhante?” ou “qual o efetivo impacto deste referencial teórico sobre a minha estrutura cognitiva?”).

proveniente da apropriação que os grupos vivos possuem de sua própria realidade, de suas necessidades e de sua própria história. É daí que utilizamos do conceito de poder das classes populares para refletir sobre trajetórias de desenvolvimento. É desse conhecimento da realidade vivenciada que nasce e se desenvolve as relações de poder do coletivo.

O foco que se dá a imaterialidade do território não pretende – nem seria possível tal pretensão - desconsiderar todos os recursos provenientes da materialidade que o compõe, do mesmo modo citado até por Souza (apud HAESBAERT, 2011), mas possui objetivo de esclarecer que, ao tomarmos o termo ora em estudo, aspiramos alcançar as forças constituídas para e no território, oriundas dos sujeitos que estão, por quaisquer vínculos, relacionados àquele local e que, por isso, formam uma teia de relações sociais enriquecida de informações reais e concretas.

Portanto, o território aqui assume um conceito plural e composto, pois não poderia deixar de considerar os elementos fundamentais já estudados, configurando-o como a referência de grupos vinculados por determinada simbologia e tempo social, que desenvolvem sentimento de pertencimento à história local em processos de articulação e construção e movimentação política.

Do mesmo modo, também parte-se da multiterritorialidade de Haesbaert e da sua visão integrada do território multidimensional, posto que não se pode deixar de considerar e incluir as dimensões econômicas, políticas, culturais e até naturais geográficas como integradoras, como já afirma o próprio autor, do conceito de território. Admite-se a geografia incutida no termo desde o seu nascimento, até mesmo pelos riscos expostos por Marcelo Souza, “desgeografizando o território” (SOUZA apud HAESBAERT, 2011, p.81).

Todavia, o interesse que se faz presente na exploração deste trabalho tem o objetivo de abordar o conceito de território como as relações de poder em movimento, a partir das interações grupais do território no processo de construção de políticas de desenvolvimento. Neste sentido, podemos retomar uma citação de Giuseppe Dematteis (2008) quando sintetiza e valoriza a organização política como elemento que deve ser observado na dinâmica territorial, relacionando-a como um recurso territorial para o desenvolvimento/transformação:

(...) a organização política dos atores em certos territórios deve ser considerada um recurso endógeno que as políticas gerais de desenvolvimento devem conhecer, orientar e governar. Este recurso precisa ser analisado numa abordagem territorial comprometida com a

transformação social, identificando-se as territorialidades que podem ser potencializadas para a governança local interagida as instâncias regionais, nacionais e internacionais. (DEMATTEIS apud SAQUET, 2007).

Assim como Dematteis, cada autor estudado por SAQUET (2007) contribuiu para a análise do conceito de um território real como base para se analisar outras categorias:

- Gottmann com a imaterialidade do território e a subjetividade construída em seu significado a partir da convivência e das territorialidades;

- Dematteis, supracitado, além da esfera política como importante elemento no conceito, delega certo poder as classes populares ou a necessidade do governo reconhecer ou priorizar os atores sociais locais como “recurso endógeno”, avançando para um território enquanto valorização do cotidiano;

- Raffestin a partir da abordagem das relações sociais, experiências e relações de poder como elementos constituintes do território;

- Milton Santos com o enfoque do território enquanto conceito de espaço utilizado e ponto de conexão entre o local e global;

- Bertha Becker como espaço produzido pelos seus atores sociais “para além da atuação do Estado” (BECKER apud SAQUET, 2007, p. 90);

- Deleuze e Guattari com os estudos voltados para a continuidade dos territórios sob a forma da desterritorialização e da reterritorialização;

- Marcelo Souza que, apesar de criar foco para as relações de poder como o eixo definidor do território, não exclui as dimensões plurais, e põe o poder como exercício em outras esferas que não as estatais somente;

- Saquet com a abordagem territorial que permite percebê-lo como possibilidades de mudança ao incluir nas propostas de desenvolvimento a riqueza dos conteúdos dos processos territoriais;

- e Haesbaert que, parte da crítica à desterritorialização para a multiterritorialidade, passando a utilizar uma abordagem integradora para a compreensão do conceito, ressaltando ainda mais a pluralidade e multidimensionalidade constante no conceito real dos territórios.

Fundamentada na reunião articulada entre tais categorias e orientada para uma síntese crítica e propositiva, propõe-se a seguinte matriz de análise:

CATEGORIAS DE ANÁLISE	PROBLEMATIZAÇÕES	AUTORES DE REFERÊNCIAS
Território/Territorialidade/Multiterritorialidade	<ul style="list-style-type: none"> • Em que medida o conceito de território pode ajudar o teórico ou praticante do mesmo a compreendê-lo melhor? • Quais as relações de poder estabelecidas em um território? • Em que medida há territórios em um mesmo território? • Quais são os territórios dentro deste mesmo território? • Que relações sociais podem provocar mudanças sócioterritoriais? • De que forma a configuração de um território é o resultado das relações sociais nele existentes? • O que a imaterialidade do território representa para novas e velhas configurações locais? • Quais são as forças e estratégias que mobilizam as trajetórias de um território? • Como se dá o controle social em territórios? 	Saquet, Dematteis, Gottmann, Haesbaert.
Ator Social	<ul style="list-style-type: none"> • Quais são os atores sociais mais relevantes do território e quais os seus papéis principais? • Em que medida os atores sociais são compreendidos como corresponsáveis dos cenários territoriais? • Quem são os atores capazes de promover história de mudanças no cenário social do território? • Quais são os instrumentos de pp de tais atores (numa concepção multicêntrica e não estadocêntrica de políticas públicas)? 	Santos, Giuliani, Dallabrida.

Arenas de Políticas Públicas	<ul style="list-style-type: none"> • Em que medida o conceito de arena pode ajudar o teórico ou praticante do mesmo a compreendê-lo melhor? • É possível compreender pequenas arenas dentro da grande arena de políticas públicas que conformam um território? • Qual a participação das arenas menores no fluxo multiatorial e historicizado das políticas públicas (em particular no modelo <i>bottom-up</i>)? • Em que medida as arenas de políticas públicas podem ser compreendidas como recursos de transformação sociopolítica? 	Boullosa, Giuliani, Secchi.
Rede de Atores de políticas públicas (<i>policy network</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Quais são as redes de atores de políticas públicas que conformam o território? • Quais são as redes, e a qualidade das mesmas, orientadas à transformação social do território? • Quais as tipologias de redes que constituem o território? • Como os atores se articulam em trajetórias de desenvolvimento territorial? 	Boullosa, Giuliani, Secchi.
Desenvolvimento Territorial	<ul style="list-style-type: none"> • Quais as noções de desenvolvimento territorial caracterizam o território? Há predominância de alguma? • Em que medida este consenso ou dissenso se relaciona ao estágio de vulnerabilidade do território? • Em que medida noções de desenvolvimento razoavelmente claras orientam as práticas dos atores do território? • Como se estabelece a relação diretamente proporcional entre desenvolvimento territorial e 	Bagnasco, Saquet, Dallabrida.

	políticas públicas provenientes das forças populares?	
--	---	--

Quadro 1: Matriz analítica de primeiro nível: do referencial teórico a problematizações sobre territórios de alta vulnerabilidade

Fonte: Elaboração Própria

As categorias apresentadas não exaurem as possibilidades analíticas do referencial teórico, nem era esta a sua pretensão, mas sintetizam a qualidade do olhar que se pretende lançar para o objeto de análise, cuja problematização, objeto do próximo capítulo, já foi realizada em função de tais categorias. De certa forma, esta passagem contradiz a separação clássica de influência das ciências duras que prega a apresentação do problema como algo neutral, quase que desprovido de premissas ou vínculos cognitivos. Algumas das problematizações decorrentes ou acolhidas em algumas das categorias poderiam sem muita dificuldade encaixar-se em uma outra, dada à pluralidade da possível resposta pretendida. Todavia, optou-se por conservar esta separação para fins de análise.

2. PROBLEMATIZANDO O TERRITÓRIO DE SÃO CRISTÓVÃO

As categorias analíticas construídas a partir do referencial teórico, com seus desdobramentos apresentados em forma de perguntas, podem ser vistas como a tradução do olhar investigativo qualitativo desenvolvido por esta pesquisa. Elas representam os principais pontos que a autora deste trabalho considerou como relevante para a compreensão e exploração do seu objeto de investigação, o território de São Cristóvão. Estes pontos assumiram o papel de categorias de análise, as quais, por sua vez, geraram ou acolheram diferentes problematizações delas decorrentes. O quadro resultante, porém, mostrou-se complexo no conjunto das questões tratadas, como se pretendia, mas também complexo do ponto de vista do manejo de tantas questões para uma mesma pesquisa, sobretudo conduzida por um único pesquisador e ainda sob o desafio da assunção do viés propositivo, como é o caso de uma dissertação de mestrado profissional.

Para resolver este problema, sem perder o desafio da proposição, optou-se por refinar a matriz analítica criando uma segunda matriz aplicada, na qual estariam presentes as questões mais pertinentes e orientadoras da exploração do objeto primaz de estudo deste trabalho aplicado: o território de São Cristóvão em Salvador da Bahia. A passagem que se apresenta a partir de agora aconteceu em três movimentos ou níveis de síntese: o primeiro deles foi a própria matriz apresentada no final do capítulo passado (fig. 1); o segundo consistiu no retrabalho e seleção de categorias e problematizações (fig. 2) ; e o terceiro na aplicação destas últimas problematizações ao território em questão (fig. 3), um território amplo, plural, vulnerável e complexo.

São elas:

CATEGORIAS DE ANÁLISE CRUZADAS	NOVAS PROBLEMATIZAÇÕES RESULTANTES
Território x atores sociais	Quais são os atores (e seus instrumentos) que constroem a história pública de um território?
Atores sociais x redes de políticas públicas x desenvolvimento territorial	Como os atores se articulam em trajetórias de desenvolvimento territorial?
Território x redes de políticas públicas x desenvolvimento territorial	Em que medida as arenas de políticas públicas constituidoras de um território podem ser vistas como expressão do desenvolvimento territorial?
Arenas de políticas públicas x desenvolvimento territorial	Como se estabelece a relação diretamente proporcional entre desenvolvimento territorial e políticas públicas?

Quadro 2: Matriz analítica de segundo nível: refinando as problematizações sobre territórios de alta vulnerabilidade.

Fonte: Elaboração Própria

A primeira vertente aponta para necessidade de conhecer os atores sociais que constituem a rede do território a fim de conhecer a qualidade das relações que são por eles construídas, tanto quanto o desenvolvimento de seus papéis na trama territorial. Possibilita desenvolver reflexões acerca das relações que se estabelecem entre os atores sociais enquanto substanciais para a interpretação das redes constituídas no território. Isso possibilita repensar sobre a qualidade das relações sociais e das parcerias que são construídas no território e sobre a capacidade de compartilhamento e aliança concernentes às demandas locais e respectivas estratégias de enfrentamento.

A segunda vertente evidencia a necessidade de compreender as estratégias articuladas por atores sociais capazes de provocar mudanças no cenário social de um território, a partir de dimensões que se refiram aos recursos endógenos. Essa perspectiva permite abordar as condições imateriais do território como fatores que contribuem para reverter trajetórias de estagnação.

A terceira questão traz a categoria de políticas públicas como possibilidade de compreender as forças territoriais para se pensar em novos caminhos. Abrange o significado de políticas públicas apropriado por este trabalho de forma a valorizar os movimentos locais, as articulações e desarticulações, as iniciativas imediatas e projetadas e as redes locais fragmentadas, porém dinâmicas. Tal perspectiva considera a própria desorganização e segregação dos atores sociais com parte de uma realidade territorial aonde se constroem arenas sociais. As arenas são apresentadas enquanto local no qual se processam, constroem e desconstroem políticas públicas.

A quarta vertente é referente à necessidade de compreender políticas públicas enquanto construto social para percebê-la como políticas de desenvolvimento. Traz a possibilidade de articular desenvolvimento territorial e movimentos locais e políticos da base. É uma abordagem que oportuniza enfrentar o distanciamento das propostas territoriais externas à sua realidade como obstáculo para a evolução da perspectiva transformação a partir do território. Por isso, permite refletir sobre idéias instrumentais que são providenciais para algum desenvolvimento relativas à qualidade com a qual são formadas as arenas sociais.

A partir dessas considerações, compreendeu-se que a matriz de investigação deste trabalho está pautada na busca na interpretação de políticas públicas como o êxito ou resultado de esforços multitoriais para entender as diretrizes de diálogo social capazes de articular os esforços de atores sociais, coautores de *policies*, no processo de desenvolvimento de São Cristóvão.

Isso posto, construiu-se um quadro das categorias de análise aplicadas direcionadas para as questões referentes às tensões estabelecidas no território de São Cristóvão, visando explorar e compreender as dimensões, de cunho teórico-prático, envolvidas com esse cenário que apresenta um emaranhado de demandas histórico-sociais decorrentes de uma ausência também histórica de maiores investimentos. Dessa forma, apresenta-se a seguir as questões norteadoras para se refletir sobre aquela realidade:

CATEGORIAS DE ANÁLISE CRUZADAS	PROBLEMATIZAÇÕES PARA O TERRITÓRIO DE SÃO CRISTÓVÃO
Território x atores sociais	Quais são os atores (e seus instrumentos) que constroem a história pública do território de São Cristóvão?
Atores sociais x redes de políticas públicas x desenvolvimento territorial	Como os atores se articulam em trajetórias de desenvolvimento territorial em São Cristóvão?
Território x redes de políticas públicas x desenvolvimento territorial	Em que medida as arenas de políticas públicas constituidoras de um território podem ser vistas como expressão do desenvolvimento territorial de São Cristóvão?
Arenas de políticas públicas x desenvolvimento territorial	Como se estabelece a relação diretamente proporcional entre desenvolvimento territorial e políticas públicas em São Cristóvão?

Quadro 3: Matriz analítica de terceiro nível: das problematizações sobre territórios de alta vulnerabilidade ao território de São Cristóvão

Fonte: Elaboração Própria

O caminho percorrido desta análise permitiu amadurecer o problema inicialmente apresentado que procurava compreender o porquê que mesmo com a existência de tantos movimentos no território de São Cristóvão, com uma dinâmica cuja narração dos fatos, no decorrer dos anos, demonstra o envolvimento de seus atores sociais, ainda que fragmentados e pontuais, mas com interesse de mudança ou, ao menos, sentimento de revolta e insatisfação, pouco se alcançou diante da complexidade e do número de habitantes ali viventes.

A primeira problematização da matriz de análise aplicada ressalta o papel desenvolvido pelos atores sociais do território e quais os seus instrumentos para a construção de políticas públicas nas arenas territoriais. É relativa à problematização da carreira pública desenvolvida pelos atores, coloca seus papéis centro do problema.

A segunda problematização da matriz de análise faz referência à como se estabelecem as relações entre os atores sociais e qual a qualidade das mesmas no território. A

qualidade da comunicação, da interação, da integração, da articulação e do diálogo social entre os atores sociais. Viabiliza a reflexão sobre as estratégias que possibilitam a soma dos esforços entre os atores sociais para se pensar em caminhos de melhorias para São Cristóvão.

A terceira categoria problematiza as possíveis forças existentes no território de São Cristóvão que representam oportunidades de contribuir para quaisquer mudanças no atual cenário social local. Evidencia as arenas de políticas públicas que constam na história de formação territorial que potencializam as chances de reverter às condições atualmente postas.

O quarto problema da matriz de análise aplicada permite a discussão sobre a possibilidade de trajetórias de desenvolvimento de São Cristóvão a partir dos movimentos e dinâmicas fomentados pelos atores sociais locais. Apresenta uma categoria que envolve uma nova forma de se perceber as articulações territoriais, uma nova forma de se pensar em desenvolvimento territorial e política pública no modelo *bottom-up*.

Dessa forma, além este capítulo abordará essas três categorias de análise aplicadas, iniciando com uma breve história do território de São Cristóvão, com a identificação dos atores sociais territoriais, e com a interpretação de São Cristóvão enquanto uma arena territorial de políticas públicas.

2.1 Uma Breve História de São Cristóvão

Considerando as matrizes conceituais e operativas construídas que valorizam o contexto, a força multitorial, o tecido social e a infraestrutura econômica, política e cultural construída pela convivência dos moradores de São Cristóvão, propõe-se uma imersão na realidade social desse Território, a fim alcançarmos uma compreensão de sua história, o associacionismo, e os atores sociais a ele pertencentes.

A história do Território começou a ser desenhada no ano de criação do Aeroporto de Salvador, em 1925. Entretanto, foi em decorrência do contexto mundial da Segunda Guerra que houve investimento em infraestrutura para a construção de uma rota estratégica de transporte de armamento bélico, que recebeu o nome de Estrada Velha do Aeroporto, e para a construção da Base Aérea de Salvador em 1940. Isto proporcionou maior crescimento do território de São Cristóvão com o aumento populacional de estrangeiros na localidade envolvidos com as obras de engenharia.

A formação e extensão de terras foram heranças de grandes fazendas tituladas de

“Fazenda Fidalgo, Caçange e Raposo, Pinda, Margarida e Ipitanga” (CONSELHO COMUNITÁRIO DE SÃO CRISTÓVÃO, 2009), além da Fazenda Cachoeira que, segundo os moradores, foi herança que ainda datava no período pós-escravagista. Dessa herança, São Cristóvão, anteriormente também situado numa região chamada de Santo Amaro de Ipitanga, está, hoje, identificado como uma extensão partilhada em seis subáreas que perfazem quase 180.000 mil habitantes.

Consubstanciado na compreensão do conceito de território explorado em capítulo anterior, apresenta-se a constituição de São Cristóvão, de autoria do Conselho de Moradores, que parte do sentimento de pertencimento a cada realidade vivenciada, em termos da multiplicidade de problemas sociais e ambientais compartilhados pelo grupo e que se peculiarizam até os limites e margens setorializadas, reconhecidas e novamente distanciadas pela compreensão de novas peculiaridades de outros subterritórios.

Desta visão, o Território está assim demarcado pelo Conselho dos Moradores:

1 – na área leste: Conjunto Habitacional São Cristóvão, Nova União Paraíso, Bela Vista do Aeroporto e Vale das Dunas de São Cristóvão;

2 – na área central: Colina do Rio, Lessa Ribeiro, Margarida e Aduora;

3 – na área oeste: Parque São Cristóvão, Quintas de Ipitanga, Parque Bahia, Parque Vitória, Loteamento Ipitanga, Bom Natal/Bate Coração.

O bairro foi se formando, eminentemente, pela migração da população de outros locais que sofriam instabilidade de outras infraestruturas e pela vinda de moradores que buscavam proximidade com as oportunidades de emprego, pois São Cristóvão estava localizado num círculo de obras e pólos industriais novos.

Segundo Conselho (2009), até o ano 2000, houve o surgimento e crescimento do Pólo Petroquímico de Camaçari, o Complexo Automobilístico e o Centro Industrial de Aratu. A partir de 2001, o crescimento de empresas no município de Lauro de Freitas e a movimentação no Aeroporto de Salvador também oportunizaram campos de trabalho.

A utilização do transporte aéreo pela classe popular incidiu no aumento do fluxo e trânsito aéreo que já evidenciava a necessidade de maior mão de obra para as empresas contratadas que serviam às operações administrativas aeroportuárias. Veja abaixo a Tabela que demonstra a movimentação do Aeroporto de Salvador, publicada no site do Sindicato Nacional dos Aeroportuários – SINA:

Ano	Passageiros	Variação
2003	71.215.810	-
2004	82.706.261	+ 16,1%
2005	96.078.832	+ 16,1%
2006	102.185.376	+ 6,3%
2007	110.569.767	+ 8,2%
2008	113.263.537	+ 2,4%
2009	128.135.616	+ 13,1%
2010	155.363.964	+ 21,2%
Variação no período		
2003 - 2010		+118,1%

Figura 4: Movimentação de Passageiros do Aeroporto Internacional de Salvador
 Fonte: SINA/2011. Disponível em: www.sina.org.br. Acessado em 20/07/2011.

Consequentemente, houve o aumento de empresas contatadas pela administração do Aeroporto que, inclusive, priorizavam candidatos que residissem nas adjacências, e São Cristóvão está situado a 3 km do sítio aeroportuário.

Instalou-se, então, uma realidade promissora no que concerne ao mundo do trabalho, pois São Cristóvão representava a divisa de regiões que estava em desenvolvimento de mercado como Camaçari, as obras do Aeroporto de Salvador, o aumento do campo imobiliário nas proximidades da região da paralela, e ainda Lauro de Freitas. Ora, certamente a procura populacional para habitação somente seria consequência.

Paralelo a uma promissora área de oportunidades de campo do trabalho, as áreas em desuso ou em abandono, de considerável extensão, significava uma alternativa de sobrevivência para outros moradores, num cenário de aumento da repercussão do movimento social do MST (Movimento dos Sem Terra), nascido já nos anos 80, em que o clima era de enfrentamento ao latifúndio que, no caso São Cristóvão, ou eram mais terras desurbanizadas ou abandonadas por empresas falidas no local.

Observa-se aqui que a ausência de infraestrutura e políticas públicas de urbanização proporciona dois efeitos para a delimitação das subáreas de São Cristóvão. O primeiro é que a própria ausência do governo contribuiu para uma organização/desorganização própria do território, desenhada pelos próprios fenômenos e histórias vivenciadas pelas comunidades. E o segundo deles, é o abandono de décadas denunciado pela permanência de uma realidade fortemente carente de mínimas mudanças.

Do ano de 1970 a 2010, os jornais da cidade de Salvador retrataram bastante a realidade territorial e a população já encaminhava ofícios ao Governo desde 1985 sobre a situação. Assim, trata-se de um problema crônico que já tinha alcançado a mídia, a população,

o conhecimento dos poderes públicos, e a própria sociedade na própria história de desenvolvimento do território. Nesse movimento, muitas subáreas que foram invadidas, receberam o nome conforme suas histórias, a exemplo da Lessa Ribeiro. Assim como essa subárea, São Cristóvão possui uma região sobre a qual muitas reportagens e moradores titulam de *Planeta dos Macacos* que parece ser alvo de estigma social e preconceito da sociedade, até mesmo com os moradores da região quando participam de processos seletivos enquanto candidatos às vagas de emprego, conforme relatos da população.

Isso provém de uma história local, mas que teve reflexos negativos quando assimilaram a outros significados perjorativos, ganhando a idéia de um dos lugares mais violentos do território. Essa imagem reforçou ainda mais a ausência da segurança pública e outros serviços públicos que não atingiam à localidade devido à simbologia de uma violência peculiar. Apesar de não se saber o motivo, existe hoje nessa região um longo muro que separa a paralela das comunidades do *Planeta dos Macacos*, o que instiga curiosidade do real motivo de sua construção. Essa subárea inclui a comunidade da União Paraíso, a Yolanda Pires e a comunidade Bela Vista do Aeroporto, localizadas entre o Conjunto Habitacional e o Vale das Dunas.

Em novembro/98, as invasões só aumentavam até mesmo para as áreas destinadas ao lazer dos moradores, devido ao agravamento da situação sem resposta ou qualquer mudança:

Áreas públicas e de preservação ambiental estão sendo ocupadas irregularmente no Parque São Cristóvão (imediações do Aeroporto) por quase 50 famílias. A construção dos barracos em madeiras e blocos ganhou força nos últimos dias e ontem vários dos ocupantes delimitaram e cercaram as áreas situadas próximas à escola José Augusto Tourinho. (...) preocupados com o surgimento e crescimento da invasão, já organizaram um abaixo-assinado junto à comunidade do Parque, propondo uma ação do Ministério Público para evitar a ocupação. (JORNAL A TARDE, 1998, p. 03).

E foi deste cenário social que a expansão do bairro ocorreu, como um resultado de um processo de crescimento desordenado que não estava preparado para dispor de uma infraestrutura mínima para abrigar o novo número de moradores. Tal situação somente vem se agravando ao longo das décadas. É bem certo que não faz parte e nem é peculiar na história de Salvador a antecipação do planejamento urbano à estrutura geográfica da cidade, certamente, busca-se formas e alternativas de superação para a desorganização dessa infraestrutura.

Todavia, São Cristóvão não tem uma história, imagem física e realidade social de

um bairro que foi incluso nos planos de trabalho das políticas públicas provenientes do Estado. A própria formação do território se deu de forma aleatória e desorganizada, para a qual muitos moradores das comunidades vizinhas migraram para invadir terrenos locais.

A invasão dos espaços do bairro também não se trata de uma realidade peculiar ao território de São Cristóvão, mas da própria estrutura da cidade metropolitana de Salvador, que, face à insuficiência de políticas de habitação para atendimento populacional, incorre numa busca incessante por um lugar de sobrevivência.

2.2. Compreendendo São Cristóvão como uma Arena Territorial de Políticas Públicas

Diante da reconstrução dessa história, resta conhecer as razões pelas quais este trabalho considera São Cristóvão enquanto uma arena territorial de políticas públicas. Para tanto, retoma-se alguns conceitos estudados de territórios que se vinculam a realidade em estudo. Assim, São Cristóvão é considerado uma arena territorial porque se apresenta:

- como um território que está conectado a um âmbito maior e, por isso, sofre os efeitos da desorganização e das expressões da questão social que envolve a cidade de Salvador com um planejamento de desenvolvimento urbano falido. Nesse sentido, conectamos aqui com a teoria de Milton Santos acerca do local e o global;

- como um território subdividido em algumas subáreas, que serão identificadas no capítulo a seguir, mas que se reconhecem entre si pela história, identidade e peculiaridades dos problemas sociais vividos em São Cristóvão, e nesse ponto de vista também percebemos Dematteis e Gottmann, pela territorialidade e a subjetividade contidas em suas teorias;

- como um território que busca a composição de forças por meio do processo político entre os atores sociais vinculados pelas relações de poder de conhecimento da realidade local, de forma similar a concepção de Marcelo Souza;

- como um território que integra uma capilaridade de subáreas relacionadas, sendo necessária a concepção da multiterritorialidade de Haesbaert, para reconhecer o fluxo em constante mudança pela própria interação das territorialidades;

- como território cujas forças políticas são capazes mudar suas trajetórias, como o próprio Saquet permite compreender o território como “subsídio para a elaboração de propostas de desenvolvimento” (SAQUET, 2007, p. 177).

Enfim, concordando com Haesbaert (2011), São Cristóvão é a integração de tudo

isso ao considerar sua percepção de espaço onde se constroem, desconstroem e reconstroem territorialidades, desorganizadamente. São nessas concepções de território que se constituem arenas de discussões, de onde são elaboradas proposições coletivas.

Sendo assim, entende-se São Cristóvão enquanto arenas territoriais de políticas públicas por compreender que a força política dos grupos comunitários locais pode representar uma condição mobilizadora para as novas e reais configurações. Isto porque os atores sociais do território, ainda que sofram com estrutural escassez de recursos, são dotados de um poder que, geralmente não é reconhecido pelo seu valor imaterial: o patrimônio do conhecimento sobre as demandas e realidade territorial. Não tão somente por este poder, mas, principalmente pela capacidade de transformá-lo e conduzi-lo em prol de melhorias para o próprio território. É nesse ponto que os movimentos de base devem ser considerados como vias de políticas públicas, capazes de somar esforços nas arenas territoriais. Por isso, São Cristóvão será analisado como uma arena territorial de *policies*.

2.2.1. Conhecendo os Atores Sociais do Território

Para identificar os atores do território de São Cristóvão, adotar-se-á o conceito de atores sociais enquanto cidadãos pertencentes àquela realidade social, ou vinculados a ela pelo compromisso de mudança e transformação, da situação estruturalmente estabelecida por uma multiplicidade de fatores decorrentes da própria infraestrutura da cidade de Salvador, que representam, cada um deles, o centro de uma rede e trama social, que potencializados podem somar esforços, conexões, e recursos de várias ordens, para quaisquer desenvolvimentos na trajetória de melhoria de qualidade de vida comunitária.

Assim posto, em decorrência da realidade de aumento populacional e denúncias constantes acerca das expressões da questão social que atingiam o território de São Cristóvão, já havia ações de atores sociais pertencentes a esse cenário, a partir de 1941, conforme consta a reportagem do Jornal da Bahia de 22/07/1970, manifestando os descontentamentos e as insatisfações da população, o que já representava pequenas atuações coletivas.

O documento do Conselho Comunitário (2009) já relata os primórdios da implantação da igreja católica no local que parece ter, até pela representação existente no nome do bairro, forte presença no território, estendendo-se à atualidade. Entretanto, as ações da década de 70 não somente se resumiam as da Igreja Católica, mas ao envolvimento de

outros atores que já se reuniam em prol da construção do grande evento do território: a festa do padroeiro que ganhou maior representatividade em 1967, quando a data foi ratificada pelo Governo Federal. Os próprios comerciantes locais contribuíaam para a realização do evento. Tal movimento possui significado com os fenômenos vivenciados pela população local, em razão dos valores e sentimentos de incentivo para superação das dificuldades impostas para o crescimento urbano.

Tratava-se de um movimento que reunia não somente os motoristas, atores simbólicos de proteção do padroeiro, mas a população com os festejos e as parcerias pontuais com a igreja. Isso não deixa de ser um investimento coletivo dos moradores.

Nos registros do Conselho (2009) existem referências que remotam a década de 70, concernente à atuação da Igreja Católica mediante os grupos de jovens, entre outros, apoiados pela Pastoral da Criança que se refletia em ações assistencialistas, de caridade, às comunidades locais.

Todavia, na década de 60, já existiam grupos esportivos em forma de clubes comunitários que promoviam atividades esportivas, culturais e musicais. Não eram grandes projetos, até mesmo porque se tratavam de recursos da vizinhança e dos próprios moradores em que as ações se somavam com esforço coletivo. Entretanto, são entendidas como ações sociais por proporcionarem atuações em busca de um pouco mais de qualidade de vida de jovens e adultos comunitários.

Em nove de novembro de 1980 foi criada a primeira associação do Território, chamada de Sociedade Recreativa e de Defesa do Bairro de São Cristóvão, que atuou durante vinte anos como associação de moradores até o ano de 2000, quando originou o Conselho Comunitário de São Cristóvão – Sociedade de Representação, Defesa e de Assistência Comunitária de São Cristóvão. Porém, desde 1973 que já eram realizadas reuniões periódicas para tratar dos problemas do Território.

Em termos de instrumentos e projetos, o Conselho (2006) e respectivos movimentos realizavam orientações individuais e/ou coletivas quanto aos direitos sociais, humanos e individuais para acesso aos serviços sociais públicos, com o intuito de contribuir para o exercício da cidadania da população local, promover atividades esportivas entre jovens e adultos, visando à integração comunitária, “cursos de produção familiar” (CONSELHO, 2006), além de apoiar grupos de música e dança do Território. Para discutir os problemas do Território, realiza reuniões periódicas semanais no espaço do Centro Comunitário da Igreja Católica Matriz, cedido pelo respectivo padre paroquial. Não possui financiamentos fixos,

mas contribuições dos grupos de comerciantes locais, das empresas instaladas nas adjacências do bairro, e por vezes, de partidos ou políticos que se comprometem a apoiar ao movimento. No entanto, buscam parcerias para o desenvolvimento dos seus respectivos projetos, tendo em vista que as empresas localizadas no Território e nas suas proximidades são ausentes, e os partidos políticos somente reaparecem ou buscam as comunidades em períodos eleitorais.

O Conselho Comunitário dedica a maior parte de suas atividades e ações atuais as discussões com o Estado e seus respectivos representantes, na busca por políticas públicas que atendam a realidade da população local. Dessa forma, esse ator compreende que desenvolve articulações políticas e cumpre com o seu papel de mediador dos interesses comunitários, percebendo-se enquanto entidade que centraliza a representação dos outros atores sociais presentes no território:

O Conselho é o fórum de entidades do bairro de São Cristóvão que se reúne para discutir problemas ou políticas públicas que são de interesses comuns das subáreas do bairro, exemplo de segurança pública, transportes, infraestrutura urbana, saúde pública, educação, entre outros. (CONSELHO, 2006).

Inserido nessa acepção, o Conselho apresenta sua convicção enquanto movimento social que prioriza a uma participação plural e horizontal como importante valor no processo da democracia participativa. Assim, posiciona a necessidade de sobrepor o interesse coletivo ao individual e as questões singulares. Porém, observou-se, conforme documento da Entidade (2011), a dificuldade para que tal participação se configure como efetiva nos processos de trabalho e de decisão que envolvem o Conselho e os órgãos públicos municipais, o que evidencia a imagem da democracia representativa como uma idéia superficial que não atende os interesses do coletivo local. Por isso, a Entidade esclarece o papel de um conselho comunitário que luta e reivindica pelo direito do exercício da cidadania de suas comunidades: “As entidades de representações comunitárias ou entidades de objetivos afins, tornam-se a saída, como alternativa para o movimento democrático participativo, contra os efeitos negativos da democracia representativa.” (CONSELHO, 2011).

Trata-se de uma percepção que parte do lugar das experiências proporcionadas no campo prático e no processo político de articulação com os poderes públicos sem que sejam refletidas as tramas sociais e as conjunturas políticas presentes nesse tecido social.

Entretanto, uma realidade complexa de densa ocupação espacial não mais se contentou com uma representação, e foram iniciadas as criações de movimentos paralelos,

como mais um resultado causado pelo crescimento populacional ora citado e pelo forte sentimento de insatisfação coletiva:

O crescimento acentuado da comunidade suprimiam as opções de lazer, as agressões ao meio ambiente com a poluição do Rio Ipitanga, das ocupações das áreas de interesse público e a desordem urbana proporcionada pelas invasões de terras ociosas diante da ausência de política habitacional, em pouco tempo fez de São Cristóvão um bairro de grande concentração popular (...). Sem Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e de Proteção Ambiental, e sem definição de quem seria a responsabilidade de aplicação dos recursos públicos (Lauro de Freitas ou Salvador), o bairro de São Cristóvão ficou por muito tempo sem apoio das organizações governamentais, principalmente do Estado, o que veio a forçar a organização de representação comunitária como instrumento de luta pela atenção dos poderes públicos, em vista também da grande exploração política do local, sem compromisso com a comunidade. (CONSELHO COMUNITÁRIO DE SÃO CRISTÓVÃO, 2009).

Pela localização às margens do município de Salvador e Lauro de Freitas, o território esteve inserido numa realidade política que carecia de esclarecimento perante a comunidade quanto à competência da gestão pública municipal, conforme explicita o próprio documento do Conselho. Após a década de 70, São Cristóvão, que antes pertencia ao município de Lauro de Freitas, voltou a integrar a cidade de Salvador, o que gerou impacto no desenvolvimento local, pois o próprio processo de mudança já impõe um tempo necessário para a organização e a construção de planos de trabalhos na esfera pública governamental que atendessem àquela realidade.

Diante das dificuldades, inclusive de serviços públicos que atendessem e priorizassem investimentos para o Território, os anseios em torno da realidade local alcançavam a população, provocando uma busca coletiva por alternativas face ao quadro social de São Cristóvão.

Como um fato que exemplifica as manifestações e o sentimento vivenciado pelas comunidades, em 17/02/1992, o presidente da Associação Recreativa de São Cristóvão da época e ex-integrante da CUT, conforme noticia o Jornal A Tarde (18/02/1992), convocou todos os líderes comunitários para fazer uma manifestação na Avenida Paralela, interrompendo o trânsito do local, como, inclusive, já ocorreu e foi noticiado outras vezes ao longo da história do Território. Foi a forma que a Associação e os moradores encontravam para chamar a atenção da sociedade e dos órgãos públicos para a situação caótica de São Cristóvão cuja ausência de infraestrutura, a exemplo do saneamento básico, já influenciava e

causava adoecimento nas crianças residentes no local. Porém, a revolta do grupo ganhou uma expressão de descontrole, pois apesar do líder não desejar atos de violência, os moradores incendiaram materiais na pista, o que provocou um acidente queimadura no próprio líder da Associação.

Ou seja, as consequências da situação do Território estavam causando, cada vez mais, repercussões para a população, seja pela ausência do Governo das esferas municipais ou estaduais, seja pelo insucesso das tentativas das organizações sociais, ou mesmo de políticas públicas federais em vigor que proporcionassem apoio para atuação dos órgãos locais, ou ainda pela omissão das empresas ali instaladas nas adjacências de São Cristóvão.

Nesse sentido, o Conselho (2009) explica que muitas associações foram se formando, pois novas demandas também envolviam o bairro devido ao movimento de migração. Isto apresentava uma outra dinâmica territorial da formação de múltiplas entidades:

Assim, ao longo dos anos o crescimento comunitário imprimiu uma configuração de área, com a implantação de loteamentos, conjuntos habitacionais com infraestrutura e problemas diferentes dos da área central. Essas subáreas de São Cristóvão tiveram a necessidade de terem representações próprias junto à entidade para buscar soluções para os problemas localizados. (CONSELHO, 2009).

Foi diante de tal cenário que se formaram, então, cinco associações que comporiam o Conselho, estando assim dispostas, conforme entrevista realizada com o ex-presidente e diretor ambiental e de saúde do Conselho:

- 1) Associação do Conjunto Habitacional;
- 2) Associação do Parque São Cristóvão;
- 3) Associação União Paraíso;
- 4) Associação do Vale das Dunas;
- 5) Associação Colina do Rio.

Dessas associações, três estão desativadas, e duas funcionam. Porém, as dificuldades para atuação das associações não impedem a participação de seus membros no Conselho dos Moradores ou nas discussões realizadas em torno das questões do Território.

Outros atores serão relacionados para a apresentação dessa realidade, pois, seguindo ao conceito de ator social supramencionado, serão considerados como tal toda e quaisquer entidades coletivas ou cidadãos vinculados ao território por sentimento de pertencimento, compromisso e vivência da cotidianidade local.

Partindo desta compreensão, mais entidades foram criadas com o conceito de associação de caráter religioso. Entretanto, esses atores parecem ter um forte vínculo com a Associação Dom Bosco, entidade da religião católica que foi fundada pelo padre da igreja matriz do Território, dada à proximidade da interação com a própria Associação. As entidades estão divididas por setores e as atividades se pautam em missões religiosas de caridade para atender as comunidades menos estruturadas que apresentam um cenário de extrema miserabilidade.

Trata-se de uma associação que possui financiamento de duas organizações não-governamentais italianas, de uma organização não-governamental de Salvador e da Sociedade Cristã Italiana, mantendo parceria com o SESC cujos instrutores ministram oficinas na própria sede da associação, e com a organização Clara Amizade.

Quanto aos instrumentos de políticas públicas, a Associação possui o Centro Comunitário Fábio Sandei, a Creche Providência Divina, a Creche São Paulo e a Escolinha Padre Pesce onde funcionam as oficinas sócioeducativas de: manicure, pedicure, arte, panificação, serigrafia, corte e costura e educação infantil. O público atendido são crianças, adolescentes e jovens, além de disponibilizar um profissional para atendimento médico (ginecologia) e um dentista para a população local.

Tal como a Igreja Católica, o território de São Cristóvão está pulverizado de vários outros atores sociais, inclusive, ainda na esfera religiosa. Existem igrejas de religiões evangélicas e centros espíritas que atuam no bairro sob quaisquer ações, pelo viés da caridade e da espiritualidade. Todavia, não há uma interação entre esses atores de forma sistematizada e com claros e discutidos interesses. Realizam ações pontuais, imediatas, de caráter mais religioso e de caridade, e, por isso, ganham um sentido assistencialista.

Segundo documento do Conselho (2009), o território possui oito escolas, sendo que cinco delas dependem de melhor infraestrutura e não possuem quantidade de vagas disponíveis para atender a necessidade do território, e três delas funcionam em espaços também inadequados e alugados, são elas: Escola Helena Mateus, Visconde de Mauá, Pedro Veloso Gordilho, Tourinho Dantas, Brigadeiro Eduardo Gomes, 15 de Novembro, 25 de Julho e Professor Osvaldo Gordilho. Os diretores das escolas também são compreendidos enquanto atores sociais, posto que estão vinculados com aquela realidade, e são atores em potenciais para a formação de conexões e redes.

Para o Conselho, seriam ainda necessários a construção de duas escolas, sendo um delas direcionadas para o curso técnico profissionalizante e a outra para o ensino

convencional, com atendimento a educação de adultos, e, principalmente, a adequação das escolas existentes para o acesso à população local.

No que concerne à segurança, São Cristóvão abriga o 49º CIA Independente da Polícia Militar que foi o resultado de luta da própria comunidade. Entretanto, a unidade policial não possui recursos suficientes para atender a demanda do lugar, sendo carente de viaturas, recursos humanos e outros. Além disso, não se sabe direito o papel do posto policial, pois é comum a permanência destes realizando segurança de estabelecimentos comerciais, ao invés de rondas nas ruas.

São Cristóvão tem, como ator social que atua na área saúde, um posto com capacidade para atender três mil pessoas por mês, sendo que o território possui cerca de cento e cinquenta mil habitantes. Além desse posto de saúde, existe uma clínica particular com uma infraestrutura precária e com capacidade de atendimento reduzida para o Sistema Único de Saúde, mas que, historicamente, e de forma bastante limitada e precária, vem atendendo a população local. Considerando que essa unidade básica é pertencente ao distrito sanitário de Itapoan, o Conselho dos Moradores reinvinca, em documento encaminhado aos poderes públicos, a ampliação da unidade básica para uma estrutura hospitalar com capacidade para atender urgência/emergência e outras especialidades.

Enquanto atores sociais, têm-se ainda: dois Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), os comerciantes locais e feirantes, as empresas de serviços de transportes e outros serviços, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária-INFRAERO, o Salvador Norte Shopping, o Shopping de São Cristóvão e o Bompreço.

O CRAS é centro de atendimento municipal para a proteção social básica das famílias comunitárias. Inserido na Política Nacional de Assistência Social, realiza a triagem e o encaminhamento das situações de vulnerabilidade social, visando prevenir a violação dos direitos sociais e promover o fortalecimento dos vínculos familiares para a superação das expressões da questão social que envolvem cada perímetro de atuação estabelecido conforme gestão estadual. Os serviços da política pública de assistência social que competem ao CRAS são:

Atendimentos individuais; Visitas domiciliares e institucionais; Encaminhamentos à rede sócio-assistencial; Reuniões e ações comunitárias; Palestras voltadas às famílias e à comunidade; Oficinas de convivência e de trabalho sócio-educativo; Campanhas sócio-educativas; Incentivo à geração de trabalho e renda, através de capacitação e intermediação de mão de obra; Articulação e fortalecimento de grupos sociais locais. (SECRETARIA DE

DESENVOLVIMENTO SOCIAL. EM:
<http://www.sedes.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=49> Acesso em 15 julho 2011)

Entretanto, na oportunidade de visita a referida instituição, o CRAS estava sem contrato vigente para Assistente Social, Psicólogo e para respectiva Coordenação. Todavia, foi construído outro CRAS nas imediações da comunidade de Cassange, em São Cristóvão que, para a própria Instituição não é mais pertencente ao Território, apesar dos representantes e líderes locais participarem e serem membros do Conselho de São Cristóvão.

Acerca dos atores sociais comerciantes e feirantes, não foram observados outras atuações, a não ser os apoios eventuais direcionados e relatados pelo próprio Conselho. Com essa mesma perspectiva não foram encontrados ações ou projetos das empresas, seja de grande ou pequeno porte, voltados à realidade demandas locais, com exceção das articulações imediatas e pontuais para situações também solicitadas pelo Conselho.

A INFRAERO e o Salvador Norte Shopping não realizam ações sociais voltadas para o Território, nem implementaram quaisquer projetos sociais que atendessem o público local. Apesar das tentativas de articulações dos atores sociais e das denúncias e manifestações, ainda não houve êxitos para a construção de alianças. Historicamente, a INFRAERO buscou desenvolver ações por meio de parceria com instituição não pertencente ao Território e não compreendida como um ator social local, o que provocou insatisfação àqueles atores presentes pelo distanciamento dos instrumentos aplicados e a identificação das demandas territoriais pelos atores sociais.

Dessa forma, a teia de atores sociais do território de São Cristóvão parece se apresentar, inicialmente, como uma demonstração de entidades sem fortes alianças nos processos de trabalho territoriais. Com base nessa configuração desorganizada dos atores, os atores sociais de São Cristóvão estão assim dispostos:

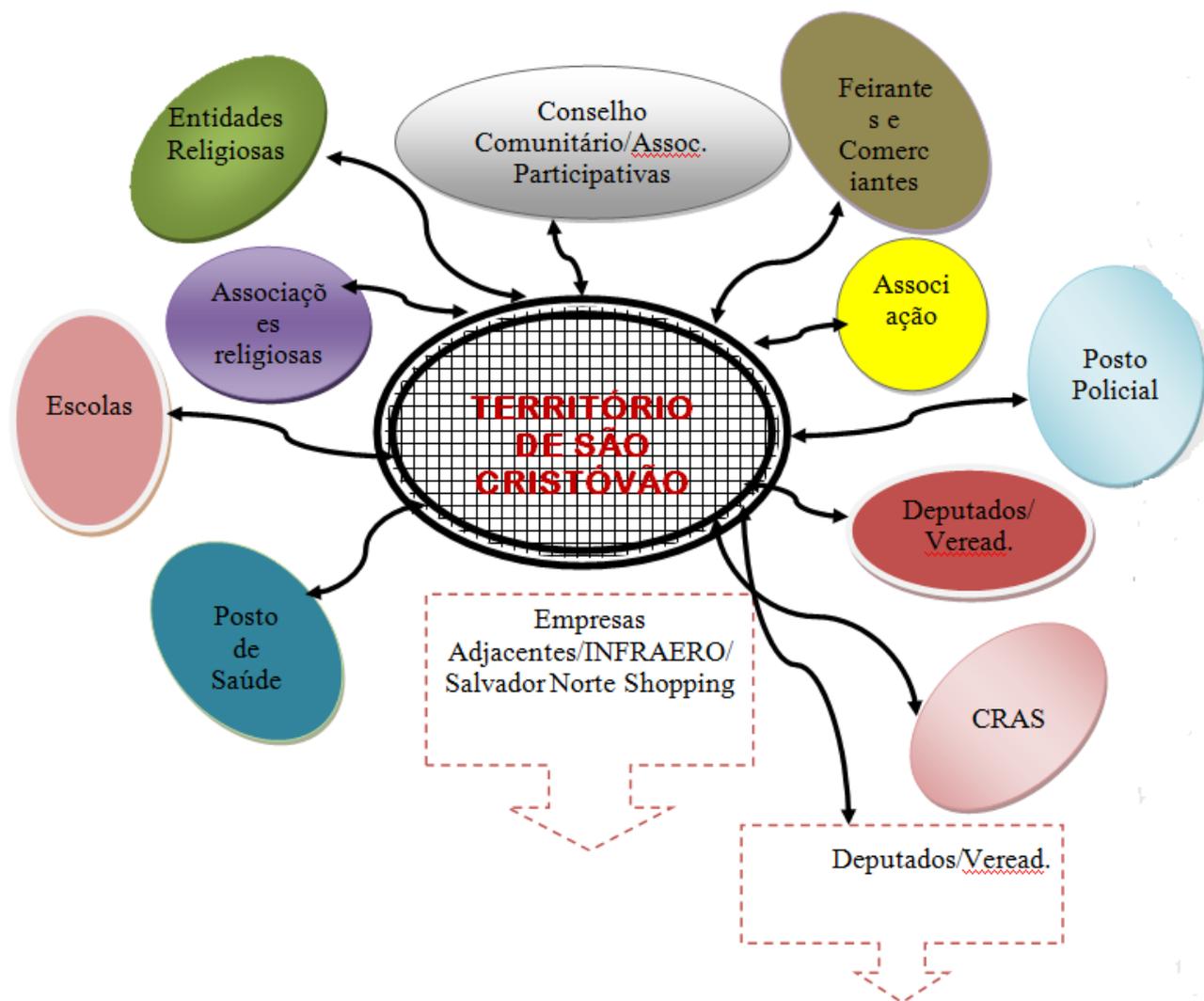


Figura 5: Rede de Atores Sociais de São Cristóvão
 Fonte: Elaboração Própria

2.3. Problematizando São Cristóvão a partir das Categorias de Análise Aplicadas

Após o estudo das categorias de análise que são necessárias à compreensão do objeto de estudo deste trabalho, importante se faz discorrermos, sinteticamente, sobre quais categorias e como as mesmas se aplicam a trama social do território de São Cristóvão. Para tanto, dividimos a análise em três direções que, apesar de estarem interrelacionadas, é crucial explicá-las a partir de suas especificidades a fim de subsidiar a interpretação posterior de instrumentos teórico-práticos que se relacionem ao problema ora em análise.

2.3.1. Problematização/Categoria de Análise Aplicada 1: quais são os atores (e seus instrumentos) que constroem a história pública do território de São Cristóvão?

Esta categoria de análise aplicada conduz para a reflexão das estratégias possíveis capazes de potencializar as discussões e debates em torno do território de São Cristóvão como eixo central, porém não suficiente, de suas trajetórias desenhadas até a contemporaneidade. Percebê-lo enquanto centro de problemas e demandas, mas também centro de possibilidades e reconfigurações aonde se processam as arenas multiatoriais. Tal perspectiva permite valorizar os recursos endógenos que se apresentam no território, especificamente, a partir de sua rede de múltiplos atores; permite problematizar os papéis desenvolvidos pelos atores sociais e os seus instrumentos nas arenas de políticas públicas.

Permite colocar o território de São Cristóvão como núcleo de análise a partir de suas propriedades imateriais, especialmente as relações sociais constituídas. Trata-se de uma vertente que coloca os territórios e seus atores sociais enquanto agentes de mudança e sujeitos de sua própria história, combatendo a percepção de coisificação do território.

Conforme os conceitos já explorados acerca de territórios, há uma tendência de alguns estudos de pôr o território como centro de todos os processos numa abordagem exagerada que o coisifica, como inclusive disserta Marcelo Souza sobre o assunto. Aqui, faz-se o contrário, enquanto naquela abordagem a coisificação representa a banalização pelo exagero, nessa a coisificação significa a desvalorização do território pelos seus atores sociais.

Por isso, esta questão norteadora propõe a problematização do território na tentativa de valorizar suas propriedades, pois se acredita que nem sempre os seus atores sociais percebem e traçam suas trajetórias políticas a partir desta ótica. Tais propriedades se traduzem em forças e estratégias nas quais o poder do conhecimento dos atores sobre o local e o patrimônio imaterial do território representa um recurso endógeno que possibilita mudanças das condições sociais, econômicas, políticas e culturais, posto que o território é assumido em uma posição privilegiada para análise dos processos sociais. E a rede multiatorial é um recurso endógeno na medida em que pode potencializar o território. Essa problematização permite repensar possibilidades e limites para a carreira pública os atores sociais.

Assim, São Cristóvão possui uma história em que os atores sociais sempre buscaram recursos e parceria com os órgãos estatais, o que representa ações políticas necessárias pra a evolução do cenário territorial. Entretanto, não se conhece muito as estratégias fomentadas por seus atores acerca de iniciativas contínuas de fortalecimento dos

seus recursos endógenos, de valorização da rede interna em potencial e de articulações para a soma de esforços multiatoriais.

Dessa forma, abordou-se sobre estratégias e forças para se conhecer o que o território de São Cristóvão, ao ser assim considerado, possui enquanto rede de atores sociais para compreender sua dinâmica, entraves e potencialidades.

2.3.2. Problematização/Categoria de Análise Aplicada 2: como os atores sociais de São Cristóvão se articulam em trajetórias de desenvolvimento?

Esta segunda categoria aplicada se refere à qualidade dos nós da rede que conforma o território de São Cristóvão. Com está estabelecida a qualidade das relações sociais entre os atores, considerando que São Cristóvão possui múltiplos atores sociais. Para a formação de uma rede em potencial, os atores sociais são partidas, chegadas, conectam-se, desencontram e encontram, são pontos de divergências e convergências, são condutores, veículos, mediadores, são resultados e frustrações. Entretanto, são pontes para uma construção dialética.

Por este motivo, pretende-se conhecer a interação entre os atores sociais do Território e a forma como são estabelecidas as parcerias para as ações sociais, a fim de interpretar como está constituída sua rede multiatorial. A importância desta categoria está nas potencialidades que se originam da força dos grupos comunitários, dos resultados que podem ser estabelecidos com a pluralidade dos recursos cooperativos. Tais recursos são decorrentes e existem a partir do tipo de relações sociais que são construídas entre os atores sociais. Nesse sentido, as redes territoriais são consequentes dessas parcerias.

Como vimos até aqui, São Cristóvão parece ter muitas associações que se reconhecem enquanto existência. Eventualmente, parecem colaborar entre si, entretanto, inicialmente, não se identifica o desenvolvimento de ações contínuas com maiores vínculos colaborativos, o que poderia mostrar que, ao contrário do que poderia parecer redes estáveis, na verdade, podem ser que assim não se apresentem. Por esta razão, faz-se necessário conhecer e analisar se tais redes são formadas por vínculos descontínuos e intermitentes ou possui dimensões de melhores qualidades que incidem em relações sociais mais próximas.

São essas redes territoriais que mobilizam as forças internas e externas ao local, mas que, apesar de externas, vinculam-se à realidade por algum motivo que é positivo para

aqueles que se aliam. Nesse sentido, se as redes de São Cristóvão são enfraquecidas ou fragmentadas, é prioritário conhecer os obstáculos ou as dificuldades que fazem parte de sua trama, bem como explorar os pontos e aspectos benéficos que as caracterizam, em se tratando da existência de redes mais cooperativas.

2.3.3. Problematização/Categoria de Análise Aplicada 3: como se estabelece a relação diretamente proporcional entre desenvolvimento territorial de São Cristóvão e seus movimentos publico-políticos de base provenientes das forças populares?

As categoriais de análise aplicadas, direta ou indiretamente, estão relacionadas considerando que o que se entende por desenvolvimento territorial articula múltiplos fatores e estratégias que perpassam pela valorização dos recursos endógenos do território, pelo tipo de redes ali estabelecidas e pela qualidade dos movimentos de base que fomentam esses requisitos.

A relação direta a que se refere essa matriz possibilita articular o processo de construção de propostas, de projetos e ações multiatoriais do território de São Cristóvão com a possibilidade de se traçar caminhos de melhorias sem perder de vista os limites impostos da realidade concreta local. Isso condiciona, mas não isoladamente, os resultados alcançados hoje pelo território e a capacidade de organização política de seus atores a partir dos movimentos existentes no chão do território. Ou seja, das articulações, providências e a forma com a qual os atores sociais buscam as melhorias nas arenas políticas.

O percurso territorial de São Cristóvão parece demonstrar movimentos e manifestações de base que, historicamente, tentam se organizar para mudar as condições postas na atualidade com as quais sobrevivem seus moradores. Os fatos conhecidos até então representam uma busca incessante por parcerias externas que tenham algum investimento social para repassar aos atores locais. As melhorias conquistadas parecem ser o resultado dessas investidas e de algumas iniciativas de moradores ligados por um tipo de relação solidária, mas que não apresenta muita articulação entre grupos. Pode-se inferir que tais resultados também parecem evidenciar parcerias imediatas e ocasionais entre os atores sociais como recursos providenciais.

Essa relação direta que a categoria de análise questiona entre desenvolvimento e movimentos de base territorial viabiliza a compreensão do desenvolvimento a partir do que os

atores sociais entendem enquanto políticas públicas locais e possibilidades de melhorias. Qual a relação construída entre os próprios atores sociais e seu território.

3. METODOLOGIA

A metodologia do trabalho dissertativo é sempre relacionada ao problema de pesquisa apresentado. Requer planejamento e execução construídos de forma concatenada e articulada, posto que se relaciona com todos os resultados do trabalho, direta ou indiretamente. Isso exige que as diretrizes metodológicas estejam sistematizadas desde o problema, principalmente, a hipótese, a interpretação dos dados coletados, análise e discussão dos resultados e os aspectos teórico-práticos propositivos, já que as limitações do autor para a implementação e aplicação também devem ser elucidadas.

Com esta concepção, teve-se a intenção inicial de investigar os questionamentos levantados no processo de problematização construído no trabalho. Por isso, foram traçados caminhos de análise que proporcionassem aproximação com os motivos pelos quais foi estabelecida uma trama social e tensão em São Cristóvão, percebida nos primeiros contatos com aquele Território no ano de 2006.

Naquela ocasião, estudavam-se estratégias de aproximação com aquele cotidiano no contexto de atuação das organizações localizadas na adjacência da comunidade, numa perspectiva de responsabilidade social empresarial, e com propósitos de construção e implementação de projetos sociais que atendessem aquela realidade. Tratou-se de uma intervenção de cunho empirista baseada em informações pré-concebidas provenientes de contatos com poucos atores sociais da época.

A experiência vivenciada naquela oportunidade se transformou em material de base para o início do presente trabalho, e subsidiou as primeiras problematizações que resultou no olhar preconcebido sobre a tensão presente e compartilhada entre os atores do Território. De lá para cá, tal problema foi amadurecido em decorrência da exploração de conteúdos relacionados à história do território e da aproximação mais profunda com aquela realidade.

Dessa forma, a metodologia leva em consideração esta necessidade de responder tal amadurecimento que já tinha dificuldade de compreender os vínculos existentes na rede multiatorial local. Assim, foram sobrepostos o momento passado como experiência e o presente como desafio de problematização, de certa forma, como afirma Rampazzo:

A delimitação do problema da pesquisa não resulta de uma afirmação prévia e individual, formulada pelo pesquisador e para qual recolhe dados comprobatórios. A identificação do problema e sua delimitação pressupõe

uma imersão do pesquisador na vida e no contexto, no passado e nas circunstâncias presentes que condicionam o problema. (RAMPAZZO, 2010, p. 62)

Partiu-se, então, do entendimento de políticas públicas que interpreta o território como o resultado dos esforços entre os atores sociais para construir uma matriz investigativa que buscava compreender as estratégias e diretrizes de diálogo social capazes de articular e potencializar os esforços de tais atores no processo de desenvolvimento do território de São Cristóvão.

Com a intenção de responder essa perspectiva, esse capítulo está estruturado em quatro partes que explicam a abordagem da pesquisa, os objetivos e hipótese de trabalho, a posição da pesquisadora e os valores do trabalho, os instrumentos de pesquisa e os limites enfrentados para a implementação da pesquisa. O subcapítulo que disserta sobre os instrumentos de pesquisa ainda se subdivide em oito subtemas correlacionados ao processo de investigação escolhido para compreender o objeto de estudo.

3.1. A abordagem da Pesquisa

Esta é uma pesquisa de cunho eminentemente qualitativo, devido à importância de conhecer a qualidade dos embates gerados entre os atores pertencentes àquela realidade, de identificar os problemas locais interpretados pelos sujeitos da história, e pela essencialidade de investigar como eram desenvolvidas as atuações e diálogos entre as associações locais.

A escolha desse tipo de pesquisa também se pautou na necessidade de compreender uma dinâmica territorial que é multidimensional e inclui uma multiplicidade de variáveis, e na obrigação de imergir na realidade e observar as circunstâncias que condicionam a situação instalada nesse território.

Sendo assim, entendeu-se ser necessário aplicar mais de um instrumento que se estendesse a públicos diferenciados a fim de se relacionar às diversas perspectivas devido à pluralidade do público, percebido como essencial para este trabalho, como moradores e atores sociais. Não que os primeiros também não sejam compreendidos como atores, todavia definiu-se esse último como atores sociais, por conveniência deste estudo, como sujeitos responsáveis por determinado projeto, ação ou intervenção social no território. Dessa forma, seguiu-se a ideia de correlacionar as informações enquanto, prioritariamente, a qualidade dos

dados obtidos, e conforme a concepção de Rampazzo abaixo:

Os dados da pesquisa qualitativa não são coisas isoladas, acontecimentos fixos, captados em um instante de observação. Eles se dão em um contexto fluente de relações: são fenômenos que não se restringem às percepções sensíveis e aparentes, mas se manifestam em uma complexidade de oposições, de revelações e ocultamentos. (RAMPAZZO, 2010, p. 62).

Pelo exposto, a pesquisa qualitativa evidencia a possibilidade de trazer contribuições de cunho racional, valoriza instrumentos que permitem maior aproximação com o contexto, com os fenômenos, com os processos sociais. Ora, dada à complexidade com a qual está estabelecida a trama territorial de São Cristóvão, com envolvimento de múltiplos fatores influenciadores, que também comporta múltiplos atores, a pluralidade, apesar de proporcionar uma riqueza dialética, representará sempre um desafio para investigações a ela relativas.

3.2. Os Objetivos da Pesquisa e a Hipótese de Trabalho

O objetivo de pesquisa deste trabalho é propor estratégias metodológicas de diálogo social capazes de promover e facilitar efetivamente o diálogo entre os atores públicos e privados constituidores e promotores do território de São Cristóvão, com a finalidade de articular e intensificar as forças endógenas e adjacentes ao território para o desenvolvimento, a partir da compreensão do conceito de políticas públicas provenientes dos movimentos territoriais.

Para tanto, constatou-se a necessidade de compreender os entraves para o desenvolvimento de São Cristóvão a partir da sua interpretação enquanto arena territorial de políticas públicas, em que a própria comunidade é capaz de se mobilizar e articular com atores sociais para a construção de caminhos em busca do crescimento local. A partir da apropriação desse significado, propõe-se a reflexão de possibilidades metodológicas aplicáveis àquela realidade de forma a desobstruir trajetórias realísticas para a superação da tensão territorial.

Tal objetivo coloca o território de São Cristóvão como arena dotada de dificuldades e entraves, mas também como centro de possibilidades dotado de recursos em potenciais que são ou não utilizados em prol da própria mudança do cenário social. Por este

motivo, é que se pretende conhecer quais são as dificuldades enfrentadas pelo Território para que o mesmo se apresente com as atuais condições sociais.

Dessa forma, essa identificação permitirá uma reinterpretação do quadro territorial e uma real aproximação com o contexto ora em estudo. Para tanto, delimita-se os objetivos específicos da pesquisa:

1. compreender a pluralidade de São Cristóvão e seus entraves de desenvolvimento;
2. discutir a qualidade das interações entre os seus atores;
3. refletir sobre os ganhos metodológicos do conceito multicêntrico de políticas públicas para compreender territórios com desenvolvimento estagnado;
4. discutir possibilidades metodológicas de desobstrução de alguns dos entraves voltados para o diálogo social.

Diante disso, os objetivos se relacionam com a multiplicidade dos fenômenos que abrangem a atual realidade de São Cristóvão, com as relações sociais locais, com os movimentos sociais de base que configuram e possibilitam entender o território como arena de políticas públicas e com a qualidade do diálogo entre os atores. Esses caminhos abordam categorias que conduzem e se relacionam com as condições imateriais do território relativas ao tipo de rede constituída na história local.

Com isso, reflete-se sobre a hipótese de que os entraves ora referidos podem estar relacionados à ausência de um diálogo social sistemático e contínuo entre os atores sociais, considerando a existência de múltiplos atores e pouco êxito territorial. Isso pode repercutir na qualidade da rede construída no local, na quebra de suas conexões e na fragilidade das articulações e alianças entre os atores sociais.

3.3 A Posição da Pesquisadora e os Valores do Trabalho

Acredita-se ser importante tecer algumas poucas considerações do lugar do qual se partiu para construção do papel de pesquisadora do presente trabalho. Para tanto, retornar-se-á as primeiras experiências, percorridas no início deste capítulo, com o território de São Cristóvão.

Os primeiros contatos com aquela realidade foram desenvolvidos no ano de 2006, quando foram realizadas ações de articulações e a construção de projeto social para o público

jovem do local. Tais articulações foram resultados de metas empresariais referentes à política de responsabilidade social de determinada Entidade, que é considerado neste trabalho como um ator social vinculado ao Território. Entretanto, a entidade já possuía uma história de intervenção naquela realidade e os resultados e efeitos contribuíram para uma imagem negativa da entidade e a constituição de uma relação conflituosa e de contrassensos.

A experiência foi pautada em articulações com alguns atores sociais pra conhecimento da realidade e construção de propostas de trabalho para investimento da Entidade. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) de São Cristóvão e com outros atores ali estabelecidos como escolas municipais e estaduais, além da realização de reunião com os líderes das associações a fim de delinear propósitos e projetos para atendimento daquela população sob a atuação legitimada de empresa pública e de órgãos públicos da esfera municipal e estadual. Entretanto, tal abordagem estava inserida num viés praticista para o alcance de metas organizacionais.

Nesse contexto, a posição assumida tentou desconstruir a herança da imagem negativa da Entidade relativa aos insucessos das investidas perante aos atores sociais, e construir um papel de pesquisadora com objetivos de conhecer o território, as relações sociais, os limites e as possibilidades ali estabelecidos. Isso implicava a desconstrução de conceitos pré-estabelecidos acerca da realidade e a construção de uma visão mais realística e próxima daquele contexto. É importante esclarecer que apesar da continuidade do vínculo institucional da pesquisadora com a referida Entidade, já não mais existia o vínculo com o processo de trabalho de responsabilidade social empresarial. Para efeito deste trabalho, tal fato foi percebido como um aspecto positivo, considerando as limitações concernentes a um pesquisador que possui outras representações perante o seu objeto de estudo que não seja o papel investigativo e a possibilidade de construir um processo crítico e criativo a partir dos dados levantados.

No que concerne à aceitação do processo de pesquisa pelos atores sociais, ocorreu um momento de estranhamento e expectativas outras acerca de viabilizar ou de retomar os processos de trabalho anteriores. Devido a tal expectativa e fantasia, foram realizadas críticas à Entidade e aos caminhos tortuosos de sua investida. Entretanto, após as tentativas de articulação com os atores e o esclarecimento dos propósitos atuais e reais do presente trabalho, não houve negativa ou recusa de participação. Foi permitido o desenvolvimento do processo de pesquisa com a participação daqueles que estiveram presentes desde os primeiros contatos.

As dificuldades existentes no processo de pesquisa parecem ter ganhado algumas outras dimensões que serão explicitadas em subcapítulo posterior.

Paralelo a tais questões, faz-se necessário explicar um fator fundamental que impactou no uso de alguns pensamentos utilizados que foram interpretados por outros autores diferentes dos originais. Tal fator diz respeito à escassez de obras literárias traduzidas para o português acerca dos temas centrais deste trabalho como políticas públicas (*policies*) e território, e, sequencialmente, a ausência de domínio desta autora sobre as línguas estrangeiras, eis o motivo do uso do “apud” nos momentos de algumas reflexões teóricas. No que se refere ao território, há muitos autores e interpretações, mas a origem do conceito abordado neste trabalho por Dematteis, por exemplo, e Jean Gottmann, são européias. Pode-se ainda afirmar quanto às poucas obras encontradas, por exemplo, acerca de políticas públicas no concerne ao seu significado *bottom-up*, provenientes das camadas populares, e não somente do Estado.

Diante dos desafios impressos, o presente trabalho foi construído com base em valores que percebe o diálogo social como um instrumento potencializado capaz de fomentar outras peças necessárias para um cenário social cujos efetivos processos de mobilização podem reverter trajetórias de estagnação, *empacamento* e de insucessos. Percebe-o como um conceito atrelado a outras capilaridades que ressaltam o fortalecimento das redes, a valorização dos recursos territoriais, a participação social e a construção de relações sociais mais horizontais, inclusivas e que possuem maior resistência diante da complexidade dos processos sociais.

Tais valores foram fortalecidos no decorrer da construção do presente trabalho, a partir da aprendizagem que é permitida na experiência em campo e no conhecimento da realidade em estudo.

Dessa forma, partiu-se para a pesquisa com a necessidade de mergulhar na realidade territorial e de estar aberto para desconstruções permitidas através dos dados levantados na experiência de campo. Entretanto, teve-se como valores intrínsecos a riqueza que os territórios guardam em suas condições imateriais.

3.4. Os Instrumentos de Pesquisa

A escolha dos instrumentos metodológicos foi consubstanciada a partir da

existência de um conhecimento empirista e que se teve em decorrência das primeiras experiências com aquele território, conforme referido no subcapítulo anterior.

Decorrente dessa interação com a realidade do território, obteve-se o conhecimento de uma história de uma multiatorialidade conflitante, bem como das demandas que cada ator social priorizava, e do forte impacto na mídia quanto ao índice de violência local. Tal multiplicidade de atores sociais locais demonstravam intrigante desacordo, desarticulação, desconfiança e descrédito nas relações ali estabelecidas. Por este motivo, partiu-se da necessidade de investigação das dificuldades de fomentar um diálogo social e da desarticulação das forças presentes em São Cristóvão, e, principalmente, dos limites impostos pelo fato de inexistir contatos diários com os reflexos da questão social vivenciados pelo próprio território.

Partindo, então, do reconhecimento da existência de uma desconexão entre os atores locais sobre as demandas prioritárias do território - que precisavam de instrumentos de políticas públicas para quaisquer transformações -, e, portanto, da existência de fatores impeditivos para que se dê o diálogo social, necessário se fazia responder ainda quais seriam tais fatores? O que os moradores e as associações entendem como demandas/problemas prioritários vivenciados pelo território, na sua história e contemporaneidade?

Assim, dois grandes eixos nortearam a divisão e escolha dos instrumentos da pesquisa: a necessidade de coletar dados acerca da realidade território para conhecê-lo e ter uma aproximação com a linguagem dos atores sociais, e a necessidade de conhecer a qualidade das articulações políticas entre os atores sociais.

Com base nisso, propôs-se a aplicação de:

- análise bibliográfica: necessária e inicial para qualquer trabalho de pesquisa;
- análise documental: foi um instrumento de fundamental importância, considerando a existência de documentos do Conselho esclarecedores para o entendimento das histórias territoriais;
- levantamento de dados acerca do território de São Cristóvão por amostragem a partir das reportagens encontradas do ano de 1969 a 2010: foi realizado com base nas reportagens encontradas na Biblioteca Central de Salvador;
- entrevista semiestruturada: realizada com os moradores do Território;
- entrevista em profundidade: instrumento utilizado com os atores sociais do Território;
- observação participante: utilizado para participar das reuniões do Conselho;

- oficina com dinâmica de grupo: por ser um instrumento que possibilita dados de melhor qualidade foi utilizado com os atores sociais do Território;

- elaboração de mapas mentais: elaborado para aplicar com os moradores do Território;

- análise de conteúdo: forma escolhida para analisar os instrumentos que permitem informações mais abertas e análises dos discursos a partir da identificação de categorias, conforme método de Bardin.

Serão abordados a seguir cada instrumento aplicado.

3.4. 1. Análise Bibliográfica

Análise bibliográfica é desenvolvida com o objetivo de explorar as referências teóricas publicadas que se relacionam com o problema investigado. Neste trabalho, ela foi realizada para compreender o problema percebido diante das primeiras interações com aquela realidade.

O problema central relacionado à desarticulação territorial evidenciou a necessidade de conhecer, inicialmente, os debates existentes na literatura sobre as categorias: o que são políticas públicas? O que se entende por *policy network*? Qual a relação entre ator social, redes e arenas de políticas públicas? Quais são as diversas visões acerca do território? O que é desenvolvimento territorial? Como se deu o processo de formação do território de São Cristóvão e como ele é interpretado hoje pela sua própria população? Como se relaciona as diversas associações locais?

Na busca por matrizes teóricas e de discussões contemporâneas que respondessem tais questionamentos, entre outros autores abordados, utilizou-se àqueles relativos às quatro grandes matrizes teóricas deste trabalho:

- território: Jean Gottmann, Giuseppe Dematteis, Deleuze e Guattari, Haesbaert, Saquet, Milton Santos e Marcelo Souza;

- políticas públicas: Baullosa e Giuliani;

- desenvolvimento territorial: Bagnasco e Dallabrida;

- redes de atores sociais: Baullosa, Giuliani e Secchi.

Entretanto, essas matrizes serviram de direções principais para outras categorias abordadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa, análise e interpretação das informações

coletadas.

3.4.2. Análise Documental

A análise documental é baseada nos documentos primários ainda não analisados ou validados cientificamente. Neste trabalho, a análise documental trouxe subsídios importantes para a compreensão do problema de pesquisa, considerando a quase inexistência de dados em profundidade de cunho científico que tomem São Cristóvão enquanto objeto de investigação e análise.

Fincado neste instrumento, realizou-se uma investigação da história local, através de reportagens do Jornal a Tarde, Jornal da Bahia, Tribuna da Bahia e do Correio da Bahia de 1969 a 2010, sobre acontecimentos relacionados ao território, com o objetivo de obter maior aproximação com os fenômenos sociais que envolveram e envolvem o local, na tentativa de superar o fato de não vivenciá-los na cotidianidade.

Foram explorados documentos construídos por associações e o Conselho do Território que se referiam, em grande maioria, a história local, a história de constituição dos atores, e algumas ações registradas, tal como sobre os princípios e visões do próprio Conselho. Tratavam-se de documentos impressos e arquivados pelo Conselho, pelos órgãos públicos ali instalados e outros atores presentes no território, tais como: Estatuto do Conselho, relatórios, manifestos do Conselho aos poderes públicos. Além desses documentos, analisou-se documentos de fontes não-escritas como fotografias da infraestrutura do bairro de São Cristóvão de dez anos atrás e vídeos de instituições que atuaram no local.

Essa análise possibilitou maior aproximação com a história daquela realidade territorial e o acompanhamento do percurso desenvolvido pela associação que deu origem ao Conselho.

3.4.3. Levantamento de Dados acerca do Território de São Cristóvão por Amostragem a partir das Reportagens Encontradas do Ano de 1969 a 2010.

Foi realizado um levantamento das reportagens publicadas acerca do território de São Cristóvão dos jornais arquivados na Biblioteca Central de Salvador da Bahia do período de 1969 a 2010. Tal levantamento teve o objetivo de conhecer os fatos que ocorreram na história e cotidiano local e que chamaram a atenção da mídia.

Essa investigação se classifica como o tipo de pesquisa por amostragem convencional, considerando as limitações postas para a realização de coletas provenientes de outras fontes pela própria condição de única pesquisadora para a construção do trabalho.

A amostragem por conveniência é utilizada quando é possível coletar dados de determinada matéria mesmo diante de dificuldades que impedem maior exploração para alcance do objetivo da pesquisa.

Nesse contexto, foram levantadas as publicações disponíveis na supramencionada biblioteca de jornais que apresentassem qualquer reportagem sobre o território de São Cristóvão. Por conseguinte, construiu-se uma tabela configurada para identificar o número de reportagens de acordo com os temas publicados, as respectivas datas com o dia, mês e ano, e a identificação do jornal. Os percentuais que serão apresentados no decorrer do trabalho possuem uma referência ao total de reportagens encontradas sobre o território de 1969 a 2010 na fonte acima citada.

Obviamente, que tal escolha também imputa limites quanto às intenções com as quais a mídia prioriza essa ou aquela notícia, entretanto, possibilita o conhecimento dos fatos ocorridos na cotidianidade local.

3.4.4. Entrevista Semiestruturada

A entrevista semiestruturada é conceituada como um instrumento cujo pesquisador constrói o roteiro que guiará o processo de investigação, entretanto, envolve certa liberdade da abordagem, considerando que possibilita a existência de questionamento sem respostas fechadas, e sem opções de respostas.

A entrevista foi aplicada com quarenta moradores de São Cristóvão que residiam no local há mais de quinze anos. Foi aplicada por um período de quatro meses e teve a intenção de se aproximar das demandas e dos problemas sociais que acometem o território, bem como das relações constituídas e do conhecimento acerca da atuação das múltiplas associações no território, sob a visão dos moradores.

O instrumento foi utilizado por entender que esse recurso disponibiliza tanto informações mais fechadas como possibilita maior flexibilidade no percurso da entrevista. As informações decorrentes das perguntas cujas respostas são objetivas contribuirão para a confirmação ou identificação dos dados que eram suspeitados ou hipotéticos quando da

elaboração do instrumento; e, por isso, enquadraram-se em opções fechadas. As informações decorrentes de perguntas flexíveis e abertas, conforme o discurso do entrevistado, permitem o acesso a conteúdos de melhor qualidade.

O roteiro da entrevista estava pautado, essencialmente, na investigação do conhecimento do morador acerca dos principais fenômenos que atingiam o território, nas interações entre os atores sociais, na atuação dos atores no território e na história dos atores sociais. O roteiro integral da entrevista está descrito no Anexo 1 deste trabalho.

Faz-se importante mencionar que o método de análise dos resultados será abordado em outra subseção na qual se desenvolve a forma com a qual foram interpretados os dados coletados da entrevista.

Ressalta-se, ainda, que a aplicação deste instrumento, - apesar das limitações impostas para alcançar uma amostra representativa, o que também não foi a intenção desta pesquisa de cunho qualitativo -, fez uma fundamental contribuição para o próprio processo de pesquisa. Tal contribuição se refere à apropriação das demandas e problemas sociais que atingem e atingiam aquele Território, facilitando e permitindo uma capacidade do pesquisador compreender o discurso e os debates implementados pelos atores em arenas territoriais, em outras intervenções investigativas.

3.4.5. Entrevista em Profundidade

A entrevista em profundidade permite maior interação entre entrevistador e entrevistado na proporção em que é permitida maior espontaneidade e flexibilidade tanto nas perguntas como nas respostas. Isso permite coleta de informações de melhor qualidade e intensidade, posto que é livre os pensamentos e expressões que não foram direcionados, mas que surgem de acordo com o teor da interação e dos assuntos identificados. Conseqüentemente, é maior a exploração dos dados.

Dessa forma, utilizou-se este tipo de entrevista com os atores sociais que se implicam no processo de construção de ações sociais ou articulações para melhorias em São Cristóvão, e que se relacionam com aquele cotidiano.

O objetivo deste recurso metodológico é conhecer quem são esses atores sociais, quais são instrumentos de atuação, como elas funcionam e quais as visões que possuem sobre o território e sobre as articulações e parcerias com os outros atores. Foram entrevistados

líderes das associações, o presidente do Conselho dos Moradores de São Cristóvão, o ex-presidente, o vice-presidente, com o diretor de meio ambiente do Conselho, coordenadoras dos projetos da Associação Dom Bosco, coordenadores do Centro Comunitário Sandei, com o padre da igreja matriz de São Cristóvão (pela forte representação histórica desse personagem no território), com o responsável pelo atendimento das demandas referentes ao Programa Bolsa-Família do Centro de Referência da Assistência Social de São Cristóvão, com o responsável de uma organização não governamental do território, com alguns comerciantes locais e com os diretores de duas escolas de bairro.

A aplicação deste instrumento permitiu, assim, uma aproximação com a rede multiatorial constituída no território, ponderando-se o foco dado às interações, as tarefas realizadas em grupos ou segregadas e as presenças no Território.

Os questionamentos primários e iniciais estão relacionados no Anexo 2 do trabalho.

3.4.6. Observação Participante

A observação participante é o processo de dedicação dos sentidos do pesquisador ao objeto de investigação. Entretanto, diferentemente da observação total, a observação participante acaba por permitir alguma interação entre o observador e o observado.

Após uma aproximação da visão dos moradores sobre questionamentos aqui impressos e dos atores sociais locais, restava, então, alcançar maior aprofundamento acerca dessas relações estabelecidas entre as associações e seus líderes, e sobre o processo de diálogo social construído nessa trama relacional, bem como conhecer a participação dos integrantes desses grupos e articulação destes com a comunidade.

O processo ocorreu por meio da própria participação das reuniões do Conselho. Foram realizadas observações participantes em três reuniões de grupo, em períodos espaçados de um mês e dois meses, cujo agendamento ocorreu de forma instantânea e de pouco planejamento, devido à necessidade e tentativa de que tal participação não interferisse muito no cotidiano e na organização das associações, ou mesmo no processo de diálogo ou no acontecer desta atividade. As reuniões duravam, em média, cerca de três horas e ocorria no espaço cedido pelo Centro Comunitário da Igreja Matriz de São Cristóvão, numa sala utilizada pela Igreja, em outras oportunidades, para atividades com finalidades cristãs. A

observação foi desenvolvida com a apresentação inicial dos reais propósitos de conhecimento daquela realidade, entretanto, sem a interferência no próprio desenvolvimento ou finalidade da reunião. A participação pode ser realizada, principalmente, porque o grupo já conhecia a intenção de realização da pesquisa no local por já terem sido feitos contatos anteriores na ocasião das entrevistas.

O instrumento também foi de suma importância para o levantamento de informações acerca das relações estabelecidas entre os atores sociais e para conhecer a forma de atuação perante as demandas comunitárias e os problemas sociais locais.

3.4.7. Oficina com dinâmica de grupo

A oficina com dinâmica de grupo tratou-se de um instrumento criado pelo pesquisador com o objetivo de observar as interações e *interatuações* dos atores sociais em tarefa, trabalhando em conjunto para se chegar a algum consenso ou acordo a fim de se responder a situação apresentada num período de três horas.

Tal instrumento foi selecionado por se tratar de recurso que pode ser utilizado com um grupo heterogêneo que permite a interação entre pesquisador e participantes, possibilita a discussão entre os que estão presentes, o conhecimento das opiniões diferentes a partir de determinadas questões direcionadas, e, ao mesmo tempo, permite a participação e a interação entre os integrantes que compartilham a realidade questionada. Principalmente, o instrumento possibilita a observação do exercício do diálogo social e de sua qualidade entre os atores sociais diante de uma proposta de trabalho em equipe, possibilitando, portanto, a observação dos atores em cena.

Foi aplicado com os líderes das associações e diretores do Conselho que não deixam de ser heterogêneos por conviverem demandas diferenciadas de cada área ou subterritório pelo qual é responsável dentro do território de São Cristóvão. Assim, a reunião ocorreu com a participação de dez integrantes, composto pelo: presidente do Conselho, vice-presidente do Conselho, diretor do meio ambiente, diretor financeiro, e outros seis líderes de associações. A reunião teve duração de cerca de três horas, no espaço cedido aonde aconteciam as reuniões semanais do Conselho.

Diferentemente da observação participante, a data de realização da intervenção foi planejada, sendo construídos convites para a presença dos líderes das associações, com

especificação da data e horário de realização, e entregues ao vice-presidente do Conselho. Entretanto, os convites não foram todos entregues e o vice-presidente repassou as informações aos mais próximos, por meio de contatos entre os membros da diretoria do Conselho.

O trabalho estava focado em dar continuidade a investigação acerca do processo de diálogo entre os atores, as respectivas visões sobre os problemas locais considerados prioritários, e quais as trajetórias seguidas diante da impossibilidade de chegar ao consenso no grupo. O relato da dinâmica está descrito no Anexo 3 deste trabalho.

Importa esclarecer que a metodologia de análise dos resultados está discorrida em um subcapítulo posterior.

3.4.8. Elaboração de Mapas Mentais

Os mapas mentais são representações mentais concretizadas em desenho no qual o entrevistado consegue responder a uma pergunta orientadora para a elaboração do mapa trazendo aspectos da sua subjetividade e afetividade que dificilmente seriam resgatados dentro de um processo de entrevista pautado na racionalidade linear.

Dessa forma, os mapas mentais fizeram parte das entrevistas semiestruturadas com os moradores com o objetivo de compreender as representações e os significados que os entrevistados atribuíam a reconstrução da história de São Cristóvão quando solicitado a construção de desenhos que se reportassem a história local, a situação atual e a situação futura que eles vislumbravam diante das condições postas para o Território.

Vinte e três entrevistados se negaram a preencher, alegando dificuldade de desenhar. Algumas imagens foram demonstradas no subcapítulo 4.2, relacionando-as com a rede multiatorial do território de São Cristóvão.

3.4.9. Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo possibilita a sistematização analítica das categorias apresentadas pelos pesquisados em suas expressões dotadas de significados subjetivos. Pela própria subjetividade constante nas informações, e pela complexidade das entrevistas abertas, por exemplo, esta técnica permite a busca da objetividade interpretada e relacionada com o

contexto, sem desconsiderar as condições com as quais foram manifestadas pelo indivíduo participante.

Para a interpretação dos dados, embasou-se no método de análise do conteúdo de Bardin (1994), por possibilitar o estudo dos temas levantados pelos entrevistados, considerando as condições e o contexto de realização do processo de investigação e da situação, bem como da representação em quantidade quanto às categorias surgidas: “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN apud SILVA, GOBBI e SIMÃO, 2004, p. 4).

Sendo assim, foram construídas sistematizações das informações coletadas, partindo das gravações realizadas com os moradores e atores sociais do território e análise das categorias de problemas e demandas trazidas pelo público. Disso decorreu a elaboração do quadro de atores comunitários e outro em função dos assuntos expressados pelos moradores, evidenciando os grupos de informações pertinentes a duas áreas investigadas: acerca dos problemas sociais vivenciados pelo território de São Cristóvão na história e na contemporaneidade, e dos fatores existentes no processo diálogo e articulação entre os líderes comunitários. Pode-se elaborar esquemas relacionados às parcerias das associações, à rede de atores presentes na região, às gestões implementadas pelas lideranças do Conselho, à periodicidade das reuniões no Conselho e acerca dos instrumentos de políticas públicas utilizados pelos atores entrevistados.

A partir dessa mesma abordagem, realizou-se análise dos discursos proferidos e debatidos com a liderança na oficina com dinâmica de grupo, esquematizando-se as considerações e grupos de temas mais identificados pelos participantes em termos de dificuldades para o funcionamento do Conselho.

Da documentação levantada sobre o Conselho e as associações, bem como das reportagens pesquisadas sobre os acontecimentos sociais no território, estabeleceu-se uma sistematização conforme a ordem de prioridades por nível de efetividade.

Pela riqueza das informações que este instrumento permite analisar e condensar, a análise de conteúdo foi utilizada para a interpretação e leitura dos dados referentes às entrevistas, a observação participante e a oficina de dinâmica de grupo.

3.5. Limites da Pesquisa e Principais Desafios

Apesar da oportunidade de implementação da maioria dos instrumentos escolhidos para a realização da pesquisa, faz-se indispensável elucidar sobre as dificuldades encontradas para o alcance das informações necessárias à investigação. Nesse ínterim, pode-se relacionar os fatores a seguir:

Uma dos desafios foi o processo de desconstrução e da quebra do vínculo da imagem do pesquisador relacionada à Entidade anteriormente interventora daquela realidade. Conforme abordado em subcapítulo anterior, não se partiu de algo nulo, mas de uma relação que já tinha sido construída em outro tempo. E o pesquisador, inicialmente, era parte dessa Entidade. Foi preciso romper com uma imagem institucional, que já não era tão realista dada a mudança de atividade da pesquisadora na Entidade, para se construir uma posição de pesquisadora. Nesse aspecto, tratou-se de um desafio e não de limite, pois a pesquisa pode ser realizada e nenhum dos que conheciam a história passada deixou de colaborar para a realização do trabalho.

Entretanto, o principal limite se refere à aplicabilidade da pesquisa que teve um único pesquisador, o próprio autor deste trabalho, para desenvolver e cumprir com o respectivo planejamento investigativo. Dada à complexidade dos processos sociais do território de São Cristóvão e do tamanho da população habitante, com uma multiplicidade de atores sociais, este fator representou uma limitação para o processo de pesquisa. Tais características territoriais exigem uma aplicação de pesquisa de maior amplitude. Entretanto, é importante registrar que os instrumentos possibilitados neste trabalho viabilizou uma determinada profundidade quanto ao objeto de estudo.

Por outro lado, as condições territoriais também influenciaram na pesquisa. Apesar das repercussões acerca da realidade do bairro de São Cristóvão e da violência existente no local não corresponderem de forma proporcional aos fatos observados nos momentos das experiências, havia locais que o trânsito livre não foi possível devido à inexistência de articulação com os moradores dessas regiões para a realização do trabalho. Isto gerou a ausência de entrevistas das localidades de maior carência de infraestrutura, nas quais faltavam condições físicas de moradias.

Para a realização da pesquisa, o acesso à documentação existente nos arquivos do Centro de Referência da Assistência Social de São Cristóvão seria importante para a aproximação com a realidade cotidiana vivenciada pelas famílias atendidas pela equipe

multiprofissional do CRAS, por representar o registro diário dos fenômenos sociais do território. Todavia, após a realização de múltiplos contatos, tal recurso não foi possibilitado.

Na ocasião de aplicação da técnica da oficina com dinâmica de grupo e da observação participante, a dificuldade da própria participação dos líderes e dos componentes das associações representou o maior impacto para a realização das atividades planejadas. Primeiramente, as reuniões eram desenvolvidas com a maioria dos integrantes da diretoria do Conselho. Apesar da qualidade dos debates e das discussões fomentadas, era evidente ainda a existência de líderes comunitários não presentes na reunião. No segundo momento da reunião de grupo, as dificuldades surgidas para a divulgação da atividade que ocorreria no mesmo horário das reuniões do Conselho, refletiram no número de participantes na atividade não correspondente à totalização de líderes comunitários existentes. Para a primeira interpretação ao que é pertinente a este capítulo, atribui-se ao fato apenas da divulgação dos convites, ficando outras reflexões necessárias para as próximas páginas.

No que concerne às informações referentes às associações, percebeu-se determinadas dificuldades nas ocasiões das entrevistas com as associações de cunho religioso para fornecerem informações acerca da trama relacional construída entre os atores sociais e das respectivas intervenções sociais no bairro fora do contexto católico.

Contudo, tais dificuldades não impossibilitaram a realização da investigação e a coleta de dados fundamentais e necessárias para a construção do presente trabalho, dada à qualidade das informações provenientes dos instrumentos aplicados e a imersão possibilitada na realidade do território.

Com isso, reuniu-se, então, dados literários referentes à pesquisa bibliográfica, à pesquisa documental e à pesquisa qualitativa através das entrevistas semiestruturadas e das entrevistas em profundidade realizadas, respectivamente, com os moradores os com os atores sociais, da observação participante no acontecer das reuniões semanais, e da oficina com dinâmica de grupo para buscar compreender as tramas sociais aquele Território.

4. INTERPRETANDO A TENSÃO COMO A FALTA DE DIÁLOGO NO TERRITÓRIO DE SÃO CRISTÓVÃO

Prosseguiremos a seguir com a apresentação dos resultados da pesquisa realizada no território de São Cristóvão. O capítulo está percorrido a partir das matrizes analíticas construídas na primeira e segunda parte deste trabalho, considerando as categorias teóricas e a matriz aplicada ao objeto de estudo. Sendo assim, os temas abordados estão correlacionados com as diretrizes e inquietações anteriormente esclarecidas desde a apresentação do problema de pesquisa.

O capítulo está dividido em três dimensões de análise constituídas enquanto resultados da matriz de análise aplicada relacionada aos dados obtidos com a pesquisa qualitativa, abordando: as trajetórias do território de São Cristóvão, a rede multiatorial de São Cristóvão e a organização sócio-política dos atores sociais, concluindo com uma síntese analítica do que se obteve em experiência de campo.

4.1. As Trajetórias do Território de São Cristóvão

A classificação dos dados demonstrados a seguir como *trajetórias do território de São Cristóvão* tem a intenção de apresentar os fenômenos sociais que envolvem àquela realidade, e que, portanto, mostra o que é ou como é o território, como uma dimensão decorrente da primeira matriz de análise aplicada deste trabalho: “quais são as forças e trajetórias do território de São Cristóvão?” Tal intenção tem o objetivo de encontrar possíveis respostas para o problema de pesquisa que foi dividido e interpretado pelas referidas matrizes conceituais e aplicadas para facilitar a análise.

Isso posto, este subcapítulo mostra, principalmente, as condições materiais caóticas do Território como as fraquezas endógenas e pelas quais ele é interpretado. São as suas trajetórias, e, com o resultado do estudo, suas características que o fragiliza, e não se percebeu, com base nas fontes em evidência, quaisquer considerações acerca de suas hipotéticas forças. Por isso, entende-se que o território não é visto pelas suas forças ou recursos endógenos, mas pelas sua fraquezas. Disso decorre a concepção, aqui aplicada ao objeto deste estudo, de um território coisificado. Tais considerações serão retomadas ao final deste subcapítulo.

Ante tais ponderações, parte-se das primeiras impressões obtidas do território de São Cristóvão decorrentes do ano de 2006, por meio de outro lugar e de um perspectiva empiricista, como foi tratado em capítulo anterior, vários eram os conceitos pré-concebidos sobre a sua realidade que, em parte, eram constituídos pela mídia e informações do que podemos chamar de atores superficiais daquele contexto territorial. Sobre atores superficiais se compreende as empresas privadas ou públicas, de macro ou microatuação que se estabeleceram nas adjacências do Território ou que se vincularam àquela realidade no desenvolvimento ou implementação de suas respectivas missões.

Tais conceitos pré-concebidos se referem aos fatos sociais, ou melhor, aos fenômenos sociais que envolvem São Cristóvão, pois, inclusive são problemas de domínio público e que pertencem a uma maior complexidade: as periferias da cidade de Salvador.

A violência social, o desemprego, a arquitetura das moradias, o mercado ilegal de trabalho (incluindo o tráfico de drogas), a marginalização dos jovens cada vez mais jovens, o sucateamento do sistema educacional, o insuficiente serviço de saúde pública, o insuficiente serviço segurança pública - que, por vezes, também é marginalizado, todos esses são problemas sociais que caracterizam o movimento da cidade de Salvador e que se refletem em São Cristóvão, entre outras realidades.

Entretanto, frente aos problemas comuns e que pertencem e se vinculam a um maior âmbito, cada território possui sua peculiaridade e diferenças conforme sua história. Nesse contexto, em muitos casos, a repercussão e a imagem que se fazem do território não correspondem, fielmente, à sua realidade. Essa percepção foi encontrada nos discursos de alguns atores sociais do território de São Cristóvão e fundamenta a reação de outros bairros elitizados para com o local, que corre o risco até de ser interpretada como estigma social.

Assim, diante das primeiras impressões que foram construídas em decorrência dos instrumentos aplicados com um objetivo pragmatista em 2006, no que concerne ao conteúdo da entrevista realizada com o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, com diretores das escolas locais e alguns líderes, e no que refere a reunião ocorrida para construção de projetos sociais entre os líderes da associação com um ator social, - uma empresa pública federal ali estabelecida, quatro foram os fatores observados e denunciados na ocasião:

- a teia de problemas sociais estabelecida;
- a multiplicidade de associações e atores engajados com àquela realidade;
- resultados de pequeno impacto social ou pouca efetividade, ou até mesmo, as

poucas ou quase nenhuma intervenção diante da complexidade dos problemas enfrentados pela população;

○ e a dificuldade de compreensão mútua entre os atores sobre as trajetórias de melhorias possíveis para São Cristóvão.

Esse cenário social e político impôs como uma condição insuperável e uma necessidade extrema de conhecer mais profundamente o território de São Cristóvão. Com o objetivo de buscar tal necessidade, procedeu-se com a análise do segundo instrumento de pesquisa que foi utilizado como uma amostragem das reportagens publicadas sobre o território de São Cristóvão do ano de 1969 a 2010, encontradas na Biblioteca Central de Salvador da Bahia.

Remetendo-se à interpretação desses dados, conforme mostra a figura abaixo, observou-se a incidência de problemas relacionados à infraestrutura do Território:

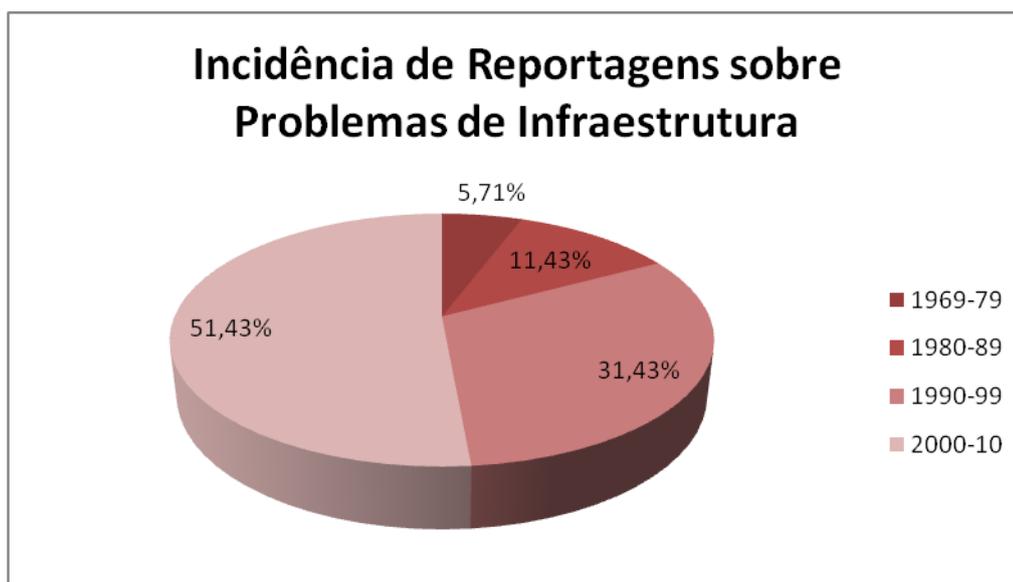


Figura 6: Incidência de Problemas de Infraestrutura de São Cristóvão divulgados em jornais de 1969-2010

Fonte: Elaboração a partir dos periódicos de 1969-2010.

O gráfico mostra a evolução dos problemas de infraestrutura do Território ao longo da história:

- de 1969 a 1979 a incidência de reportagens sobre o tema era de 5,71%;
- de 1980-89 a incidência de reportagens era de 11,43%;
- de 1990-99 a incidência era de 31,43%;
- de 2000-10 a incidência era de 51,43%.

Está incluído como problemas de infraestrutura nas reportagens desde o sistema de saneamento básico, pavimentação de ruas, sistema de transporte, iluminação das ruas, estrutura de moradia aos serviços abstratos quanto à deficiência de instituições de ensino, de atendimento à saúde e às necessidades sociais, entre outros que façam parte de serviços necessários à sobrevivência da população. Cabe salientar que cada fator é incentivador do surgimento de outros fatores, o que retrata a dinâmica e o caráter cíclico dos problemas: a ausência do saneamento básico, por exemplo, nas reportagens estavam sempre denunciados com o aparecimento de doenças no público infantil e adulto.

No que concerne a incidência de casos de violência, o quadro abaixo traz informações sobre a história do território denunciadas nos jornais:



Figura 7: Incidência de Reportagens de Casos de Violência em São Cristóvão divulgados nos jornais de 1969-2010.

Fonte: Elaboração a partir da pesquisa de periódicos de 1969-2010.

Essa figura demonstra uma diferença impactante de crescimento de casos de violência noticiados pelos jornais no Território, conforme a seguir:

- de 1969-79 houve uma incidência de 2,08% do total de casos de violências encontrados;
- de 1980-89 a incidência não foi representada no gráfico, pois não foram encontrados registros sobre o tema nesse período;
- de 1990-99 a incidência de casos de violência no Território noticiado foi de 1,04%
- de 2000-10 a incidência está representada em 96,87% do total de vezes que o

assunto foi retratado pelos jornais em referência.

É importante esclarecer que foi compreendido como reportagens sobre violência os casos de assaltos com agressão, com ou sem assassinato, violência familiar, e, inclusive, agressão de policiais com os moradores locais.

Essa figura mostra, no mínimo, - pois a referência é proveniente de denúncias e notícias em jornais -, que na chegada do século XXI, a violência passou a ter outra expressão e representatividade, nesse caso, para São Cristóvão. É claro que existem vários fenômenos sociais globais que podem estar relacionados não somente a São Cristóvão, mas, inclusive, ao crescimento da violência no âmbito bem maior.

Entretanto, outros fatores abordados nessa pesquisa se vinculam a essa realidade, considerando que a violência é um efeito social provocado por causas que incidem na deficiência, por exemplo, do sistema educacional e social. Ao relacionarmos o gráfico da Figura 6 e o gráfico da Figura 7, observa-se que, historicamente, o território de São Cristóvão apresenta uma infraestrutura que não oferece as condições básicas como moradia, saúde, educação, entre outros fatores. Essa ausência também representa um tipo de violência com os moradores, na medida em que a falta de condições primárias deixa o indivíduo desenvolver mecanismos de sobrevivência.

O mercado ilegal de drogas, por exemplo, é utilizado nas sociedades como uma realidade comum de oportunidade de trabalho e meio de conseguir recursos financeiros. A Figura 8 abaixo mostra a incidência de reportagens sobre o tráfico de drogas em São Cristóvão:

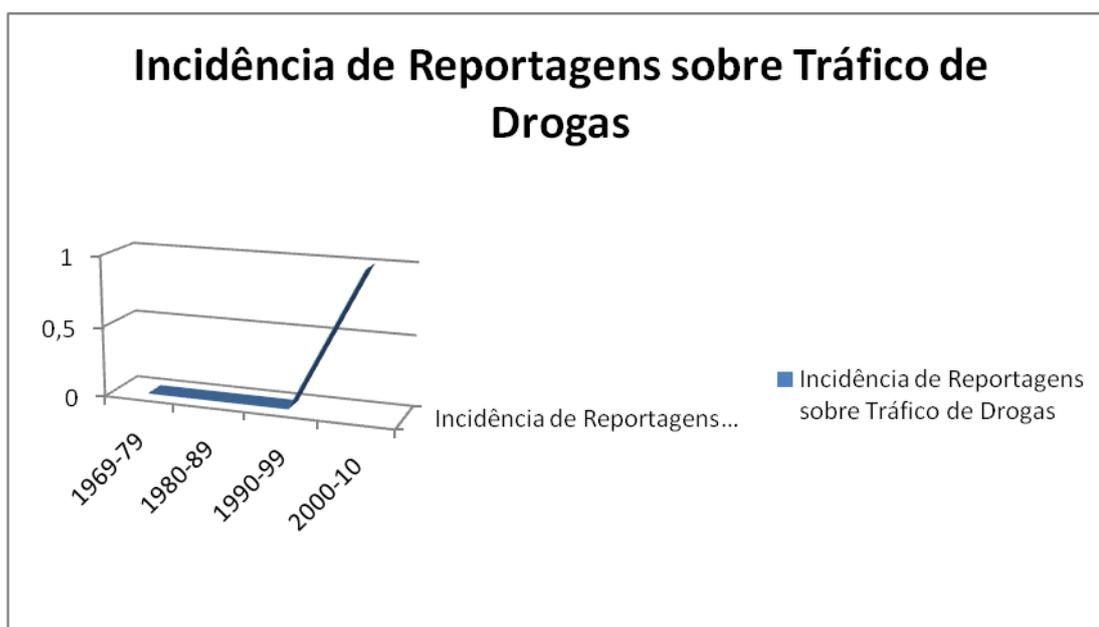


Figura 8: Incidência de Reportagens sobre o Tráfico de Drogas em São Cristóvão publicadas de 1969-2010.

Fonte: Elaboração a partir de pesquisa de periódico de 1969-2010

Dos anos investigados, o período de 2000 a 2010 representa todas as reportagens referentes ao tráfico de drogas. Isso obviamente não significa a inexistência do tráfico de drogas nas décadas anteriores, mas demonstra um aumento expressivo exatamente no período de maior incidência de reportagens sobre violência, conforme a Figura 7.

Diante dessas duas características registradas pela mídia, outra terceira característica demonstrada na Figura abaixo, anuncia os movimentos realizados pelos atores sociais na história para denunciar a sociedade à respectiva realidade comunitária:

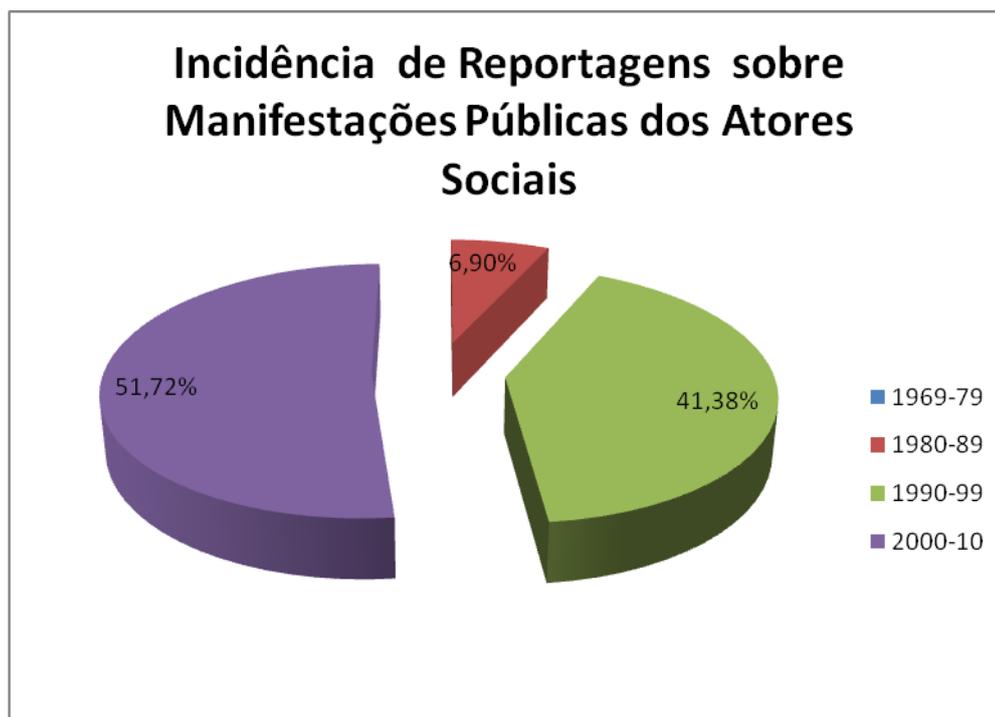


Figura 9: Incidência de Reportagens sobre Manifestações Públicas dos Atores Sociais de São Cristóvão de 1969-2010.

Fonte: Elaborado com base na pesquisa de periódicos de 1969-2010.

Dessa história de manifestação dos atores sociais, tem-se:

- no período de 1969-79 não foram encontradas reportagens acerca de manifestações dos moradores.
- no período de 1980-89 foi constatado 6,90% de incidência de manifestações coletivas da população sobre a realidade comunitária;
- no período de 1990-99 ocorreu a incidência de 41,38% de reportagens sobre manifestações coletivas de São Cristóvão;
- e no período de 2000-10 observou-se a ocorrência de 51,72% de reportagens sobre as manifestações coletivas do Território.

Entende-se como manifestações públicas dos atores sociais aquelas que representaram ações e esforços coletivos de denunciar a realidade comunitária à sociedade ou de se reorganizar para estabelecer parcerias ou intervenções no Território.

Na proporção em que aumentou o índice de reportagens sobre infraestrutura, violência e tráfico de drogas, conforme as Figuras 6,7 e 8, elevou-se as reportagens sobre a organização de movimentos sociais dos atores do território de São Cristóvão em busca de melhorias para aquela realidade.

Entretanto, observa-se que desde 1980 as manifestações dos atores locais já

alcançavam a mídia, o que representa o desejo de mudança dos atores e de forças internas do território que não aceitavam a desordem historicamente estabelecida.

Em contraposição, ou em resposta a dinâmica de manifestações da população, observa-se a ocorrência de reportagens sobre projetos, programas e ações provenientes do Governo direcionados para o atendimento da população:

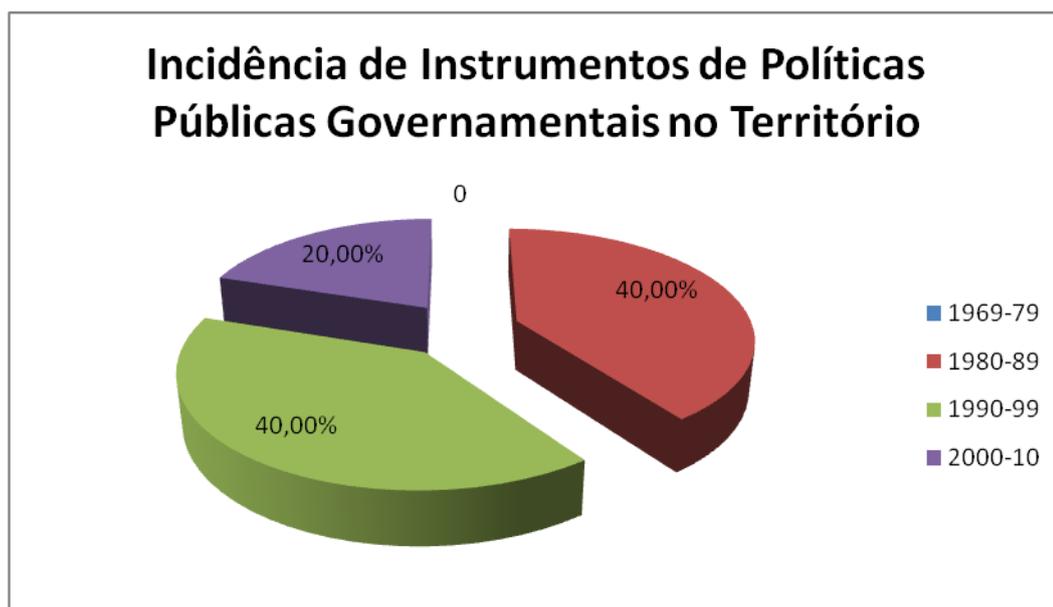


Figura 10: Incidência de Reportagens sobre Instrumentos de Políticas Públicas do Território de São Cristóvão de 1969-2010

Fonte: Elaboração a partir da pesquisa de periódicos de 1969-2010

A partir da Figura 10, os dados mostram:

- de 1969-79 não houve reportagens sobre instrumentos de políticas públicas do Governo direcionadas para o Território;
- de 1980-89 a incidência de reportagens foi de 40%;
- de 1990-99 a incidência de reportagens sobre o assunto também foi de 40%;
- e de 2000-10 a incidência de reportagens foi de 20%.

Como instrumentos de políticas públicas compreende-se os serviços, programas, projetos e ações voltadas ao atendimento da realidade do território de São Cristóvão. Observa-se que a evolução das reportagens dos problemas sociais correspondem as reportagens acerca das manifestações coletivas ou da organização dos moradores para buscar outras trajetórias para a realidade às avessas do Território. Todavia, as reportagens acerca das intervenções do Governo demonstraram uma redução no período de 2000-2010, inclusive nesse período de explosão de notícias e denúncias sobre a violência local, conforme Figura 7. Apesar de não

significar a exata realidade de intervenções do Governo, pela necessidade de outras pesquisas complementares, é oportuno ressaltar que também não houve uma explosão de reportagens sobre o tema no mesmo período, o que pode ser interpretado como pouca relevância se deu a temática.

Assim, para finalizar as informações encontradas acerca do Território, também se faz importante registrar o expressivo número de reportagens sobre os eventos simbólicos locais, conforme mostra a Figura 8:

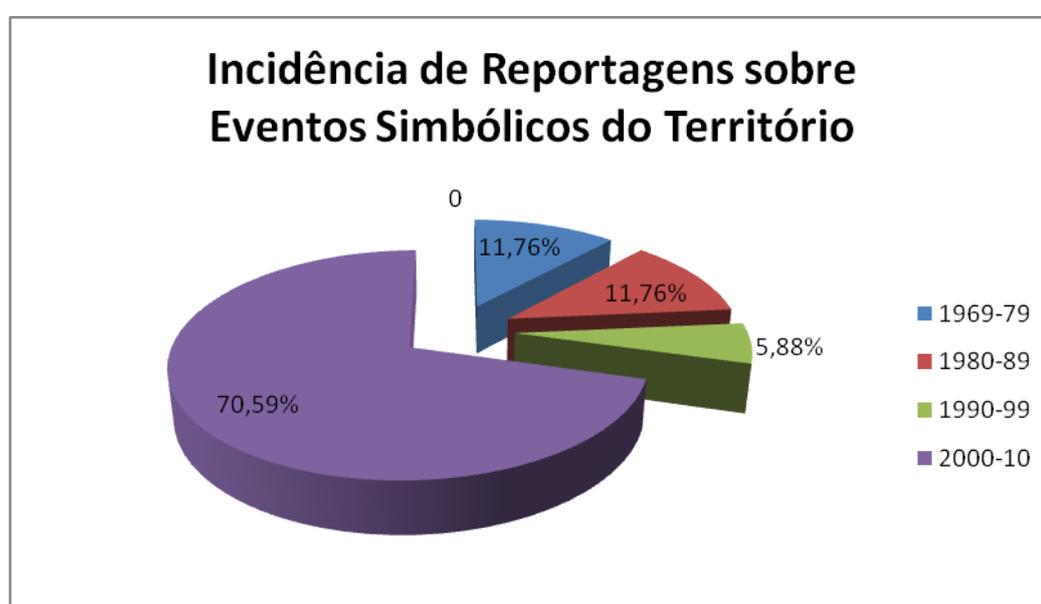


Figura 11: Incidência de Reportagens sobre Eventos Simbólicos do Território de São Cristóvão do ano de 1969-2010.

Fonte: Elaboração a partir da pesquisa de periódicos de 1969-2010.

Conforme a Figura, os dados estão assim distribuídos:

- ° de 1969-79 a incidência reportagens sobre eventos simbólicos no território de São Cristóvão era de 11,76%;
- ° de 1980-89 a incidência também foi de 11,76%
- ° de 1990-99 o percentual foi de 5,88% do total das reportagens sobre o tema;
- ° de 2000-2010 a incidência de reportagens acerca de eventos simbólicos foi de 70,59%.

Entendeu-se como evento simbólico as comemorações de caráter religioso que reunia atores sociais católicos e não católicos em diversas ações coletivas para benefícios ao Território que eram justificadas pela festa do padroeiro, mas se estendiam às outras ações de qualidade para o local.

A importância dos dados dessa Figura está no fato de que se tratavam de eventos que possibilitavam a articulação entre os atores sociais, ainda que fossem por motivo inicial da comemoração religiosa. Um fator observado é que até os moradores não religiosos participavam da elaboração dos eventos. Eles também significavam uma forma de interação coletiva, conhecimento do próprio grupo dos atores sociais locais e ampliação de contatos e conexões, daí a necessidade de registrar as reportagens acerca do assunto.

É importante reconhecer que se tratam de reportagens, notícias e uma forma de comunicação e expressão da mídia de retratar as realidades sócioeconômicas, culturais e políticas, entretanto que requer maior investigação para utilizar quaisquer noções de certezas.

A necessidade de *mergulhar* na realidade e dinâmica territorial se fez lógica, por considerar imprescindível a aproximação com a história do território e com as suas características e fenômenos peculiares a fim de nivelar a linguagem com os próprios atores sociais de São Cristóvão.

Assim, ao se analisar de forma sintética os dados coletados, observou-se que o território de São Cristóvão se formou em meio ao crescimento desorganizado das invasões provenientes de outros bairros até adjacentes, mas que influenciou intensamente a formação primária que ainda apresentava a comunidade. Ao retomar a Figura 6, verifica-se que as reportagens acerca dos problemas de infraestrutura cresciam de forma quase desproporcional aos serviços públicos extensivos à comunidade oriundos de políticas governamentais, ao observar a Figura 7 no período de 2000-2010.

Uma história de problemas de infraestrutura é bem certo que lembra o espelho de uma realidade ainda mais complexa, como já foi citado anteriormente quanto à arquitetura da cidade de Salvador por motivos políticos, econômicos, sociais e ambientais. Porém, recortando o assunto de interesse deste trabalho, em paralelo a tais situações estão as manifestações dos atores sociais que também estão na história do território e que acompanham um percurso de tentativas de reconstrução de trajetórias.

Observa-se na Figura 9 e 11 que a história do território também demonstra movimentação e forças internas de seus respectivos atores sociais que, desorganizada ou organizadamente, estabelecem conexões e articulações. Ora, parcerias e reincidências de denúncias e movimentações só acontecem quando há um mínimo interesse e sentimento de pertencimento, ainda que temporário conforme o vínculo de convivência com aquela realidade.

Dessa forma, retoma-se as considerações realizadas no início deste tópico acerca

da coisificação do Território. Apesar da maioria dos dados interpretados estarem até aqui relacionados, em grande parte, com as questões infraestruturais, e portanto, materiais, já se apontam para alguns eventos nos quais já se identificam pequenas e tímidas mobilizações territoriais. Observa-se, então, duas vertentes: as questões materiais e imateriais do território de São Cristóvão. Tal destaque tem a intenção de explicitar que o território de São Cristóvão parece sofrer um processo de coisificação, pois somente suas fraquezas são identificadas, denotando uma idéia da inércia do território.

Tem-se claro que tal inferência é realizada com base nesse instrumento de pesquisa à base de periódicos de 1969 a 2010, por este motivo prossigamos com os próximos instrumentos aplicados a fim de possibilitar a interrelação das informações coletadas.

4.2. A Rede Multiatorial de São Cristóvão

Este subitem elucida e traz reflexões acerca da dimensão da rede multiatorial do território de São Cristóvão. Prosseguindo com a necessidade de desenvolver, de forma correlacionada, a matriz de análise aplicada, esta dimensão está relacionada ao segundo questionamento concernente às relações construídas entre os atores no Território: como os atores sociais de São Cristóvão se articulam em trajetórias de desenvolvimento?

Esta matriz ressalta a necessidade de compreender a qualidade das relações sociais constituídas entre os atores sociais de São Cristóvão para entender o funcionamento da rede multiatorial do Território. Isso possibilita a perceber os nós da rede, a viscosidade, a constância das articulações, bem como suas fragilidades e suas potencialidades.

Dessa forma, este subitem foi subdividido em dois tópicos que abordam as informações relativas à esta dimensão sob a percepção dos moradores e dos atores sociais. Faz-se, novamente, importante salientar que para efeito deste trabalho, por uma questão instrumental ou funcional, realizou-se uma distinção entre moradores e atores sociais com tais títulos com base nos papéis que desempenhavam no Território. Considerou-se morador, aquele indivíduo residente no local que não participa de grupos de trabalho, ainda que pequenos, para quaisquer ações sociais com efeito de melhoria territorial. Como ator social compreendeu-se aqueles indivíduos que participam de grupos de trabalho e de mobilização, de qualquer natureza, ou tenha se articulado devido à insatisfação e incômodo com o cenário posto para ações de ativação do Território.

4.2.1. Sob a Percepção dos Moradores Entrevistados

No intuito de se aproximar do universo de atores sociais do Território, utilizou-se os dados levantados das entrevistas semiestruturadas que se referiam à influência histórica dos atores sociais informados pelos moradores, à participação dos moradores nas associações, às ações conjuntas realizadas pelos atores sociais, à cooperação mútua entre as associações e à atual presença das associações no território.

No que se refere a qualidade dos entrevistados quanto ao conhecimento da realidade comunitária, a Figura 12 abaixo desmontra:



Figura 12: Índice de Entrevistados por Tempo de Moradia no Território de São Cristóvão
Fonte: elaboração a partir das entrevistas semiestruturadas com os moradores de São Cristóvão.

- 15% dos moradores residiam entre 15 a 24 anos em São Cristóvão;
- 62,5% dos moradores residiam entre 25 a 29 anos em São Cristóvão;
- 22,5% dos moradores residiam há mais de 29 anos em São Cristóvão.

A maioria eram moradores do Território há mais de vinte e cinco anos, e conheciam parcialmente a história e dinâmica local. Deu-se preferência a esse requisito, pois a história é um fator considerado no desenvolvimento deste estudo e, pela própria necessidade de conhecer a evolução das organizações internas.

No que concerne a influência histórica de atores sociais, tem-se:

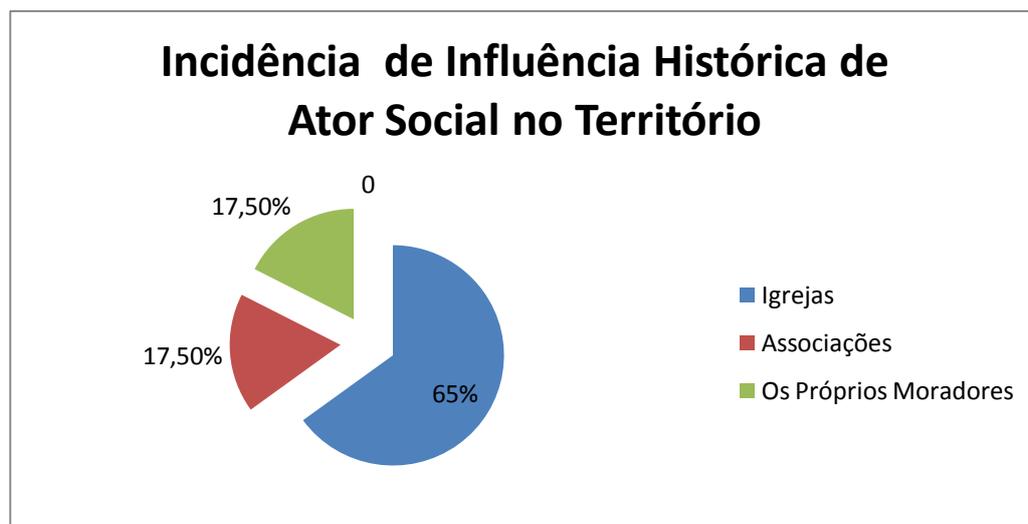


Figura 13: Incidência de Influência Histórica de Ator Social no Território de São Cristóvão.

Fonte: Elaboração a partir das entrevistas semiestruturadas com os moradores de São Cristóvão

○65% dos moradores informaram que as igrejas eram mais atuantes na história do Território;

○17,5% dos moradores informaram que as associações eram mais atuantes na história de evolução do Território;

○17,5% dos moradores informaram que os próprios moradores é que buscavam alguma melhoria.

É importante registrar que adotou-se o título de influência para as ações realizadas pelos atores sociais, sendo elas pontuais, assistenciais ou assistencialistas de natureza religiosa ou não religiosa.

Pela configuração inerente à organização das instituições religiosas, as ações de caridade sempre envolveram o coletivo para buscar os seus objetivos. Isso, é claro, que proporciona articulação com a população pelo viés espiritual, mas tem mostrado, na história, que tem um efeito de reunir massas populares. Apesar de fomentarem ações sociais, o cunho assistencialista das mesmas não permite o viés político e social no processo de articulação entre os atores sociais.

Ao relacionar com o instrumento de pesquisa decorrente do levantamento de periódicos, observa-se a reafirmação da presença religiosa no território, bem como a capacidade dos moradores buscarem, isoladamente, e pontualmente, algumas ações que

parecem viabilizar benefícios individuais.

No que se refere à incidência da participação dos moradores por associação, verificou-se os seguintes dados:

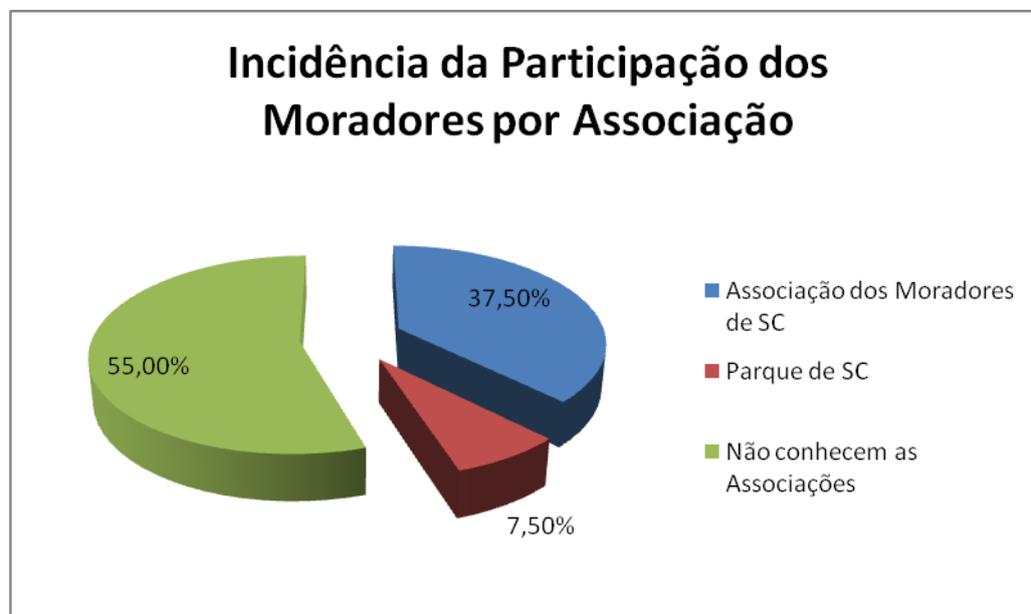


Figura 14: Incidência da Participação dos Moradores de São Cristóvão por Associação.
Fonte: Elaboração a partir das Entrevistas Semiestruturadas com os Moradores de São Cristóvão

- 37,5% dos entrevistados informaram que a Associação dos Moradores (Conjunto Habitacional e atual Conselho do Território) possui a maior incidência de participação dos moradores;
- 7,5% dos entrevistados informaram que a Associação do Parque São Cristóvão possui maior incidência de participação dos moradores;
- 55% dos entrevistados não conhecem as associações do Território.

Esses dados nos trazem a informação de que a maioria dos entrevistados nunca participaram e não conhecem as associações locais. Isso pode levar a dois caminhos: a dificuldade de propagar os trabalhos das associações pela comunidade ou, simplesmente, o não envolvimento dos entrevistados com as questões políticas do Território. De todo modo, o cenário demonstra a necessidade de maior articulação dos moradores com as associações.

É bem certo que não se trata de uma amostra correspondente a população do Território. Entretanto, devido à intenção de obter uma aproximação com a relação entre o associacionismo local, isso já representa um visor proveniente do universo de quarenta entrevistados em que 62,5% (sessenta e dois e meio por cento) possuem mais de vinte e cinco

anos de moradia no Território.

Ainda sob o contexto da articulação entre os atores sociais, apresenta-se os dados coletados acerca das ações conjuntas realizadas pelos atores sociais:

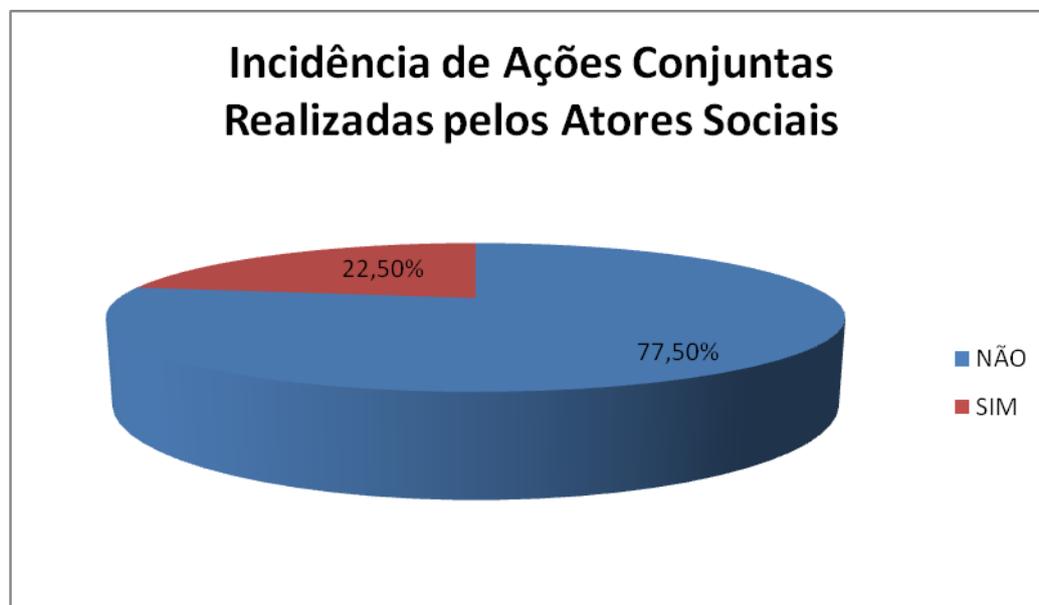


Figura 15: Incidência de Ações Conjuntas Realizadas pelos Atores sociais no Território de São Cristóvão.

Fonte: Elaborada com Base nas Entrevistas Semiestruturadas Realizadas com os Moradores de São Cristóvão.

- 77,5% dos entrevistados afirmam que os atores sociais não realizam trabalhos conjuntamente;
- 22,5% dos entrevistados afirmam que os atores sociais realizam trabalhos conjuntamente.

Também é importante esclarecer que se entende como trabalhos em conjunto àqueles realizados por dois ou mais atores sociais que se reúnem para construir ações coletivas ainda que eventuais, pontuais ou sem planejamento.

Pode-se notar que, apesar da maioria dos entrevistados informarem sobre a ausência da articulação entre os atores para realizar ações ou projetos de autoria coletiva, outros instrumentos de pesquisa mostram que, ao contrário, há parcerias pontuais e eventuais para a implementação de intervenções comunitárias. O levantamento dos periódicos de 1969 a 2010 demonstrou que os atores se articulavam para fazer as comemorações simbólicas do Território. As reuniões, que serão analisadas no próximo subcapítulo, também trouxeram elementos acerca do tema.

Todavia, pode-se relacionar os resultados das entrevistas com o fato de não se

tratarem de ações com efeitos impactantes na complexa realidade e tecido social do Território. É possível que, por se tratarem de atores sociais que realizam intervenções para um universo de atendimento inferior ao número de habitantes do Território, e considerando que ações comemorativas, por melhor que sejam, não se refletem como serviços sociais, esses trabalhos estabelecidos em parceria não tenham visibilidade.

De todo modo, os dados mostram que ainda que existam trabalhos realizados em conjunto pelos atores sociais, eles não são representativos e expressivos de forma que os entrevistados interpretem como parceria.

Outro dado que também se pode relacionar se refere a alguns resultados decorrentes da elaboração dos mapas mentais, concernente à uma questão dentro das entrevistas semiestruturadas realizadas com os moradores de São Cristóvão. Tal questão permitia que o entrevistado elaborasse desenhos simbólicos de São Cristóvão quanto ao seu cenário passado, atual e futuro. Três exemplos foram destacados abaixo. Vejamos:



Figura 16: Mapa Mental de Morador Entrevistado
Fonte: Elaboração do Morador Entrevistado.

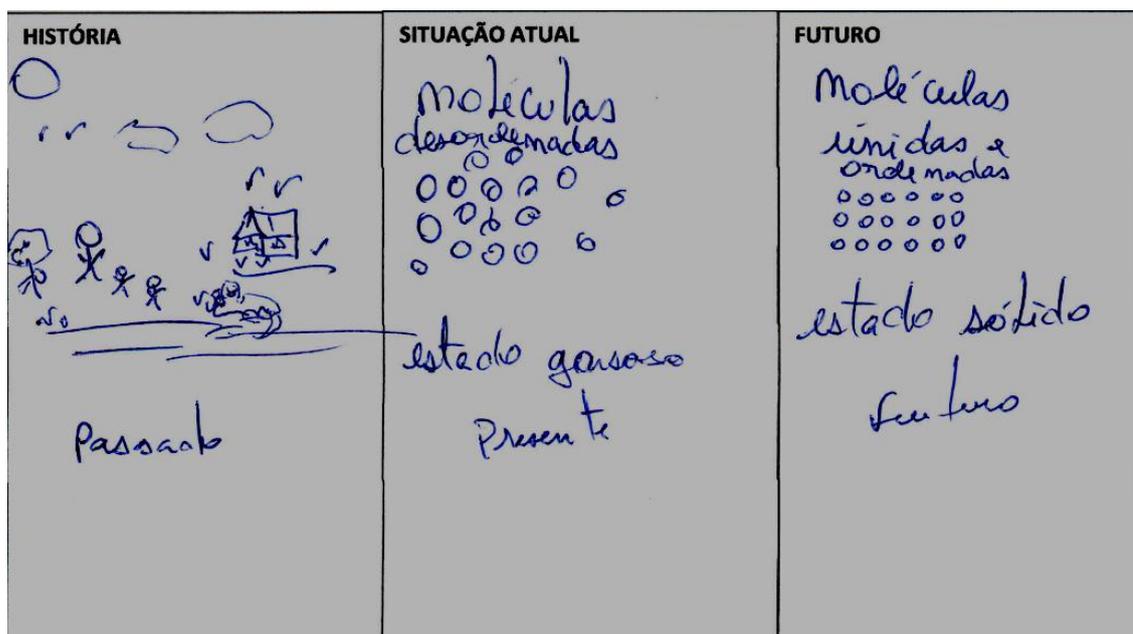


Figura 17: Mapa Mental de Morador Entrevistado
Fonte: Elaboração do Morador Entrevistado.



Figura 18: Mapa Mental de Morador Entrevistado
Fonte: Elaboração do Morador Entrevistado.

A Figura 16 faz referência o crescimento populacional de São Cristóvão, e parece representar algumas tentativas de se formar pequenos grupos de habitantes locais. Já a Figura 17 traz uma forma curiosa de mostrar a situação atual de São Cristóvão enquanto “moléculas

desordenadas” no quadro da situação atual de São Cristóvão. Tal perspectiva corresponde ao discurso do morador quando responde a questão 25 da entrevista semiestruturada acerca da realização de trabalhos articulados entre as associações: “Elas não realizam trabalhos conjuntos, não vejo isso e moro aqui há anos” (Senhor E. B.). Uma forma simbólica muito parecida com a atual desse mesmo morador. A Figura 18 também traz símbolos no quadro de referência a uma situação futura do Território acerca de grupos se direcionado a outros grupos, tal qual a Figura 17 desenha “um estado de moléculas sólido de moléculas ordenadas e unidas”.

Ao se considerar os discursos dos moradores entrevistados da segunda e da terceira figuras acima demonstradas, tais imagens se referem à rede multiatorial do território de São Cristóvão.

Nesse sentido, também se faz necessário analisar a cooperação mútua existente entre os atores sociais:

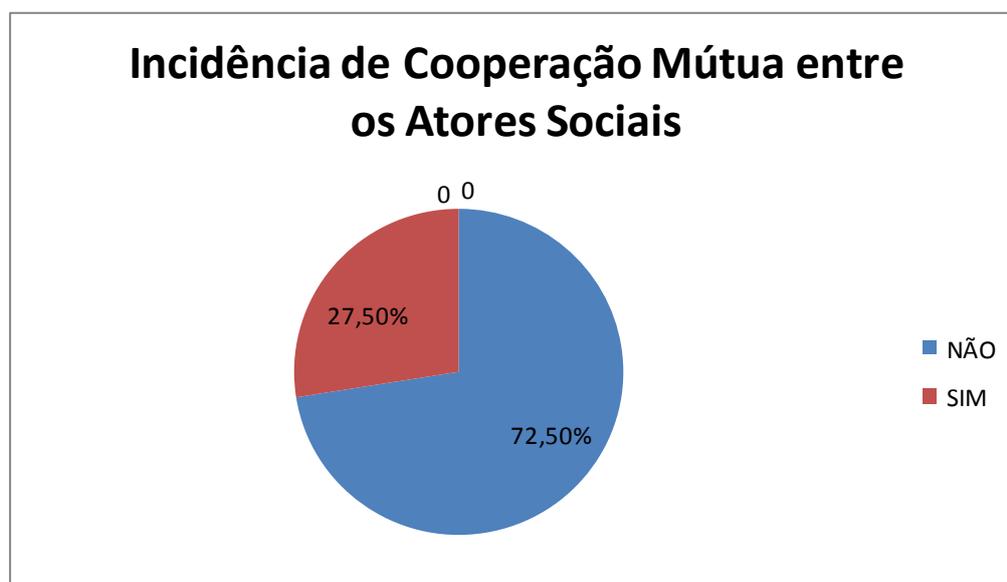


Figura 19: Incidência de Cooperação Mútua entre os Atores Sociais de São Cristóvão.
Fonte: Elaboração a partir das Entrevistas Semiestruturadas com os Moradores de São Cristóvão

- 27,5% dos entrevistados afirmam que há cooperação mútua entre os atores sociais;
- 72,5% dos entrevistados informam que não há cooperação mútua entre os atores sociais.

Essas informações se relacionam com a Figura 15, na proporção em que traz o

conteúdo acerca da dificuldade dos atores sociais realizarem ações em conjunto. Ora, não tem como haver uma relação de colaboração com as ações e projetos de outros atores desde quando a experiência de trabalhos parceiros ainda está em construção. O mesmo perceptual que representa a percepção dos entrevistados quanto à cooperação pode corresponder as ações pontuais e eventuais realizadas pelos atores.

Diante desses dados, remete-se a necessidade de compreender a presença dos atores em tempo atual no que concerne às ações e intervenções realizadas no Território:

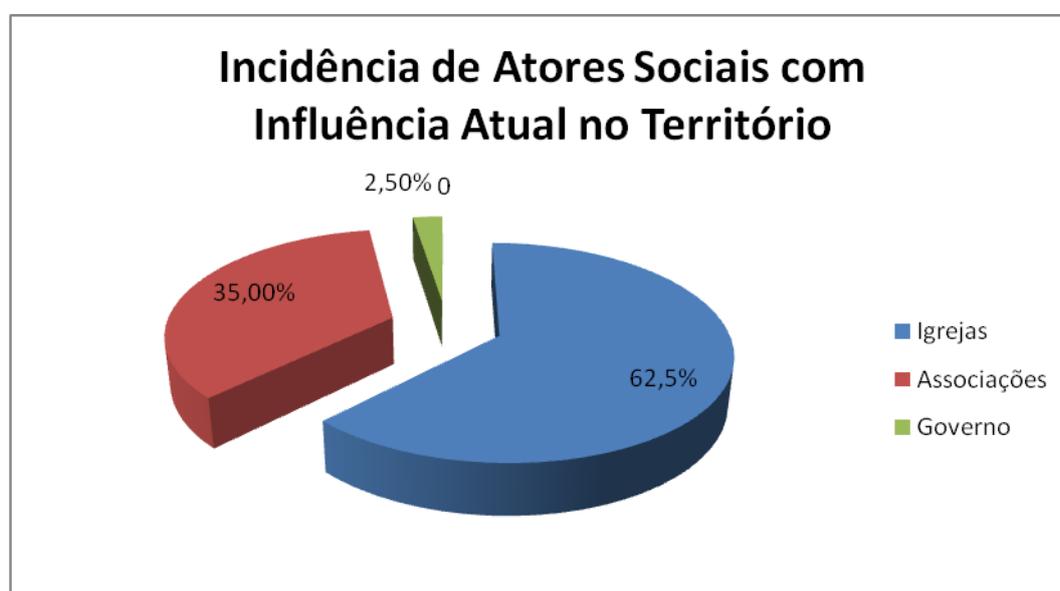


Figura 20: Incidência de Atores Sociais com Influência Atual no Território de São Cristóvão.

Fonte: Elaboração a partir das Entrevistas Semiestruturadas com os Moradores de São Cristóvão.

- 62,5% dos entrevistados informaram que a igreja ainda possuem maior atuação no Território em tempo atual;
- 35% dos entrevistados informaram que as associações possuem maior atuação no Território em tempo atual;
- 2,5% dos entrevistados informaram que o Governo possui maior atuação no Território em tempo atual.

Ressalva-se que se mantém a compreensão de influência como atuação no Território de qualquer natureza que represente ação, projetos ou intervenção pontual, assistencialista ou planejada, mas que cause melhoria grupal.

Contrapondo com a Figura 6 sobre o levantamento de periódicos, observa-se que

houve um crescimento de manifestações públicas e atuação das associações no Território, o que corresponde a elementos que serão analisados a seguir a partir das reuniões com os atores sociais por meio do Conselho dos Moradores de São Cristóvão.

Assim, este subcapítulo demonstra, principalmente a partir da Figura 17, certo desinteresse dos moradores em participar dos movimentos territoriais, ou mesmo não conhecem os atores sociais do Território.

4.2.2. Sob a Percepção dos Próprios Atores

Face à necessidade de compreender o diálogo estabelecido entre os atores sociais de São Cristóvão, a articulação, a parceria, as dimensões colaborativas fundamentais para o desenvolvimento do trabalho em rede e da utilização de seus benefícios enquanto potencialidades capazes de somar esforços multiautoriais no território, utilizou-se do próprio diálogo, por meio de uma entrevista em profundidade, para permitir dar voz aos principais sujeitos dessa história acerca dessas categorias.

Por este motivo, elaborou-se uma síntese dos conteúdos referentes aos elementos que evidenciam o relacionamento entre o associacionismo do território de São Cristóvão no que se refere à forma como as decisões são tomadas pelas associações, quanto à articulação com outros atores sociais e quanto à existência de instrumentos de políticas públicas como o resultado do movimento social:

Atores Sociais	Natureza do Ator Social	Quanto à Forma que as Decisões são Tomadas pela Associação	Quanto à Articulação com os outros Atores Sociais	Quanto à Existência de Instrumentos de PP
Ator 1	Religiosa	Por meio de reuniões semanais	Conhece somente o presidente de uma Associação com a qual, eventualmente, faz trabalhos pontuais. Sabe da existência de outras associações, mas desconhece-as e não mantém contato.	Possui quatro centros de atendimentos pedagógicos e sociais

Ator 2	Religiosa	Por meio de um conselho representativo	Informa que a instituição é aberta para realizar trabalhos em conjunto; por vezes os membros também participam das reuniões de uma das associações, principalmente na festa do padroeiro	Ações periódicas de caridade na área alimentar, familiar, infanto-juvenil pelo viés assistencialista
Ator 3	Religiosa	Por meio de reuniões bimestrais participativas	Sabe sobre a existência de outras associações, mas acredita que na realidade cada entidade atua individualmente. Informa que não recebe apoio de outras associações para a realização de seus projetos.	Ação sócio-educacional para o público infantil, e de auxílio à saúde clínica.
Ator 4	Política	Por meio de assembléia	Conhece as outros atores e mantém uma relação de discussão e articulação com os mesmos	Um tipo de ação com dificuldades manutenção por motivos de ausência de recursos.
Ator 5	Política	Por meio de reuniões semanais	Conhece outros atores, articula-se com aqueles provenientes do órgão estatal e com aqueles que possuem pertencimento e interesse de mudança	Três tipos de ações com dificuldades de manutenção por ausência de recursos.
Ator 6	Governamental	Modelo top down	Conhece os outros atores sociais, convida-os para fórum, quando por decisão superior, desejam implementar projeto.	Atividades supensas pela inexistência temporária de recursos humanos.

Ator 7	Religiosa	Reuniões periódicas não planejadas	Conhece a existência de outros atores, mas não mantém contato	Ações pontuais de caridade pelo viés assistencialista.
Ator 8	Religiosa	Reuniões suspensas temporariamente	Conhece a existência de outras associações, mas não há relação de colaboração entre as entidades	Ações pontuais de caridade pelo viés assistencialista
Ator 9	Privada (adjacente ao Território)	Modelo top down	Sabe da existência dos atores sociais, mas não possui relação de parceria	Não há
Ator 10	Privada (adjacente ao Território)	Modelo top down	Conhece a existência dos atores sociais, manteve contato com alguns deles por procura dos próprios, mas não possui uma relação sólida* de articulação	Não há

Quadro 21: Atores Sociais do Território de São Cristóvão.

Fonte: Elaboração a partir do Diálogo Mantido com os Atores Sociais de São Cristóvão.

Foram atribuídos números a cada ator social entrevistado para facilitar a compreensão e preservar a identidade dos mesmos. Algumas associações estão desativadas temporariamente, o que somou dificuldades para a alcançar outros atores. Por esse motivo, a escolha dos atores sociais foi aleatória, considerando as tentativas de contato sem êxito em alguns casos.

Inicialmente, deu-se foco a análise dos questionamentos acerca da natureza e a forma de decisão dos atores, pois são dois elementos que contribuem para uma melhor compreensão do lugar de que cada ator fala. A natureza do ator social facilita o entendimento sobre a filosofia de base e visão de mundo, e os processos decisórios marcam a estrutura do grupo a nível de participação e democracia interna.

Assim, quanto à forma de decisão dos atores sociais, seis informaram alguns critérios participativos para discussão da organização interna, com exceção de três atores cujo processo é hierarquizado e com pouca autonomia dos integrantes do grupo, e um ator cujas reuniões estão suspensas temporariamente. A participação se dá por formas de consulta e

reuniões em cada grupo em períodos diferenciados.

Todavia, observou-se que, apesar dos atores sociais tratarem de planos de trabalho direcionados para o Território, e considerando que esses se revelam representantes da população territorial, não foi verificado em nenhum momento a participação dos moradores nos processos de organização do movimento e dinâmica de cada ator social. Também não se observou a socialização para os moradores acerca de tais processos cujas decisões impactam no cotidiano dos habitantes locais.

No intuito de visualizar melhor a relação de parceria mantida entre as associações, a partir desse instrumento, constituiu-se a Figura 22, abaixo relacionada, que ilustra a relação de parceria mantida entre as associações:

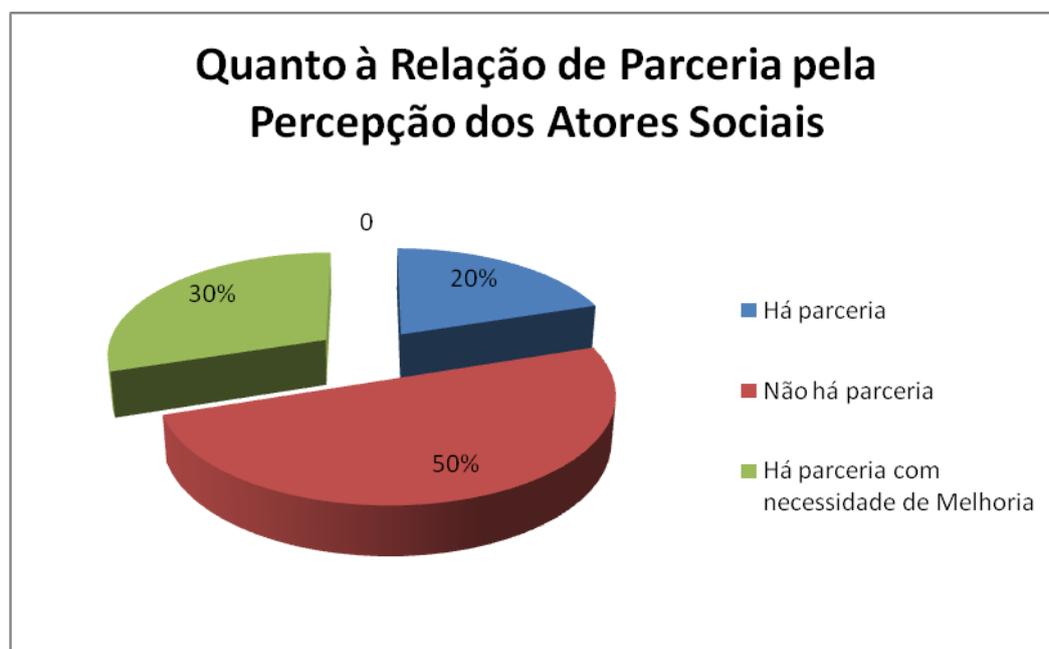


Figura 22: Quanto à Relação de Parceria pela Percepção dos Atores sociais de São Cristóvão

Fonte: Elaboração a partir das Entrevistas Semiestruturada com os Atores Sociais do Território

- 20 % dos entrevistados informaram que há parceria entre os atores sociais;
- 50% dos entrevistados informou que não há parceria entre os atores sociais;
- 30% dos entrevistados informou que há parceria com necessidade de melhoria entre os Atores Sociais.

Com isso, essa Figura demonstra que 80% dos des atores entrevistados acreditam que há dificuldades de estabelecer parcerias entre os atores ou não há nenhum vínculo de parceria.

Ao comparar com os instrumentos anteriores, especificamente com a Figura 18, novamente se interpreta que a inexistência de planos de trabalhos de autoria coletiva, ou a existência de trabalhos conjuntos apenas para ações pontuais e eventuais não demonstram parcerias sólidas. Porém, as articulações são óbvias, considerando o reconhecimento dos moradores e dos atores quanto à existência de ações coletivas e a movimentação histórica da comunidade para denunciar a realidade às avessas do Território.

Tratemos, então, de prosseguir com a análise em profundidade da interação estabelecida entre os atores sociais em cena abordada no próximo subcapítulo.

4.3. A Organização Sociopolítica dos Atores Sociais do Território

O desenvolvimento deste subcapítulo está pautado nos processos internos às redes do território de São Cristóvão, aos recursos endógenos que são decorrentes dos tipos de movimentos estabelecidos no território para se buscar o próprio desenvolvimento territorial. Portanto, é relativo à como estão organizados politicamente os atores sociais, de forma a contribuir para aquela realidade territorial configurada na contramão do desenvolvimento. Ou seja, relaciona-se, mas não se condiciona, o desenvolvimento local à qualidade dos movimentos político-territoriais, conforme foi considerada a terceira matriz conceitual aplicada a este objeto em análise: como se estabelece a relação diretamente proporcional entre desenvolvimento territorial de São Cristóvão e seus movimentos público-políticos de base provenientes das forças populares?

Dessa forma, a interpretação dos dados apresentados neste subcapítulo se subsidiou em duas experiências da observação participante e da aplicação da oficina com dinâmica de grupo com o objetivo de alcançar uma visão cujos nortes foram a própria atuação das associações e a identificação das próprias impressões do pesquisador.

Partiu-se, então, da síntese dos conteúdos discutidos e criados pelos atores sociais presentes nas três reuniões desenvolvidas. Tais momentos estavam pautados na finalidade de conhecer a interação entre os atores a partir do exercício do consenso ou contrassenso, quanto aos problemas sociais locais, da autoanálise enquanto organização interna e da reflexão sobre possíveis reconstruções das trajetórias de São Cristóvão. Dessa forma, relacionaram-se abaixo os conteúdos apresentados nas arenas territoriais quanto à aplicação desses dois instrumentos.

Instrumento de Pesquisa	Conteúdo Apresentado
Reuniões mediante a observação participante	<p>1 – Reafirmação da necessidade do Território ter uma representação por conselho, em contraposição à multiplicidade de interesses divergentes e solicitando, cada um a sua forma, providências do governo;</p> <p>2 – Crítica interna quanto à necessidade de formação de liderança;</p> <p>2 – Organização interna quanto às competências de cada líder responsável pelos processos de trabalho conforme as temáticas apresentadas;</p> <p>3 – Crítica interna quanto à necessidade de funcionamento perene e não com nuances em tempo de eleição;</p> <p>4 – Necessidade de ampliação das parcerias;</p> <p>5 – Críticas aos atores localizados nas adjacências quanto à imposição de projetos não correspondentes à realidade de São Cristóvão e em conformidade com os interesses particulares;</p> <p>6 – Fragmentação do grupo com iniciativas não coletivas com necessidade de planejamento;</p> <p>7 – Articulação com órgãos governamentais;</p> <p>8 – Crítica interna quanto à necessidade de fomentar a democracia interna para a atuação do Conselho;</p> <p>9 – Crítica quanto à dificuldade de que os órgãos governamentais respeitem a autonomia e identidade do movimento social da comunidade;</p> <p>10 - Necessidade de exercitar os papéis funcionais na organização do movimento;</p> <p>11 – Impacto na infraestrutura do Território a partir da construção do Salvador Norte Shopping;</p> <p>12 – Necessidade de exercitar o diálogo social interno;</p> <p>13 – Crítica a inexistência ou a existência de poucas ações, serviços e projetos voltados para o território;</p>

	14 – Sentimento de competitividade em situações pontuais na relação entre alguns atores.
Segunda reunião com a aplicação da oficina com dinâmica de grupo	<p>1 – Foram discutidos temas como posto de saúde 24 horas, formação para o mercado de trabalho, valorização do mercado (feira) local, segurança, infraestrutura para o tráfego, combate ao tráfico de drogas, meio ambiente, com enfoque para a saúde e formação profissional;</p> <p>2 – Foi abordada a capacidade e necessidade de fomentar discussão social entre os atores sociais internos;</p> <p>3 – Valorizou-se a necessidade de ter uma estrutura física do Conselho;</p> <p>4 – Sentimento de pertencimento expressado em vários momentos da reunião;</p> <p>5 – Reafirmação da necessidade de organização das pautas das reuniões;</p> <p>6 – Crítica para estabelecer articulações com parceiros que realmente se identifiquem com a causa e manifestem reponsabilidade com as ações sociais voltadas para o Território;</p> <p>7 – Necessidade de exercício do diálogo social interno;</p> <p>8 – Planejamento das ações internas e externas do movimento;</p> <p>9 – Situação específica de relação de tensão entre atores pela ausência da colaboração para o desenvolvimento de projetos/ações das associações;</p> <p>10 – Crítica interna referente à necessidade de maior participação dos moradores;</p> <p>11 – Necessidade de comprometimento de todos os atores sociais com o movimento;</p> <p>12 – Necessidade de fortalecimento interno e união para representar o grupo perante a comunidade;</p>

	<p>13 – Necessidade de exercitar a democracia interna;</p> <p>14 – Necessidade de explorar a interação entre as associações do Território;</p> <p>15 – Ênfase e visão direcionada para investimento estatal na comunidade;</p> <p>16 – Expressão de sentimento de pertencimento e comprometimento com o movimento;</p> <p>17 – Reconhecimento da necessidade de fortalecer a identidade do grupo enquanto movimento social;</p> <p>18 – Manifestação de outros atores sociais, não presentes no início do trabalho, acerca da representatividade do Conselho.</p>
--	---

Quadro 23: Conteúdos Discutidos pelos Atores Sociais de São Cristóvão em Reuniões nas Datas 14/01/2011 e 21/02/2011.

Fonte: Elaboração a partir da Observação Participante e da Oficina com Dinâmica de Grupo Aplicada com os Atores Sociais de São Cristóvão.

Das discussões fomentadas nas reuniões surgiram conteúdos expressos pelos próprios atores sociais referentes à autocrítica quanto à necessidade da organização interna do próprio grupo, perspectiva também corroborada pelas impressões do pesquisador.

No âmbito das autocríticas do grupo, registra-se o reconhecimento dos integrantes acerca da necessidade de fortalecimento do Conselho no que tange ao planejamento das ações e do processo de trabalho do movimento social. Para tanto, fazem-se necessários dispositivos e condições para o desenvolvimento interno das associações, considerando os próprios conteúdos trazidos pelo grupo.

Dessa forma, foram apresentadas algumas questões que foram consensuais no grupo quanto à necessidade de melhorias: à formação dos líderes para compreender como se estabelece a identidade de um movimento social e quais os papéis a serem desempenhados, a necessidade do exercício da democracia interna, a ampliação dos contatos no Território, o exercício do diálogo interno para possibilitar o alcance dos objetivos das reuniões semanais, e maior participação dos moradores no Conselho.

No que é pertinente e se inclui no campo das impressões do observador participante e facilitador da dinâmica de grupo, percebeu-se, forte dificuldade de participação dos atores sociais no Conselho e dos moradores do Território, similarmente como mostrou a Figura 20.

Para discorrer sobre a participação dos atores nessas reuniões de levantamento de dados, há que se ressaltar como ocorreu o planejamento de tais intervenções. A participação do pesquisador nas atividades do Conselho se deu de duas formas: nas reuniões em que foi desenvolvido o papel de observador participante não houve aviso a todos os integrantes do grupo (apenas para alguns integrantes), visando não interferir muito no cotidiano dos trabalhos, já na oficina de dinâmica de grupo houve convite aos atores componentes do movimento, pelo conceito do instrumento aplicado em que o pesquisador assume o papel de facilitador, e possuiu a intenção de acompanhar o movimento do grupo em tarefa de equipe.

Nas duas ocasiões houve participação de forma a viabilizar o desenvolvimento dos trabalhos e a discussão costumeira do movimento. Entretanto, observou-se que parte dos líderes presentes eram também membros da diretoria do Conselho, outros componentes, em menor número, não faziam parte da diretoria, e outros eram de outras associações cujos líderes não puderam comparecer.

Dessa forma, a busca pela participação social parece ser um dos objetivos principais e necessários para o fortalecimento do movimento. Ao mesmo tempo em que o grupo reconheceu tal lógica, havia a percepção de que a participação nas reuniões do Conselho se trata de um elemento cujo motor era pertinente ao interesse de cada cidadão e morador local.

Todavia, aqui parece nos direcionar para outras questões observadas, posto que o interesse do coletivo também é movido pelas configurações da realidade estabelecida. É preciso que tal coletivo conheça os pressupostos de um movimento social, os benefícios comunitários e o próprio desenvolvimento que pode ser alcançado através de uma rede social fortemente construída, e, principalmente, o que pode vir a ser o processo de construção de políticas públicas.

Diante disso, fomentar a participação social significa a necessidade de *startar* outros dispositivos que podem, parcialmente, também ser de gestão das associações representativas. Daí parte a necessidade de romper com a visão única de que a participação se dá conforme apenas o interesse de cada um, mas que pode ser incentivada com a socialização e mobilização social das próprias comunidades.

Obviamente que o interesse próprio é a parte que cabe a cada cidadão no exercício do seu direito, como também o aspecto cultural é uma vertente a ser analisada quanto à temática, mas fomentar essa participação social através de dispositivos que socializem o potencial da força coletiva é importante para quaisquer construções sociais.

Outra questão importante a ser analisada se refere à urgência e prioridade de ultrapassar as barreiras impostas pela ausência de trabalhos parceiros. Essa importância se dá pelo fato de que a interação entre os atores pode ser interpretada como fragilizada e ocasional devido a falta do exercício ou distancimento do trabalho intergrupal ou entre atores sociais, como apresenta a Figura 18. Isso pode gerar uma rede desconexa na qual os interesses não se *conversam* e não são manifestados de forma convergentes.

Nesse sentido é que pode se estabelecer uma relação de tensão entre os atores sociais. Essa característica nas relações constituídas podem dar lugar para a competitividade conflituosa, ao invés da cooperação mútua.

Portanto, trata-se de uma multiplicidade de associações com forte potencial no que tange à identificação e conhecimento da realidade das demandas locais, quanto à continuidade do sentimento histórico de mudar àquela realidade, à capacidade de mobilização perante os fenômenos sociais maiores que impactam na sobrevivência dos moradores da comunidade, a existência de várias correntes divergentes, porém atuantes, de forma assistencialista ou não, no que se refere à incessante busca de melhorias e à retomada e reorganização frente aos períodos de descontentamento e insucessos.

Após os dados levantados sobre os atores do território de São Cristóvão, observou-se que a Figura 5, constante no capítulo 2 deste trabalho, deveria ser redesenhada de forma a atender as articulações mais realísticas, conforme a seguir:

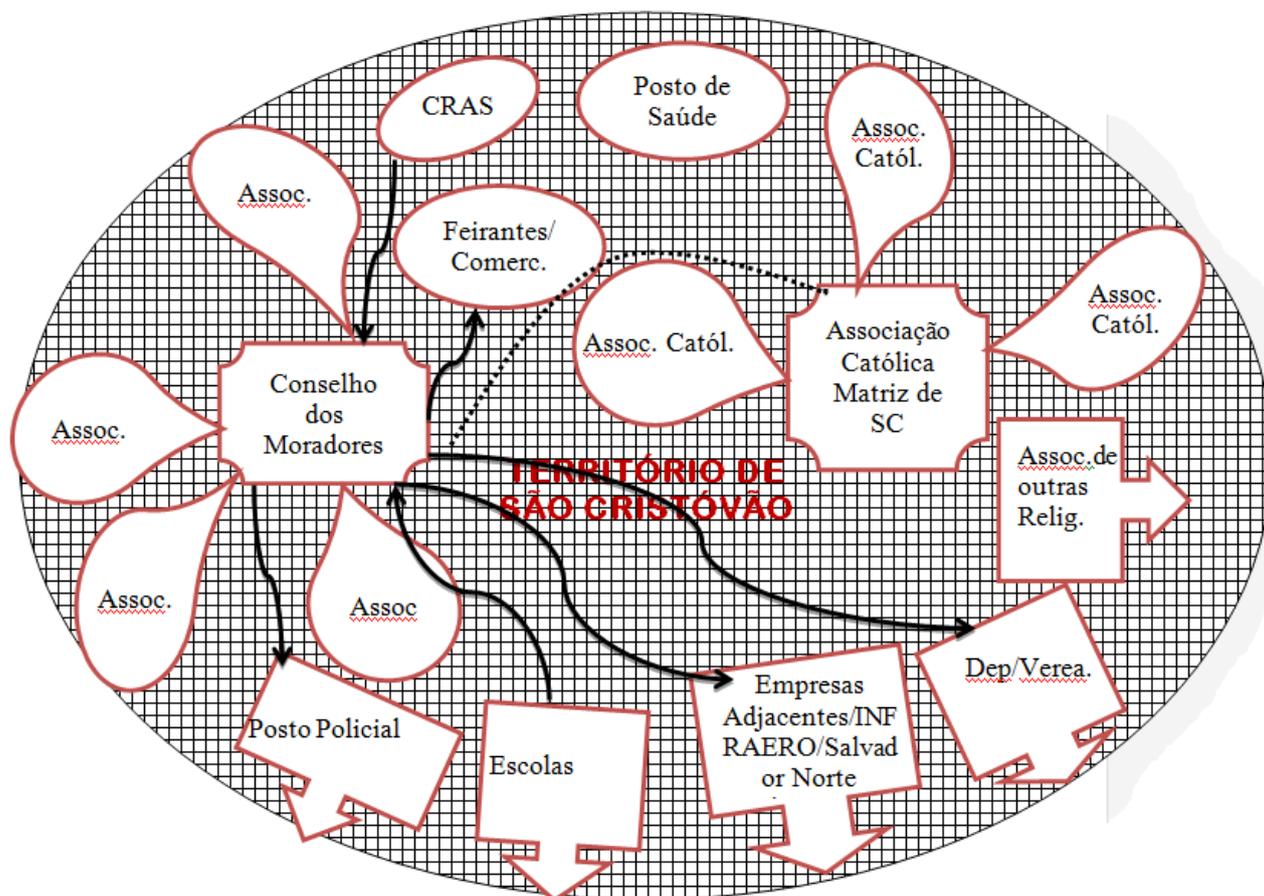


Figura 24: Rede de Atores Sociais de São Cristóvão após Análise de Pesquisa
Fonte: Elaboração Própria

A Figura 24 é fruto da intenção de reproduzir uma rede social fragilizada pela dificuldade de articulação multiatorial, recurso que viabiliza o processo transacional, a valorização do feedback, a compreensão, o entendimento ou a concordância acerca das opiniões e manifestações proferidas, e a construção de um processo participativo de tomada de decisão com intuito de estabelecer objetivos claros, escolhidos em prol dos benefícios do público local, e eleitos democraticamente pela comunidade. As setas representadas na figura se referem às tentativas de articulação do Conselho com alguns atores sociais, através de vínculos construídos por bases não sólidas e flutuantes, ou seja, que se vinculam conforme a dinâmica dos interesses governamentais ou administrativos. Muitos atores presos aos seus próprios limites e interesses, ainda que sob a intenção de trazer melhorias para o território, mas dentro de sua própria concepção do que é melhoria. Porém, mesmo com a individuação das questões de cada ator, todos estão no mesmo Território, conforme representado acima.

Todavia, percebe-se uma expressiva capacidade e um poder de grupo que se

manifesta em forma de algumas contribuições para a coletividade. Ao mesmo tempo, tal força parece se manter em estado de latência quanto à realização de ações de impacto na comunidade, e, portanto, efetivo.

Observa-se que as lideranças locais conseguem manter reuniões e ações necessárias para a permanência do Conselho, conhecem detalhadamente os problemas sociais que atingem cada subárea, articulam contatos e parcerias não sólidas com autoridades políticas para angariar recursos. Entretanto, pela via estatal, os convênios e instrumentos administrativos para a firmação de vínculos capazes de sustentar serviços sociais contínuos para a população não são viabilizados.

Dessa forma, esses fatores podem causar problemas tanto para o desenvolvimento da atuação das associações e atores como para a própria representação territorial, considerando a necessidade de fortalecimento da rede, posto que precisam ser desenvolvidas relações de confiança e parcerias, mediante a interação, a integração e a interatuação entre os atores sociais.

Portanto, verificou-se, a partir do universo de informações coletadas, uma realidade territorial com o aumento dos problemas sociais quanto à infraestrutura no âmbito habitacional, educacional, de saúde, social, econômico e cultural, que possui intuições religiosas com atuações assistenciais e despolitizadas, porém com presença marcada, em contraposição a ausência da esfera governamental. Trata-se, então, de um território com uma rede de atores sociais com dificuldades estabelecidas nas relações sociais internas, causando um enfraquecimento do potencial, não pela multiplicidade atorial, mas pela própria interconexão sucateada entre os sujeitos dessa história.

4.4. Síntese Analítica

Tais instrumentos de pesquisa referidos contribuíram para a compreender acerca das dificuldades de se promover um diálogo social capaz de potencializar esses esforços dos atores sociais que se mostram múltiplos e com forte identificação com a história territorial de São Cristóvão. Apesar de serem coautores das políticas sociais locais para quaisquer desenvolvimentos, encontram obstáculos relativos à sua própria estrutura interna. Tais dificuldades evidenciam a carência de fatores prioritários para que se dê a organização política dos atores sociais do Território. São eles:

- o desenvolvimento da capacidade dialética de discordarem, mas de sobrepor os interesses coletivos a quaisquer outros minoritários;
- o reconhecimento da pluralidade de perspectivas que compõem uma arena de políticas públicas;
- o desenvolvimento da percepção de que os atores sociais são agentes de mudanças que ativam o território;
- e, por isso, de que o território é resultado da qualidade do processo de políticas públicas fomentado e construído pelos próprios atores;
- da compreensão de que, por todas essas considerações, os atores sociais são que conformam as redes, constituem-nas, desconstituem-nas, tornam suas conexões mais viscosas ou mais frágeis;
- e para que tais ponderações sejam efetivadas se faz necessário que os atores saibam dialogar entre si.

Vejamos, assim, quais estratégias podem colaborar com a conexão entre tais atores no capítulo a seguir.

5. ASSUMINDO UM VIÉS PROPOSITIVO: DO TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE AO TERRITÓRIO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Considerando as dificuldades de se estabelecer dimensões mais dialógicas em São Cristóvão, e frente a sua interpretação pelos órgãos públicos como um *território de descoesão social*, seria, então, a passividade e aceitação de serviços oferecidos pelo Governo a trajetória única de desenvolvimento por ter a história mostrado que tantas mobilizações locais para a superação dos problemas sociais não alcançaram resultados efetivos? Poderia assim prevalecer a corrente daqueles que se conformam porque se trata de mais um reflexo do desenho da cidade de Salvador? Esta não é a ideologia que subsidia tal trabalho.

Não se tem a pretensão de encontrar formas ou receitas de como reverter esse cenário, porque se admite que não se trata de ciências exatas na qual, com empenho, os resultados e respostas são encontrados e a linguagem pode ser até universal, como tentaram alguns sociólogos positivistas. Refletir sobre os fenômenos sociais sempre implicam a necessidade de conhecer realidades multifatoriais e descobrir caminhos incertos, não-lineares, por vezes cíclicos, sempre desafiantes, e complexos pela sobreposição de fatores plurais que estão inter-relacionados.

Busca-se esclarecer que o subsídio deste trabalho está no mero campo de possibilidades e incertezas. Principalmente, as incertezas de qualquer estudioso que escolhe como seu objeto a complexidade da realidade social. Por este motivo, tendo como alicerce um sentimento de descontentamento, indignação e o conhecimento dessa trama social cujo círculo envolve a territorialidade de São Cristóvão, tentou-se compreender porque com tanto movimento de base, com uma dinâmica cuja narração dos fatos no decorrer dos anos demonstra o envolvimento de seus atores sociais, ainda que fragmentados e pontuais, mas com interesse de mudança ou, ao menos, sentimento de revolta e insatisfação, importantes para qualquer início, pouco se alcançou diante da complexidade e do número de habitantes ali viventes.

Diante dessa trama é que se propõe analisar algumas categorias propositivas que auxiliem na construção de trajetórias mais realísticas de melhorias para os arranjos territoriais, considerando a realidade não-linear, os próprios movimentos desorganizados inerentes aos processos territoriais e a trama da relação multiatorial.

É importante mencionar que se trata de um trabalho inserido no curso de mestrado

profissional em que a aplicabilidade dos conceitos estudados é uma perspectiva central, posto que discorrer acerca de fenômenos sociais é sempre desafiador, é processo e incerto.

Assim, este capítulo está estruturado em duas partes que aborda e analisa o diálogo social como estratégia de valorização do território e que, a partir desse eixo, constrói uma proposta metodológica de ativação do território através de cinco direções e um subitem propositivo referente ao papel do ator social, ao processo de concertação social, ao capital social, as arenas de *policy network* e ao associacionismo, refletindo sobre caminhos e estratégias realísticas que possibilitem a sua reafirmação ou fortalecimento.

5.1. O Diálogo Social como Instrumento de Fortalecimento Territorial

Diante das reflexões desenvolvidas até aqui, o diálogo social tem se apresentado com uma categoria que, direta ou indiretamente, permeia o desenvolvimento deste Trabalho. O território sem diálogo social entre os atores sociais parece correr o risco de ser coisificado.

Ao se falar em coisificação do território, faz-se oportuno retomar algumas contribuições de Marcelo Souza, dada às suas reflexões atinentes ao tema. Souza (2009) entende que o exercício do poder é o eixo central na compreensão do território e se preocupa em delimitar seu conceito enquanto científico e descoisificado.

Para ele, o termo território virou *modismo*, e, por vezes, é utilizado, preferencialmente, para substituir o termo “lugar ou paisagens” (SOUZA, apud SAQUET, 2009, p. 58), justamente por não ser valorizado o elemento central que o diferencia e define: o poder. Esclarece que as dimensões da cultura, simbolismo e economia continuam sendo representativos para a compreensão do que é o território, todavia a categoria primária que o distingue dos outros conceitos adjacentes é o exercício do poder nas relações sociais.

Para tanto, o território é, para este autor:

(...) um campo de força ou – mais precisamente - relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial. (...) O poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão espacial disso. (SOUZA, apud SAQUET, 2009, p.65-66, grifo no original).

Ele traz o território como algo imaterial que está relacionado com todos os outros fatores identitários, e que depende das condições materiais - chamadas pelo autor de

“substrato material”- para existir. Entretanto, tal relação de dependência não o define, sustenta-o para ser reconhecido como território a partir da trama relacional desenvolvida com as dinâmicas e movimentos sociais e políticos em torno das relações de poder estabelecidas ou em processo. Dessa forma, o território não deverá ser analisado sem as relações de poder que lhe são implícitas para não correr o risco de ser coisificado, ou mesmo simplificado pelo modismo de época.

Assim, a coisificação do território está inserida no propósito ideológico de manutenção da ordem estabelecida. Ao considerarmos que, tradicionalmente, território era estudado como espaço no qual determinado Estado-Nação exercia a sua soberania, pode-se observar o forte princípio de espaço indivisível delimitado por determinado poder governamental. A partir deste exemplo, prescinde-se porque, erroneamente, o poder, por vezes, é relacionado ao poder geral do Estado.

Trata-se, então, de um poder que pode ser exercido por aqueles grupos que possuem sua referência no território, grupos participantes, conscientes ou não, das organizações e desorganizações locais, grupos que exercem o poder a partir do conhecimento da realidade, do jogo e trama construída no desenvolvimento das relações sociais estabelecidas no exercício do que o autor chama de “ações de territorialização”.

É a esse ponto que se quer chegar. A concepção da descoisificação do território está ligada a capacidade interna dos atores sociais se organizarem, estruturarem-se enquanto movimento territorial por meio do exercício do diálogo social. A base da dinâmica da multiterritorialização perpassa pela forma como estão estabelecidos os processos de interação social. Ora, se a conexão e a desconexão são processos que simplesmente ocorrem em concomitância ou não na sociedade capitalista, inclusive, por meio das territorialidades, o diálogo social é dispositivo central para a compreensão dos fenômenos que ocorrem no território, se a percepção deste último se dá enquanto arena de múltiplos esforços entre os atores sociais.

Dessa forma, visando desenvolver reflexões acerca do tema, foram utilizadas contribuições de Robert Putnam (2006) que trata de comunidade e democracia para pensar em possíveis estratégias em que o conflito pode deixar a dimensão colaborativa para as dissociações numa mesma rede.

A partir da análise empírica sobre a criação dos governos regionais, Putnam traça questões extremamente próximas, - expondo aqui as ressalvas necessárias para a complexidade e amplitude observadas pelo autor – à realidade vivenciada pelo território de

São Cristóvão, na medida em que demonstra estratégias imprescindíveis que foram construídas ao longo de um processo político transformado de modelos clássicos e centralistas de gestão para modelos democráticos e descentralizados.

Essa experiência, apesar de ser proveniente de uma realidade internacional, por isso obviamente distante da localidade a qual nos referimos, faz de São Cristóvão, uma pequena unidade espacial. Todavia, a essência dessa dinâmica de construção histórica, social e cultural remaneja possibilidades que *iluminam* trajetórias de crescimento coletivo. Parte-se, então, da necessidade de compreender as condições que estão atreladas ao exercício do diálogo social que podem ser capazes de contribuir para a rede constituída no território de São Cristóvão.

Inicialmente, há que se esclarecer que o significado de diálogo utilizado não se limita a um processo interno de cada grupo social constante no Território, mas extrapola tais espaços e alcança a interação com todos os atores sociais que se vinculam à São Cristóvão por quaisquer motivos reais que os coloquem em cena de atuação, e alcança, até mesmo, a sociedade. Para tanto, o diálogo social pressupõe questões referentes às dimensões de participação social efetiva, à percepção do papel de cada ator social nesse processo, à mediação social e à construção de uma arena política do próprio território.

Diálogo social ocorre entre atores sociais. Ora, a participação se torna o primeiro elemento constituidor de uma arena de diálogo. É preciso que se dê voz aos atores, e a única forma para que isso ocorra é fomentando a participação efetiva de todos de forma a possibilitar a expressão de cada realidade.

A participação social sempre foi discutida por autores e pesquisadores como condição principal dos processos democráticos. A coletividade só é alcançada por meio da participação. Entretanto, para que o diálogo social seja estabelecido se faz necessário que o espaço participativo se traduza enquanto momento de liberdade, de inclusão de um pelo coletivo, e do desenvolvimento de papéis de atores enquanto conselheiros e cidadãos que se respeitam e respeitam a própria coletividade.

Disso decorre a necessidade que os atores construam e reconstruam seus papéis cujas características exerçam a interação com o diferente, possibilite a flexibilidade para sobrepor e deixar ser sobreposto quando os interesses públicos se fizerem presentes. Tais atores devem manter propriedade de seu próprio cenário e conhecer os problemas sociais que vivenciam a população, a fim de que conquistem a linguagem territorial reconhecida pelo todo participante.

Tanto a participação social quanto à consciência dos atores sociais acerca de seus papéis nesse processo de construção social são fatores ainda influenciados pela mediação social.

A mediação social pode promover o diálogo social, posto que é uma relação que se estabelece numa arena com o objetivo de possibilitar a negociação dos interesses expressos e identificados na trama de uma coletividade. Por viabilizar a manifestação democrática das diversas visões de mundo, possibilita a participação social, fomenta a mobilização e instaura um tecido social de negociação entre os atores responsáveis pelas mudanças do cenário.

A mediação é uma relação que apresenta uma dupla imbricação. Segundo Neves (1998, p. 151-152), ela “alude à conciliação diante de divergências ou da intervenção de outrem com o objetivo de propor o acordo ou o compromisso” (DEPONTI, 2008).

O propósito da mediação social implica a responsabilidade e compromisso quanto às propostas e idéias postas em pauta, pois ao se instaurar um clima de negociação, estabelece-se uma convenção cuja construção é identificada e legitimada pelo próprio grupo.

Considerando a intensa rede e tensão criada pela multiplicidade de atores sociais constantes no território de São Cristóvão, a mediação se traduz enquanto estratégia significativa capaz de dar voz as lideranças, promover a participação social e possibilitar a concordância e/ou discordância dos atores. Isto é um recurso que privilegia e contempla os pensamentos dos moradores, de forma a valorizar a importância e o papel de cada um no exercício de sua cidadania.

Esse processo é ainda mais legitimado quando os integrantes reconhecem a importância de promover o debate acerca de problemas sociais que são representados e questionados pela própria comunidade.

Para tanto, a mediação social tem a função de construir um sistema, compreendido pelo grupo, no qual está imbuído valores e comportamentos necessários para a conjugação de interesses, como afirma Deponti (2008): “A mediação é a institucionalização de um sistema de regras que mobilizam a mudança de comportamento e que visam a reduzir a desarmonia entre visões de mundo e a promover um diálogo entre elas”. Tal desarmonia, para efeito deste trabalho, assume um significado de um confronto capaz de estagnar a compreensão das vozes, das expressões e interações desenvolvidas no processo. Quando essa dinâmica permite a construção de relações sociais que toleram os interesses diversos, as diferenças partidárias, ou

experiências desagradáveis do convívio entre moradores, então, pode-se estabelecer o diálogo social.

Trata-se de um processo que inclui no seu significado comunicações, interações, interatuações, discussão, debate político e articulação com todos os atores sociais vinculados à realidade territorial.

No que concerne ao processo de comunicação, entende-se que o conceito transacional é o que melhor atende as necessidades de se fomentar o diálogo social, considerando que este assume uma definição que prioriza o feedback, o entendimento, como o outro ator compreende o tema debatido e comunicado. Este enfoque da comunicação valoriza como as informações são apropriadas pelo outro integrante do grupo, o que representa o foco nas compreensões num processo de diálogo social cuja evolução depende da interação entre as diferentes perspectivas e idéias apresentadas.

Mas, conforme supramencionado, o diálogo social vai além do que um simples processo de comunicação, ele permite o desenvolvimento de ações e o movimento entre os atores sociais que veiculam propostas de trabalhos e trajetórias de melhorias. Isso ocorre, pois as diversas opiniões, diferenças e convergências de percepções podem interagir, os atores sociais podem se escutar e discernir os interesses públicos e de maior repercussão pública dos interesses particulares e pouco relevantes.

Esse é o fator que marca o diálogo social num processo de construção de políticas públicas: o caráter público das discussões nas arenas do *policy making process*. Ora, se para identificar um problema de *policy*, ele precisa ser de *pública relevância*, o diálogo social que se estabelece nas arenas políticas proporciona uma dinâmica em que os interesses que se apresentam estão no seio das discussões que afligem a maioria da população comunitária. Essa interação sobre construções sociais de repercussão pública e política pode permitir propostas de trabalho e planejamentos coletivos.

Por isso, o diálogo social se torna um instrumento de políticas públicas por permitir a intensificação das relações sociais de forma a dinamizar os interesses e provocar a fluência de informações, de opiniões, visões de mundo numa multiplicidade provável e necessária ao enriquecimento dos *construtos* coletivos.

Dessa forma, em se tratando do território de São Cristóvão, o diálogo social deve ser construído e mantido entre as associações, com o Conselho, com os comerciantes locais, com os feirantes, com as entidades religiosas, com o Governo, com os shoppings ali estabelecidos, com a comunidade aeroportuária, com as grandes empresas de imobiliárias que

pretendem se instalar naquelas adjacências e com todos aqueles que sejam identificados como atores que se inserem na rede desse Território.

Todavia, não se refere apenas as articulações pontuais, eventuais e ocasionais para a construção de algum serviço comunitário, como foi relatado pelos próprios atores sociais, mas da possibilidade de sustentação de um sistema parceiro, mantido e realimentado para os processos de decisão que reflitam sobre trajetórias.

Mesmo que a história mostre as dificuldades dos processos sociais e comunitários que sempre, em algum momento, perdem-se da teoria e tentativas de superação, o exercício do diálogo social tanto pode apresentar obstáculos como pode permitir sustentabilidade na rede, principalmente se as relações postas forem de confiança, cooperação, solidariedade, e reciprocidade.

Nesse contexto, Putnam (2006) ressalta o significado de comunidade cidadã, afirmando que a solidariedade, a cooperação e as relações de confiança são necessárias para o exercício da representação dos interesses coletivos, pois viabiliza o processo *transacional* no grupo e, então, a clareza dos objetivos para a mobilização social.

Putnam (2006) enfatiza um pensamento de Tocqueville que se refere aos benefícios da multiplicidade de atores sociais numa arena:

Quando uma associação representa alguma corrente de opinião, ela tem que assumir uma forma mais definida e mais precisa. Ela tem seus adeptos e os engaja em sua causa; esses adeptos travam conhecimento em si, e **quanto maior o seu número maior o entusiasmo** (grifo meu). Uma associação congrega as energias de espíritos divergentes se firmemente os orienta para um objetivo claramente definido. (TOCQUEVILLE apud PUTNAM, 2006, p. 104).

De acordo com essa tese, **uma densa rede de associações secundárias ao mesmo tempo incorpora e promove a colaboração social** (grifo meu). (PUTNAM, 2006, p. 104).

Entretanto, está-se diante de uma realidade territorial em que a multiplicidade de atores pode possibilitar a riqueza de um processo de construção social, mas não sob um processo de um diálogo social capaz de potencializar tais esforços multitoriais que estão interpretados como dissociados.

Nesse sentido, acredita-se que talvez a contribuição de Putnam (2006) fosse melhor aplicável à prática das arenas políticas se a constituição dos múltiplos atores territoriais forem perpendiculares ao processo de diálogo social como fomentador de redes mais fortalecidas.

Dessa forma, a experiência adquirida no Território demonstra que, apesar do associacionismo contido, devido às dificuldades de promoverem um diálogo social e dos entraves para a realização do papel de mediador do conselho, as propostas e projetos acabam por ficar fragmentados, bem como a própria força política permanece desarticulada, ou desagregada, como chama Putnam (2006).

Isso influencia diretamente no desenvolvimento dos planos de trabalho, posto que podem correr o risco da arena política permanecer com uma pluralidade de questões ideológicas, até práticas, mas que não saem do discurso e da discordância geral, podendo criar um clima de animosidade capaz de separar continuamente os grupos e estabelecer rivalidades que vão além do campo ideológico e podem alcançar até dimensões singulares.

Esta dinâmica de conflitos separatistas acaba por desestimular o espírito de grupo e de mobilização social, contribuindo para a diminuição do entusiasmo, o que pode ser relacionado com o esvaziamento nas reuniões de conselho e pouca participação efetiva dos componentes. Ora, com tamanha desarticulação, a colaboração social acaba por permanecer sem representatividade.

Assim, o que Tosqueville e Putnam não enfatizaram foi que essas relações estabelecidas nessa densa rede de associações podem assumir modos diferenciados que vão desde a possibilidade de funcionamento como uma comunidade dialógica à realidade de um grupo desconexo, e perdido entre as várias contestações.

Eis ainda de ressaltar que uma comunidade dialógica está amparada por valores sublimes de tolerância, confiança, entre outros que, representados pelas dimensões colaborativas, são bases do que Putnam chama de virtudes cívicas.

5.2. Uma Proposta Metodológica de Ativação do Território

Diante desta perspectiva de diálogo social, e, considerando o seu significado aqui apropriado enquanto instrumento que é causa, mas que também repercute em resultados e outras dimensões, propõe-se analisar uma forma de ativação do território a partir do quadro abaixo:

O QUE IMPORTA PARA A PROMOÇÃO DO DIÁLOGO SOCIAL E QUAIS SEUS POSSÍVEIS RESULTADOS PARA O TERRITÓRIO.	
O que Importa para a Promoção do Diálogo Social no que Concerne aos Atores Territoriais?	A Construção do Papel do Ator Social
O que Importa para a Promoção do Diálogo Social no que se Refere às suas Estratégias de Ativação?	A Construção de um Processo Concertativo
Quais os Resultados da Promoção do Diálogo Social para o Território Quanto aos Recursos Endógenos?	A Efetivação do Capital Social do Território
Quais os Resultados da Promoção do Diálogo Social para o Território?	O Fortalecimento das Arenas de <i>Policy Network</i>
Quais os Resultados da Promoção do Diálogo Social para um Território de Múltiplos Atores Sociais?	O Empoderamento do Associacionismo

Quadro 25: Dimensões de Análise Construídas a partir das Categorias de Análises Aplicadas.

Fonte: Elaboração Própria.

Nesse processo em análise, serão, então, desenvolvidas reflexões e estratégias que são inerentes ao funcionamento de uma rede de atores que tem por base o exercício do diálogo social, por meio das perspectivas da construção do papel do ator social, do processo concertativo, da efetivação do capital social do território, do fortalecimento de arenas de *policy network* e do associacionismo como *veículo* para *policies*, analisando-se, a partir de tais ponderações, possíveis caminhos para se reconhecer uma associação forte.

5.2.1. A Construção do Papel do Ator Social

Para discorrer sobre o papel do ator social como uma proposta de ativação do território, confere-se, inicialmente, a contribuição de Sennett (2010) sobre as repercussões do tempo neoliberal nas configurações das organizações de trabalho que influenciam no processo de formação das experiências humanas.

A escolha pelas suas contribuições decorre do fato da atenção dada à formação do caráter do homem público frente aos processos de trabalho do mundo contemporâneo. Isso possibilita a reflexão da influência dos padrões de eficiência e eficácia tanto na formação de atores sociais públicos quanto nos planos de trabalho sociais que requerem um tempo diferenciado dos prazos curtos, objetivos e imediatistas disponibilizados pela lógica da

sociedade de um capitalismo neoliberal. Essa lógica põe em cena a sobrevalorização dos movimentos circulares e necessários para o crescimento da lucratividade.

A noção da rapidez do tempo agregada ao mundo do trabalho, para Sennet, corrói o caráter do homem contemporâneo: “Sendo assim, o esquema de curto prazo corrói a confiança, a lealdade e o compromisso e produz trabalhadores cada vez mais acuados em meio à instabilidade” (SENNETT, 2010, p. 161).

Pensemos, então, sobre o papel do gestor público, aqui traduzido pelo ator social do território de São Cristóvão que está na esfera da administração direta e indireta, sobre o papel dos atores coadjuvantes que está sob a coordenação daqueles gestores públicos de maior poder de decisão, sobre o papel dos atores aqui interpretados como conselheiros do Território, dos atores sociais ora interpretados como gestores provenientes de empresas privadas, mas que desenvolvem papéis públicos ao se vincularem à arena política do Território. Todos esses são atores sociais perpendiculares, internos ou adjacentes ao Território que assumem funções na arena política e que estão interconectados com a realidade lógica do mundo do trabalho.

Esses atores, cada qual a seu modo e peculiaridade, relacionam-se com a dinâmica de uma sociedade do trabalho de tempo instantâneo cujos resultados devem se sobrepor aos obstáculos que pedem maior tempo de planejamento. Englobados por esse quadro social, os atores e gestores estão submetidos a essa lógica também instável para providenciarem respostas, sob a pena de deixarem as funções que desempenham, seja por força organizacional, seja pela responsabilidade imputada pela sociedade/comunidade.

Nessa ordem neoliberalista também está a tarefa de *fazer o social*, de providenciar recursos para os assuntos sociais cujos resultados, muitas vezes, têm de ser anuais. A depender do ator social, muitas vezes, tais resultados têm ser em poucos meses, tal qual demanda a nova lógica do tempo instantâneo. Ora, trabalhar com as expressões e repercussões da questão social requer muito mais do que uma visão minimalista de providenciar recursos e ter efeitos imediatos. O imediatismo não corresponde e nem atende a complexidade e amplitude dos fenômenos sociais.

Ou seja, tais atores sociais não fogem a esse contexto social que criam amarras no desenvolvimento dos seus papéis, colocando-os frente à relação necessidades x possibilidades. É nesse contexto que os atores sociais constroem suas carreiras políticas e públicas para desenvolverem ações de cunho público-social. Por melhor que sejam suas formações e atuações, elas não fogem a essas condicionais que se apresentam no cotidiano de suas atuações.

Diante disso, o indivíduo pode ceder as regras de um sistema que impõe posturas competitivas que sobrepõe o interesse pessoal ao interesse público e/ou tentar conviver de forma sustentável, como afirma Sennet, com tentativas de valorizar outras dimensões que se assemelham as relações de confiança e cooperação que atendem as necessidades mais coletivas. Sob a ótica de Sennett (2010), a realidade mostra um tipo de construção de identidade sustentável, ou seja, capaz de conviver com essas novas regras que impõem uma relação contraditória entre valores de solidariedade, colaboração social, confiança mútua e valores despertados pelo contemporâneo capitalismo neoliberal.

Nesse sentido, Putnam (2006) também se refere à implicação da formação do papel e a construção de identidade dos conselheiros no processo de atuação da vida política, no processo de construção de políticas públicas e analisa quais as características que melhor se apresentam para as lideranças comunitárias.

O primeiro aspecto que esta análise de Putnam chama a atenção alude à mudança de uma cultura política em que os aspectos internos e externos aos governos regionais interagem de forma a provocar a despolarização nacional no lugar da antiga polarização ideológica.

Isso leva a reflexão acerca da necessidade de transpor as barreiras impostas pela polarização no campo ideológico, podendo ser elas partidárias ou não, mas que põe em cena idéias e opiniões divergentes entre atores sociais. Despolarizar, nesse sentido, ganha uma dimensão de conviver com as ideologias contrárias, permitindo a interação das divergências, sem perder o rumo da liberdade que cada um possui de constituir suas defesas em prol de suas visões de mundo.

Partindo de sua experiência em campo, Putnam (2006) traz sobre a importância da atuação dos conselheiros com a visão para além do Estado como produtor único de políticas públicas, a fim de que experimentem seus papéis enquanto sujeitos de sua própria história com potencial de fomentar forças internas para algumas mudanças. É essa experiência que pode mostrar o papel de conselheiro como uma etapa que contribui para o crescimento profissional dos líderes, ressaltando as experiências partidárias e a capacidade que os próprios inculcam ao ingressar na suposta carreira.

Essa realidade e experiência tornam oportuno construir um paralelo com as posturas dos líderes comunitários do território de São Cristóvão no que concerne ao engajamento com o contexto social e local. As trajetórias das lideranças, ainda que simples, traduzem-se enquanto posturas conhecedoras das demandas territoriais e fomentadoras de

mobilização local, que são características essenciais à construção da carreira de conselheiros.

Nesse contexto, Putnam (2006) cita valores e virtudes essenciais e necessárias para as construções de trajetórias a partir do fortalecimento dos atores sociais em conexão, a saber:

1. A reafirmação da dimensão dialógica das negociações públicas;
2. A tolerância como sentimento necessário e manifesto para a convivência da pluralidade partidária e ideológica;
3. Responsabilidade do gestor enquanto representante do coletivo e das causas públicas, ao invés de grupos de interesses de menor escala;
4. A percepção do conflito social enquanto fator necessário para a coexistência da multiplicidade de opiniões e visões com o intuito de interagir, reservando-se o direito da discordância com o respeito às posturas contrárias, nunca sobrepondo os interesses partidários aos comuns e gerais: “(...) os líderes aprenderam a discordar sem se desentender e aprenderam a respeitar seus adversários” (PUTNAM, 2006, p. 50-51);
5. A moderação como uma característica intrínseca que propicia a negociação e a dimensão colaborativa;
6. A valorização do pragmático, de um processo decisório e mobilizador em prol de questões concretas, práticas, técnicas, e, possivelmente, necessárias e adequadas à realidade, ao invés da supervalorização de questões utópicas e de intervenções distantes: “(...) da reforma social radical ao bom governo (...).” (PUTNAM, 2006, p 51);
7. Situar e ter claro os próprios interesses pessoais frente ao interesse público;
8. Considerar como valor basilar a predominância do domínio público a quaisquer tensões de grupos de interesses divergentes, político-partidário, e de âmbito menor: “(...) a idéia de pôr a lealdade cívica acima da lealdade partidária deixou de ser uma proposição discutível para tornar-se um lugar comum.” (PUTNAM, 2006, p. 48).

Putnam levanta contribuições fundamentais, vivenciadas em um novo modelo que enaltece um hábito de participação política enriquecedora para processos coletivos de cunho democrático, popular e, principalmente, para quaisquer desenvolvimentos que incluam as dimensões sociais e econômicas.

Nesse aspecto, Putnam traz como reflexão teórica os pressupostos de Maquiavel e seus contemporâneos acerca da comunidade cívica, ao concluírem “que o êxito ou fracasso das instituições livres dependiam do caráter de seus cidadãos, ou seja, de sua virtude cívica”. (PUTNAM, 2006, p.100). Para tanto, cita a “participação cívica”, “a igualdade política”, “a

solidariedade, confiança e tolerância” e “**as associações**” (grifo meu) (PUTNAM, 2006, p. 100-105) como fatores integrantes de uma comunidade que se predispõe a organização de forças para buscarem caminhos de desenvolvimento.

No que tange à participação, é compreendida como mobilização coletiva para a contribuição e a assunção dos papéis imbuídos a cada indivíduo pertencente à determinado grupo que prioriza o alcance de objetivos comuns à coletividade, negociados a partir do diálogo social.

Já a igualdade política é interpretada pela horizontalidade das capacidades e poderes do grupo, ressalta a elementar consciência acerca do dever das lideranças quanto à atuação responsável de dar voz a cada integrante e morador comunitário e representá-los de forma a priorizar os interesses gerais e públicos a quaisquer solicitações ou mobilizações de caráter pessoal e particular. Nesse contexto, cabe incluir a idéia desenvolvida pelo autor no que concerne à postura negativa do clientelismo perante a gestão baseada nas virtudes ora percorridas.

É fundamental para os líderes comunitários reconhecer a responsabilidade pública que tem em *mãos*, por menor que seja a unidade de governo, o espaço gerido, a organização em pauta. O clientelismo pode ser, muitas vezes, uma atitude disfarçada de boas ações: quaisquer que sejam as iniciativas de vantagem para a liderança que direcionem recursos em prol do atendimento do interesse de um indivíduo em substituição à alocação de recursos para interesses da coletividade, esta poderá ser traduzida como ação clientelista. Trata-se de uma relação que legitima a dimensão do favoritismo, seja por questões de âmbito pessoal, ou questões que alcancem o significado de troca cujos interesses se configurem como eventuais ou como objetivos mal definidos e pouco esclarecidos em benefício comunitário.

O clientelismo se apresenta como uma forma agressiva de relações sociais, pois, historicamente, utiliza-se dos processos eleitorais para estabelecer vínculos e elos que atendem necessidades até multilaterais, mas não abrange a coletividade do âmbito público. É agressiva porque transgride a legitimação de um processo verdadeiro e ético de representação política por escolha da maioria dos cidadãos, para utilizar formas que violam a livre escolha em face de interesse menor e oculto.

Assim, parece que o processo de construção de *policies* requer o reconhecimento de cada ator social com a consciência de sua representatividade voltada para o coletivo, com o papel preponderante de mobilizador de forças em rede, com a sobreposição de valores de cooperatividade dialética para ouvir aqueles que representa.

Outra postura que se inclui no papel de ator social é o de controle social como monitoramento e acompanhamento dos processos de construção e implementação de políticas públicas territoriais. Isto possibilita conhecer o percurso das ações e os seus efeitos para as comunidades de forma a propiciar a busca constante para o atendimento da realidade local e das respectivas demandas da população. De outra forma, o controle social requer antes o desenvolvimento de trajetórias mais planejadas do que a coletividade deseja, para onde se deseja chegar e de que forma. Obviamente, que isso exige participação efetiva da comunidade e dos próprios atores sociais nas arenas de *policies*, por meio de um processo que busque dimensões mais acordadas e resultantes dessa coletividade. Nesse sentido, abordaremos a seguir o processo da concertação social.

5.2.2. A Construção de um Processo Concertativo

Partindo de um conceito de políticas públicas que potencializa as forças do e no território, buscou-se compreender as dinâmicas que se estabelecem no chão de São Cristóvão para analisar tanto as dificuldades e obstáculos que se apresentaram *in loco* nas relações estabelecidas entre os atores sociais, como possibilidades e estratégias para perceber trajetórias de mudança. Tais estratégias foram traçadas a partir da exploração de mecanismos do diálogo social que proporcionassem melhor qualidade das relações constituídas na rede local.

Portanto, novas configurações de diálogo social estão aqui apresentadas, sob a intenção de refletir acerca de dispositivos que não somente possibilitem uma aliança e uma articulação entre as forças multitoriais, mas vislumbrem uma forma mais institucionalizada e organizativa dessa abordagem. Uma tentativa de tornar tais estratégias mais concretas e realísticas tal qual o conceito de *policies*, considerando o movimento cotidiano das comunidades na forma em que se apresentam os problemas e as articulações desorganizadas. Uma maneira possível e alcançável pelos atores sociais, mas que permitisse a inclusão do diálogo social na esfera organizativa das redes locais.

Trata-se aqui de partirmos para a compreensão do que se entende por concertação social. Primeiramente, elucida-se que o termo concertação parte da idéia de harmonia, tentativa de equilibrar, tentativa de criar algo que se sustente em harmonia. O termo é originado da expressão de concerto, e não de consertar.

Concertação social é uma estratégia metodológica largamente experimentada na década de 90 pelo mundo europeu, na tentativa de superar e resolver questões em contradição, questões que estão nas arenas políticas, em debate por atores sociais que representam demandas e problemas que envolvem uma coletividade. É uma forma de possibilitar o confronto e o debate entre parceiros e não parceiros, entre atores públicos e privados, entre entidades e sujeitos que estão envolvidos pelo compartilhamento de um cenário. Essa relação compartilhada pode estar vinculada pela interação de interesses que estão em contraposição ou em convergência.

Pelas experiências desenvolvidas e a discussão direcionada por vários autores acerca de seu conceito, a concertação social pode envolver a quantidade de atores necessária para se criar instrumentos que possibilitem conjugar esforços e tentativas para a consolidação de propostas de desenvolvimento. Viabilizar a transformação de várias direções ideológicas numa única direção ou em outras direções negociadas pelos atores sociais para se chegar a fins favoráveis ao objeto em estudo pelo qual se está negociando.

Dessa forma, trata-se de uma forma possível de fortalecer o processo de diálogo social entre aqueles que se vinculam à realidade posta em cenário e que se quer mudar. Termos como pacto, negociação, conjugação de interesses, interação só ocorrem quando há o exercício do diálogo, de uma espécie de conversação qualificada; qualificada porque é estabelecida entre sujeitos pertencentes à história e conhecedores dos problemas sociais que atingem à coletividade, ao conjunto ao qual faz parte.

Por tais considerações é que se relaciona as possibilidades de fortalecimento e do diálogo social com o título *A Construção de um Processo Concertativo*, posto que este último estabelece meios de institucionalizar a prática de se somar esforços e criar negociações para se traçar caminhos.

A concertação social permite e viabiliza a horizontalidade das relações na proporção em que valoriza a participação social e efetiva dos atores. Seja por representação entre os pares, ou múltiplas representações, a voz da coletividade debatida e expressada em arenas políticas é respeitada pela comunidade, posto que a mediação e a negociação institucionaliza formas para garantir as concepções ideológicas em jogo. A dialética, as oposições, os discursos, o conflito e a tensão gerados pelas massas populares são configurados em arenas políticas de discussão democrática onde a governança se constitui o primeiro objetivo. Os atores sociais assumem o protagonismo do processo por meio da responsabilidade em gerir propostas a partir dessa trama coletiva e dinâmica de interesses.

Percebe-se a concertação social como uma possibilidade de fortalecer ou contribuir para a aliança e articulação de estratégias endógenas do território. Porém, considerando a disposição de territórios em rede, ou da reterritorialização de Deleuze e Guattari ou ainda a multiterritorialidade de Rogério Haesbaert, realidades territoriais se sobrepõem e se relacionam constantemente no tempo e no espaço, o que redimensiona a necessidade de promover o diálogo social com atores externos, ou melhor, com todos os atores que compartilhem demandas e necessidades. Isso significa a inclusão tanto da esfera pública como da privada no processo de formação de rede para fomentar recursos territoriais por meio da prática de concertação.

No entanto, além do aspecto conceitual da estratégia de concertação social, há também aspectos que direcionam o seu entendimento como um recurso metodológico por apresentar, pelos experimentos das comunidades europeias, formas de se institucionalizar as decisões e resultados do processo dialógico das coletividades. Trata-se aqui dos pactos sócioterritoriais. Os pactos sócioterritoriais são produtos dos acordos, e, de certa forma, do consenso possível que proporciona o atendimento de uma perspectiva acordada dos atores sociais em cena. Obviamente que em arenas de discussão os conflitos e divergências se sobrepõem a todo o momento, o que nem pelas dificuldades geradas deixa de ser positivo, visto que a dialética é intrínseca as relações sociais.

Entretanto, os pactos são interpretados como institutos construídos a partir das divergências que foram reconfiguradas para condições sociopolíticas de forma a possibilitar a construção de propostas para o desenvolvimento e superação de problemas sociais que são de pública relevância.

Também foram produtos de marcos regulatórios das experiências italianas que já ensaiavam formas de institucionalizar a participação dos atores sociais para angariar mais recursos e esforços a partir de instrumentos que viabilizassem uma gestão mais plural no sentido da interação de sujeitos copartícipes. Portanto, os pactos sociais foram considerados como um produto que repercutia numa intervenção pública, e são decorrentes de um processo de decisão descentralizado e dialogado:

Os pactos sociais se definem como a política de desenvolvimento endógeno em áreas circunscritas nas quais o governo central aloca recursos financeiros visando incentivar a constituição de uma coalização política e econômica local responsável pela elaboração de um projeto de desenvolvimento territorial. Os aspectos territoriais estariam assim apoiados *num acordo entre sujeitos públicos e privados para a realização de ações coordenadas de*

diferentes naturezas visando a promoção e estratégias de desenvolvimento local nas áreas economicamente desfavorecidas. (CNEL apud TAPIA, 2005, p. 135).

Entretanto, acredita-se que os pactos sociais possam servir para além dos limites territoriais endógenos como já foi supramencionado, considerando o significado dos territórios em rede e em constante relação nos processos desenvolvimento social. Todavia, dada à complexidade de se instituir uma arena para a promoção de diálogo e interação de diversos interesses existentes nas comunidades, o maior desafio ainda é, primariamente, de se conquistar condições mínimas de diálogo nos pequenos grupos territoriais.

Jorge Ruben Biton Tapia (2005) valoriza a identificação dos pactos sociais como processos que se iniciam no chão do território, ou seja, sua legitimidade participativa decorre de fato do lugar onde se estabelece os acordos e alianças: na arena política do grupo comunitário onde os problemas discutidos têm múltiplas relevâncias até alcançar uma representação pública do conjunto dos atores sociais. É a soma de esforços e movimentos sociais que se formam em torno das questões cotidianas do território; interagem numa dinâmica que repercute dos menores grupos até o diálogo com as sociedades político-organizadas.

Nesse sentido, Tapia (2005) se refere ao pacto social como um instrumento oriundo das políticas públicas de modelo *bottom-up*:

(...) os pactos territoriais podem ser descritos e analisados a partir de uma característica intrínseca: o desenho de baixo para cima (*bottom up*), isto é, a partir do nível da comunidade local de uma programação socioeconômica plurianual que mobiliza, através da concertação social, um elevado número de atores públicos e privados. Trata-se de uma estratégia de implementação de políticas públicas do tipo *bottom-up*. (TAPIA, 2005, p. 136).

O autor se refere aos processos participativos e compartilhados de decisões das unidades menores de território aos macroterritórios, um processo de construção de políticas públicas originado e legitimado pelos atores sociais locais, como uma estratégia de valorizar, ou mesmo de existir enquanto produto, ou melhor, *construto* dos próprios atores.

Dessa forma, os pactos territoriais é uma forma de garantir a afirmação de um acordo aceito e construído pelos atores sociais que se identifica com os interesses comunitários, com as concepções coletivas, e com os compromissos dos próprios participantes enquanto representantes das demandas territoriais. É uma estratégia que

transporta as dimensões dialógicas para mecanismos que legitimam e institucionalizam o que foi discutido e aprovado pelo grupo.

Nesse processo de concertação múltiplas são as possibilidades e configurações que podem ser assumidas pela coletividade visando a construção de mudanças. Entre assumir uma diretriz metodológica que segue o viés da concertação social e implementar os instrumentos possíveis que permitem interpretar o desejo público coletivo existe um processo complexo de construção. Isto porque o diálogo social pode ocorrer entre atores agrupados por diferentes critérios, tanto quanto os pactos podem assumir formas de contratos, acordos, diretrizes ou quaisquer configurações que institucionalizem as decisões.

A diretriz metodológica de concertação social possibilita colocar os atores em divergência de perspectivas para dialogarem com o propósito de estabelecer um resultado que seja de livre decisão dos envolvidos, o que facilita a fidelidade da participação. Entretanto, a complexidade para o processo decisório é a mesma de qualquer arena política na qual as diferenças ideológicas estão presentes e o desafio é o acordo.

Por este motivo, a concertação social é percebida como um processo de diálogos sociais que requer organização, envolvimento e diretrizes estruturais para se conceber formas de existência do próprio processo. Por isso, a participação efetiva é presente durante todo o processo e permite a autoimplicação e a responsabilidade dos atores para a concretização das propostas e dos caminhos territoriais.

Dessa forma, a perspectiva é de que o diálogo social se caracterize enquanto permanente em todo o processo, e a concertação seja uma estratégia perene que não se limite ou se vincule aos processos eleitorais ou seja utilizado pelo movimento eleitoreiro para fins de interesses fragmentados e partidários. Isto é, que os pactos sócioterritoriais sejam frutos de uma negociação, acordos e interações legítimas entre os atores sociais decorrentes de um diálogo social permanente no território com a inclusão dos parceiros públicos e privados vinculados àquela realidade territorial.

Em relação ao tema, as províncias italianas e portuguesas já possuem uma larga experiência que vem se estruturando e reestruturando ao longo dos anos nos seus respectivos sistemas sociais e jurídicos de forma a qualificar o processo de concertação social e seus instrumentos revestidos de acordos, contratos, diretrizes, entre outros. Isso nos leva a constatação de que se trata de uma proposta em potencial e de uma estratégia de fomentar a participação das comunidades, dos diversos grupos de moradores que constituem os territórios, de inclusão social das diversas realidades e territorialidades, e de canalizar a

complexidade das perspectivas ideológicas em planos de trabalhos reais e concretos com a soma de esforços multiatoriais.

Entretanto, devido às experiências históricas de outras realidades territoriais e a necessidade de conhecer as trajetórias percorridas por essa metodologia política de construir propostas democráticas com base nos problemas sócioterritoriais, emerge a necessidade de desenvolver outras pesquisas que explorem tais caminhos experimentados e busquem conhecer as dimensões exitosas, limítrofes e condições para o acontecimento da concertação social.

5.2.3. A Efetivação do Capital Social do Território

Dedica-se esse subitem a compreensão de como o capital social pode ser interpretado enquanto um recurso endógeno territorial que pode resultar do fortalecimento de dimensões dialógicas. Tanto pode ser resultado como pode facilitar o exercício de relações mais colaborativas.

Como elemento constituidor das expectativas de relações comunitárias solidárias, o capital social não pode fugir a idéia criadora de potencializar recursos para o alcance de planos de trabalho das associações decorrentes do processo de construções de *policies*. Num movimento social que possui complexas demandas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais perante aos limitados e escassos recursos existentes em seus contextos de atuação, o capital social é elemento fomentador de possibilidades. Dentro dessa perspectiva, pode ser compreendido como um elemento que configura chances de desenvolvimento no processo de autonomia territorial e fortalecimento das redes sociais. É bem claro que, apesar de se refletir sobre possíveis trajetórias, vimos com a experiência de São Cristóvão, que muitas dessas redes de atores sociais ainda estão caminhando muito lentamente. Entretanto, o capital social é percebido com uma estratégia de superação dos obstáculos e viabilizadores de projetos para a coletividade que tem por base valores de uma comunidade cívica.

Isso posto, e com base no conceito abordado por Putnam, capital social está inserido em um sistema muito maior de hábito e modo de vida que concebe as relações sociais baseadas na confiabilidade, solidariedade, reciprocidade mútua e no espírito de colaboração social como um recurso transformador de limites em possibilidades e agregação de forças: “(...) capital social diz respeito a características da organização social, como confiança,

normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. (PUTNAM, 2006, p. 177).

Esta percepção viabiliza o alcance de objetivos ainda que sejam poucos os recursos para realizações. Seja na base da troca, da articulação ou da substituição, as relações são os fundamentos e bases para a existência, o acúmulo ou a viabilidade do capital social. É necessário que os grupos manifestem certo de grau de interação ao ponto de expressarem valores que propiciem a instituição de regras para a promoção de benefícios e participação de todos.

Ainda, de acordo com Putnam (2006), “isto significa que o capital social, à diferença de outras formas de capital, geralmente tem que ser gerado como subproduto de outras atividades sociais”. A utilização e permanência do capital social pode pressupor certo grau de amadurecimento das associações ou instituições, considerando a necessidade do mínimo conhecimento ou experiência para instituir as regras e estabelecer clima de confiança mútua. Disto decorre a idéia de Putnam de que o capital social é um subproduto inserido em outros propósitos comunitários.

Nesse sentido, a lógica do capital social também se instaura no campo ideológico da economia solidária e plural, muito difundida por Genauto França Filho e Laville (2004): “uma outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativista, oriundas da sociedade civil e dos meios populares”.

Principalmente, o capital social está engajado em sistemas nos quais se trocam as estruturas bancárias que tem o lucro como único objetivo pelas relações cidadãs e cívicas que possibilitam o alcance de objetivos de maiores virtudes.

Para Albert Hirschman, citado por Putnam (2006), o capital social foi denominado de “recursos morais, isto é, recursos cuja oferta aumenta com o uso, em vez de diminuir, e que se esgotam se não forem utilizados”. Por ser baseado no tipo de relações sociais estabelecidas pela confiança *alimentada* pela mútua experiência, o capital social deve ser um sistema constante e vivo, pois é isso que o mantém. É dessa forma que se torna possível o surgimento do capital institucional, por meio da acumulação do capital social, que, por sua vez, dá-se pelo fortalecimento das relações de confiança e reciprocidade.

Nesse aspecto, cabe relacionar a importância deste tipo de capital para a construção e desenvolvimento das associações comunitárias que congregam a frequente realidade de limitação de recursos, mas contam com o poder da coletividade. Mais uma vez,

torna-se necessária o reconhecimento da comunidade enquanto responsável pela própria construção de virtudes cívicas elementares à constituição de relações sociais à base da cooperação social.

Portanto, todos esses fatores se revelam em torno do modo de fazer política, da cultura construída por esse momento político de descentralização e regionalização. Tal cultura envolve toda uma estrutura sociopolítica concebida pela formação do papel dos conselheiros, do processo de gestão dos conselhos, da rede de associações, da interação do local e nacional, por meio da base de uma comunidade cívica na qual os valores são a participação, a colaboração, a moderação, a tolerância perante a despolarização ideológica, o diálogo social, a valorização do domínio público e interesses coletivos, que, por sua vez, pode se refletir em valores essenciais para o enfrentamento da tensão criada no território de São Cristóvão.

5.2.4. O Fortalecimento das Arenas de *Policy Network*

Frente à tensão investigada no território de São Cristóvão e a gama de atores sociais existente nesse cenário social, resta compreender a perspectiva de *policy network* como um dos possíveis resultados de relações mais dialógicas nas arenas, capaz de promover quaisquer trajetórias de melhorias.

Partir-se-á da interpretação da rede multiatorial de São Cristóvão para compreender um processo controverso a tal realidade: o processo da *policy network* potencializado por meio do diálogo social. Buscando, então, retratar realisticamente, a experiência do território de São Cristóvão, observa-se que os atores estão aliados em subgrupos conforme o contexto e problemas compartilhados que se identificam e se diferenciam em tempos intermitentes, de acordo as demandas que se apresentam.

Nesse aspecto, há relações em construção de confiança e crédito nos subgrupos que constituem o conselho local. Há forte sentimento de pertencimento, identificação com os processos sócioterritoriais, há compromisso, e colaboração entre aqueles que já fomentam e se organizam para efetivar e implementar planos de trabalhos e projetos de desenvolvimento.

A identidade é compreendida pra além do sentido de pertencimento a um lugar: “A identidade (...) deriva do agir coletivo dos sujeitos, como portadores de práticas e de conhecimento, ‘construtores’ do território e de novas lógicas identitárias aos lugares” (DEMATTEIS e GOVERNA apud SAQUET, 2007, p. 118-119).

Para essa perspectiva, o sentimento de pertencimento deve incentivar a capacidade não somente de envolvimento, mas de utilizá-lo para compreender formas mais comprometidas de contribuição com as ações coletivas e parceiras do território. As ações e articulações que alguns subgrupos realizam no território de São Cristóvão mostram o forte sentimento de identificação que resiste, ao longo da história local, aos laços enfraquecidos e a ausência de investimento público estatal. Isso reflete a capacidade local de se organizar e reorganizar conforme a própria estrutura flutuante de uma realidade social sem gestão governamental.

Entretanto, trata-se de atores sociais que vem evoluindo na história de forma segregada, e separada por ideologias, por formas políticas e assistenciais de enfrentar a complexidade dos fenômenos sociais e expressões que ressoam no território. São formas segregadas devido às configurações que surgem do desejo de separação e de união ao mesmo tempo. Unem-se pelo compartilhamento das causas e problemas negociados e separam-se por uma sensação que se instala e denota aspecto de desconfiança.

Nesse âmbito relacional, há história e convivências, há questões subjetivas que são inerentes às relações humanas, mas que se expressam, em alguns momentos, enquanto aspectos negativos na proporção em que são realizados processos de transferências pessoais e de cunho psicológico, resultando num mister de vários papéis na arena política, e, entre eles, está o papel de ator social público que lida com as demandas públicas e coletivas. É comum a complexidade da trama relacional em qualquer arena política, entretanto, faz-se necessária uma compreensão acerca da imperiosa tarefa em exercer gestão sobre o papel de cada ator social nesse processo sociopolítico.

Com base nesse emaranhado de fatores que completam a teia de relações sociais, estabelecem-se grupos que assumem forma de associações, o que representa um aspecto positivo quanto ao desejo coletivo de buscar identidade e organização para traçar caminhos.

Entretanto, formaram-se e multiplicaram-se subgrupos com perspectivas diferentes que buscavam diversas formas de superar aquela realidade e que, pelas próprias dificuldades apresentadas, segregavam-se ainda mais, proporcionando um clima de descrédito quanto ao potencial e capital territorial, como assim chama Saquet (2007), de cada participante. Isso provocou uma imagem territorial para aqueles parceiros, não aliados, que também se interpreta como ator social devido ao vínculo do seu respectivo processo de trabalho à realidade de São Cristóvão.

Assim como explicou diversos autores críticos que optam pelo conceito imaterial

do território, as territorialidades se relacionaram, interagiram e causaram repercussões da realidade de São Cristóvão para suas adjacências. Em outras palavras, para atores empresariais que ali se instalavam, essa tensão relatada se tornou justificativa para propagar mais descrédito aos atores sociais provenientes daquele Território.

Diante desta realidade, propõe-se compreender o conceito de *policy network* como um processo repercutido pelo desenvolvimento de dimensões dialógicas no território para, posteriormente, identificar a similaridade da rede multiatorial de São Cristóvão como um tipo particular mais fragilizado de *policy network*.

Ao se discutir sobre o processo de interação social entre atores sócioterritoriais há uma estreita relação com um modo de se fazer política pública enriquecido e potencializado pela participação e pela soma das forças presentes no território e a ele relacionadas. Esta forma e apropriação de políticas públicas se alinham com os pressupostos e significados da *policy network* adotada por Börzel, a qual retrata o caráter pluralista do termo:

[...] um conjunto de relações relativamente estáveis, que são interdependentes e não hierárquicas, ligando entre si uma variedade de atores que compartilham interesses comuns acerca de uma política pública e que intercambiam recursos na busca da consecução desses interesses compartilhados, reconhecendo que a cooperação é a melhor maneira de se atingir os objetivos comuns (BÖRZEL, 1997).

Nessa linha de análise, as *policies* são construídas por múltiplos atores sociais que compartilham uma realidade social que se quer mudar por meio da soma de recursos, e de relações sociais construídas à base de dimensões colaborativas. Tais relações assumem interações horizontais, mas que possuem determinado grau de dependência pela necessidade de constituir forças coletivas para o enfrentamento das expressões da questão social que se apresentam na realidade compartilhada. As interações sociais que se estabelecem nas relações entre os atores sociais ganham centralidade no estudo da *policy network*:

As *policies networks* representam um modo de interpretar as características essenciais de um processo de PP segmentado, gerido por uma multiplicidade de atores, segundo lógicas não partidárias e fundado sobre relações de confiança, capazes de abaixar sensivelmente os custos de transação (GIULIANI, 2002).

Dessa forma, a qualidade dessas relações se reflete na *policy network*, na medida de em que o próprio relacionamento, convivência coletiva e o diálogo social são recursos que

constituem intenso processo de formação de redes sociais.

Nesse processo que se compara a uma cadeia social pela interdependência dos múltiplos fatores que, divergentes ou convergentes, vinculam-se e se autodeterminam, dois aspectos analíticos participam dessa arena política: o primeiro deles se refere à possibilidade de considerar como ator social qualquer indivíduo ou organização que pertençam à determinada realidade que podem formar “retículos de políticas públicas”. (BOULLOSA, 2010). O segundo aspecto é os *pólos de atração* que sustenta a participação e formação das arenas conforme os interesses de cada grupo e os problemas entendidos como relevantes para cada ator.

É importante ressaltar que a participação é a mola propulsora dos movimentos e dinâmicas das arenas. Pode-se afirmar que sem a participação efetiva é impossível a implementação de quaisquer pretensões ou projetos. Por isso, ainda que seja através dos interesses da cada grupo de atores conflituosos ou não, desde que busquem melhorias para o coletivo, todo incentivo de participação social agrega possibilidades.

Destarte, no âmbito de *policy network*, há tipos de redes sociais que parecem ser interpretados nos processos comunitários, devido à inclusão dos obstáculos que se fazem presente no cotidiano dessas relações, tais são elas: *issue network* (rede de problemas), *policy community* (comunidade de *policies*), comunidade epistêmica e grupos de pressão.

Tais abordagens podem evidenciar referências para os processos desenvolvidos nos conselhos comunitários representativos. Boullosa (2010) assim as distingue:

Na *issue network*, os atores devem compartilhar os interesses comuns, minimizar as surpresas mais do que para resolver os problemas, vontade de permanecer na arena, os nós são frágeis, relações entre nós de muita elasticidade, trama aberta, fins poucos claros. () na *policy community* há maior continuidade das interações, reconhecimento recíproco, consciência da exclusividade da arena, busca da garantia de participação e a própria estrutura fechada, nós sólidos, trama fechada, relação entre os nós de pouca elasticidade, com fins mais claros, processo decisional verticalizado. (BOULLOSA, 2010).

Desse modo, o tipo de rede *issue network* considera as dificuldades próprias que ocorrem com as entidades representativas de São Cristóvão. Isto porque, por vezes, não conseguem se configurar enquanto movimento social que buscam a articulação como uma forma proeminente dessas múltiplas forças presentes em um território.

Por tudo exposto é que a rede de atores de São Cristóvão é interpretada, para

efeito deste trabalho, como uma rede do tipo *issue network*. Tomam-se os movimentos associacionistas do Território enquanto formação de estruturas para se constituir em arenas políticas públicas que se firma nas interações entre atores sociais de uma *rede de problemas*, ou simplesmente, *issue network*.

É uma rede que se reúne para construir projetos de desenvolvimento local, porém pelos obstáculos que se revelam desde os investimentos governamentais, às potencialidades enfraquecidas dos atores, em termos de capital territorial, e a dificuldade de fomentar o diálogo social, acaba por se transformar em esforços por *minimizar surpresas*, e permanecer os atores com “vontades de permanecer na arena” (BOULLOSA, 2006).

Dessa forma, a rede de atores de São Cristóvão pode ser caracterizada como uma rede de *issue network*, e que, por isso, o diálogo social se apresenta como uma das trajetórias possíveis de mudança desse cenário de atores sociais. Portanto, dimensões mais dialógicas podem resultar na melhoria e qualidade dessa rede, facilitando os construtos sociais sob forma da *policy network*.

O diálogo social é a base do conceito de política pública que valoriza os atores sociais dispostos em redes territoriais. A *policy network*, é um retrato da formação de propostas de desenvolvimento decorrente da dinâmica interacional que se estabelece nas arenas políticas configuradas pelas redes existentes no território.

Tal modo de fazer política pública é possibilitado pela existência e exercício do diálogo social permanente, considerando que os processos decisoriais são gerados e conclusos após vasto período de articulação, interação, e parceria entre os atores sociais vistos como um retículo nos processos sociais das multiterritorialidades. Daí a importância das estratégias concertativas e dos pactos sócioterritoriais para a concepção dos processos de *policy network*.

5.2.5. A Premissa do Desenho: o associacionismo como *veículo* para *policies*

Assume-se o associacionismo como um recurso endógeno territorial que aumenta as possibilidades e as forças internas para se buscar algum desenvolvimento. Compreende-se que, para acreditar na possibilidade de considerar os movimentos sociais de base territorial como movimentos de políticas públicas, é de suma importância a existência de múltiplos atores sociais. Tanto quanto se faz fundamental a multiatorialidade, fazem-se as relações entre eles

estabelecidas. E, para tanto, a promoção e o exercício do diálogo social pode viabilizar melhor qualidade de relações, o que repercute no tipo de associacionismo construído pelo território. É com tal perspectiva que se considera neste subcapítulo que o associacionismo, além de representar um *veículo* para *policies*, pode ser interpretado como um possível caminho para algum desenvolvimento territorial.

Entretanto, a constituição das parcerias da forma em que se apresenta em São Cristóvão não está proporcionando ou colaborando para a articulação dessas forças em prol de algumas possibilidades para o local, dada a realidade de um Território geograficamente instalado entre macroempresas e atores de relevado potencial com poucos feitos ou poucas ações representativas para a toda a população.

É óbvio que não se exclui a responsabilidade de cada ator aqui referido para além daqueles que não são adjacentes ao Território, a exemplo do Governo e outras macroempresas vinculados pela localização, pelos prejuízos sociais que causaram e causam aos habitantes das comunidades devido a priorização de seus respectivos processos rentáveis de trabalho. Também não se tem a pretensão de desenvolver estudo em sentido ideológico ou resolutivo, mas de lançar reflexões acerca de alguns fatores que podem possibilitar o desenvolvimento de outras dimensões colaborativas para a constituição e aproveitamento dessas forças presentes no Território.

Assim, embora existam estudos que apontam para multiatorialidade como fator marcante para o desenvolvimento de processos políticos numa realidade comunitária, há ressalvas a serem analisadas. A experiência de São Cristóvão reafirma tal ideologia de quão importante é a manutenção de um cenário social no qual há resistência e fecundação constante de manifestações dos múltiplos atores sociais para combater as tentativas de poucas mudanças vivenciadas.

Contudo, a realidade do Território também contradiz tal pensamento sobre a multiplicidade de atores como fator por si suficiente, considerando a teia de tramas e conflitos paralisantes ou rede de colaboradores que podem formar. Isso pode gerar maiores dimensões de animosidades e dimensões menores de contribuições sociais.

Portanto, para dissertar sobre tais dinâmicas e condições importantes de conexão entre atores, parte-se do conceito de políticas públicas discutido neste trabalho, dessa vez, do processo de construção de *policies* em São Cristóvão que se identificam com os esforços multiatoriais desse Território. Compreendem-se os espaços de reuniões e debates com a participação dos atores sociais no Território como uma arena política de debates sociais, de

movimentação política do Conselho e das associações em busca de articulação e enfrentamento dos problemas sociais que vem se maturando na realidade comunitária. Utiliza-se o significado de *policy making process* para identificar essa dinâmica pluralista de desentendimento e convergências de opiniões que coexistem nessa arena de descobertas e frustrações e possibilitam alguma construção de planos de trabalho para algum desenvolvimento do território de São Cristóvão.

Parte-se de tais perspectivas para considerar as associações como atores sociais fomentadores e construtores de uma arena política que dinamizam e movimentam interesses públicos no processo de fortalecimento das redes sociais, por meio do diálogo social com integrantes da estrutura interna e externa da comunidade.

Tratam-se de microredes internas e as macroredes que tem a responsabilidade não somente de representação, mas de mobilização de outros atores para constituição de uma cultura política de participação e exercício de cidadania. Desenvolvem-se por meio de relações sociais baseadas em valores sublimes, na contramão das relações individualistas peculiares ao sistema neoliberal, como afirma Celso Teixeira (2006): são “redes de engajamento cívico, produzindo e reforçando valores comunitários, assim como laços de confiança tão necessários à cooperação comum e a vida civil”.

Em outras palavras, Putnam (2006) discorre sobre toda a dinâmica e fatores essenciais para robustecer a força das associações. Menciona que as associações são pilares dos movimentos e dos processos decisórios governamentais. Elas são o elo, as instituições intermediadoras da realidade local e regional para os vínculos entre estes e a instância nacional. São responsáveis pelo conhecimento e mobilização das demandas locais, levam a base da negociação até as instâncias regionais que condensam propostas e prioridades a partir desse coletivo público que recebem recursos, posteriormente descentralizados. É a essência do processo de construção de *policies* de cunho *bottom-up*.

Referindo-se as associações ou conselhos dessa magnitude político-cidadã, Putnam (2006) cita Tocqueville na sua afirmação de que tais estruturas práticas sociais reafirmam e incutem normas e valores nos hábitos, e enfim, na cultura. Isso demonstrou, em sua experiência, a importância do papel reformador das instituições: “Diz-se que as associações civis contribuem para eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos internos, mas também por causa de seus efeitos externos sobre a sociedade”. (PUTNAM, 2006, p. 103).

Ainda sobre as associações, o autor reúne pensamentos e pesquisas que reafirmam

que a mobilização e a organização das mesmas tanto fomentam o exercício da cidadania, como incentivam a responsabilidade dos sujeitos na construção política das histórias comunitárias, e o engajamento com as questões sociais, educacionais, culturais locais. Nesse sentido, Putnam apresenta experiências quanto ao papel das associações, a partir de pesquisas desenvolvidas no seio das dinâmicas comunitárias:

- cita uma pesquisa sobre cultura cívica realizada em cinco países que evidencia a força cidadã desenvolvida pelos componentes das associações;
- faz referência à análise de uma pesquisa recente que “reforça a idéia de que o associacionismo é condição necessária para o governo democrático” (PUTNAM, 2006, p. 104);
- Ressalta estudos realizados por Milton Esman e Norman Uphoff no qual concluem que “as associações locais têm papel crucial nas estratégias de desenvolvimento rural bem-sucedidas”. (PUTNAM, 2006, p.104).

Enfim, a importância dada por esses autores às associações demonstra por que a comunidade cívica e as virtudes cívicas são postas como o início, o subsídio e como substanciais para a permanência dessas organizações enquanto sujeito coletivo e político.

No Brasil, Wanderley Santos (1993), a partir de um pesquisa realizada acerca de “movimentos de ação cooperativa”, constata que a maioria das associações foram criadas no período de 1970 1986, marcado pelo “processo de redemocratização do país” (SANTOS apud TEIXERA, 2006) na época. Em sua análise, relata que a maioria são de caráter desportivo e benéfico, e, em menores percentuais, estão as associações de “interesse geral” e de “caráter corporativo”. Ainda de acordo com essa pesquisa, as entidades religiosas e os sindicatos contam com maior participação social dos indivíduos acima de dezoito anos. Entretanto, o autor afirmou que existe uma “alienação associativa” e uma “cultura cívica predatória” devido a indiferença da população quanto à participação.

Referiu-se a essa investigação, pois o autor atribuiu tais dados ao descrédito da população no que tange aos mecanismos de representação política e à atuação estatal. No entanto, as associações se expressam enquanto mediadoras, interventoras, veículos, sujeito coletivo de mobilização social, e por isso, são fomentadoras de políticas públicas. A representação não está externo ou distante das comunidades, elas, essencialmente, têm potencial para se representar! O Estado pode ser o representante dos representantes, o que, verdadeiramente, ou em prática, nem sempre é, ou, na maioria das vezes, não é.

As associações estão nas arenas políticas e nos centros das comunidades

vivenciando cada fenômeno que se apresenta ou que se repercute sobre o seu meio social. Sabe-se da responsabilidade e do principal ator estatal nesse processo de *policies*; ator principal porque, seja por legitimação, seja em termos de recursos, seja pela história e experiência do Brasil de como se faz política pública, o Estado, apesar da explosão do terceiro setor, é que delibera nos processos finais, e muitas vezes, em nossa realidade brasileira, de onde se pode analisar, até mesmo, nas etapas iniciais.

Porém, como já foi explicitado, não se pretende reduzir ou transferir a responsabilidade estatal nesse processo de construção de *policies*, mas de buscar alternativas que dêem maior legitimidade, em termos de atendimento às realidades sociais demandadas, até mesmo, trajetórias mais “realísticas”, com afirmação Bouldosa (2006), aos anseios crônicos dos cidadãos. Isso porque são nos espaços comunitários, ou nos movimentos sociais em geral que há muito tempo já são concebidas políticas públicas, porém, talvez, não legitimadas ou não reconhecidas ou não aprovadas, ou ainda não investidas.

Todavia, dessa experiência, observa-se que a participação social já era uma dificuldade no contexto geral das associações, o que pode estar relacionado com a própria cultura, como analisa Teixeira (2006), ou com a visão da população do que é política, e, conseqüentemente, do papel de cada ator nesse processo, o que já aponta para necessidade de outras pesquisas quanto à matéria.

Entretanto, há outros pesquisadores, também citados por Celso Teixeira (2006), que indicam um aumento de associações em cerca de 150% no período de 1978 a 1991, de acordo com informações da Receita Federal, bem como da expansão “de novos segmentos sociais (catadores de lixo, sem-teto, população de rua...)” (BOSCHI apud TEIXEIRA, 2006, p.76). Havia, então, um crescimento do movimento populacional por mudanças sociais, ainda que enfraquecidos pela participação pouco expressiva.

Inicialmente, quando do período de criação ou de explosão dessas associações, existem registros de que elas tinham um papel preliminar de atender as demandas dos associados, atuando numa esfera privada. Teixeira traz que, a Constituição de 88 foi um marco regulatório para atribuir às associações o cargo de defensoras de interesses coletivos e públicos.

O autor, assim como Putnam (2006), recorre as contribuições teóricas de Tocqueville (1997) para ratificar aos significados das associações políticas: “se não têm o ‘direito de fazer leis, têm o poder de atacá-las e sugerir outras’” (TOCQUEVILLE apud TEIXEIRA, 2006, p. 83).

5.2.5.1. Caminhos para Reconhecer uma Associação Forte/Legitimada

Reelabora-se aqui que as associações podem não ter instrumentos de legitimação, mas também não possuem tão somente instrumentos de sugestão, mas de construção de políticas públicas, a médio ou longo prazo, que subsidiam as leis, de discuti-las ou até mesmo de torná-las vazias através do processo maturado de discussão e diálogo social em rede.

Teixeira (2006), ao avaliar as contribuições de Avritzer (1994), afirma que:

referindo-se as diversas mudanças que ocorem no associativismo na América Latina, coloca os impasses a que a ação coletiva é submetida, pela falta de uma forma pública de institucionalização desse tipo de ação. Embora desempenhando um papel público e ocupando espaço público, não só no debate público de questões coletivas, mas até mesmo na formulação e execução de políticas públicas, para ele (Avritzer) inexistente um *status* público para estas organizações. (TEIXEIRA, 2006, p.83).

Isso, inclusive, pode ser percebido na experiência da pesquisa realizada no território de São Cristóvão. Constantemente, era relatado pelos conselheiros o debate que se estabelecia com os órgãos estatais quanto à relação autonomia x submissão do Conselho devido aos conflitos relativos ao caráter ideológico e partidário.

Na experiência com um órgão municipal quando foi solicitada parceria para a implementação de projetos sociais no Território, foi claramente exposto pelos gestores governamentais sobre a impossibilidade devido às diferenças partidárias contemporâneas existentes entre Estado e Município de Salvador, considerando que o projeto em referência já possuía parceria com o Governo do Estado da Bahia. Ou seja, tratam-se de dois exemplos que automaticamente impõem a função legitimadora do Estado em quaisquer processos de decisões nos quais, faz-se esforços para se perceber a prevalência das demandas público-participativas, ou mesmo do interesse coletivo de quem vivencia.

Assim, analisando o caráter público das associações, Teixeira ainda cita regulamentações postas na Constituição de 88, entre outros marcos regulatórios que reforçam a natureza coletiva:

- acerca do direito de representar os filiados das associações, “judicial ou extrajudicialmente”;
- o direito de realizar o controle social das contas públicas, fundamental para a *transparência* dos processos;

- o simples fato de o Governo criar o pré-requisito de obter a *declaração de utilidade pública* para o repasse de recursos públicos;
- o sentido da cooperação como uma condição estrutural para existência e legitimação de uma associação;
- as definições de conceitos constitucionais acerca de que em todos os âmbitos das políticas sociais se desenvolvam processos de participação popular. Ora, sendo as associações atores representativos de comunidades cívicas, os processos de decisão devem contar com a ampla participação e acesso dos moradores.

Todavia, compreende-se que a realidade comunitária segue um processo inerente e verdadeiro de desordenamento em que, na maioria das arenas políticas, as demandas, que Teixeira chama de *sobrevivência* ou outras corporativas, sobrepõem-se às questões mais referentes às diretrizes metodológicas de como acontece o processo político das associações frente à coletividade e ao modo que se estabelecem os *construtos sociais*.

Partindo das experiências de campo, e da própria conclusão de Teixeira sobre as associações e respectiva atuação nas arenas políticas, na maioria das realidades, ainda se apresentam questões preliminares na base dos movimentos comunitários a serem superadas como a própria organização interna e outras estruturas externas de sustentação a essas instituições sociais. Entretanto, ao se refletir sobre a realidade vivenciada pelo território de São Cristóvão, observa-se outras características que também são elementares para o fortalecimento do associacionismo.

Dessa forma, apresenta-se, a seguir, um quadro consubstanciado pelas discussões aqui fomentadas, compreendido como de extrema relevância quanto aos caminhos que devem ser considerados e amadurecidos nas trajetórias das associações que se identificam como produtoras, condutoras e mobilizadoras de políticas públicas:

QUAIS OS CAMINHOS INICIAIS PARA ATIVAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES?	DE QUE FORMA?
Mudança da percepção do Estado com único produtor de políticas públicas e como única possibilidade de alcançar e mobilizar recursos;	Mudança de paradigma de atuação política e valorização dos atores internos, sem transferir ou reduzir a responsabilidade estatal; Compreensão de que são todos atores de um

	mesmo processo de pp, que Estado e comunidade, todos possuem legitimidade e poder de governabilidade sobre o destino do território;
Sobrepor os interesses públicos aos interesses partidaristas, sem precisar perdê-los como sua própria referência no papel de ator social;	A promoção de um diálogo social mais aberto entre atores sociais locais, adjacentes, públicos, privados e as outras comunidades, a título de crescimento, troca e fortalecimento para fins diversos de melhorias territoriais;
O desenvolvimento do papel de mediadores sociais para a negociação coletiva, tendo o território como o centro das preocupações;	
Ampliação da rede territorial	
A despolarização e flexibilidade no posicionamento ideológico para o alcance de benefícios maiores para a comunidade, mantendo sua perspectiva diferencial para o exercício da dialética;	Criar fóruns frequentes e permanentes de debates com a comunidade;
Ampliação da visão para propor projetos de repercussão pública, em contraposição a projetos imediatistas;	
Ter conhecimento sobre os problemas sociais que atingem o território na atualidade;	
A publicização dos processos construtivos e de decisão e dos atos e planos de trabalho das entidades;	Planejamento participativo multiatorial;
O acompanhamento/monitoramento sobre a involução e a evolução das demandas sociais do território;	
Valorização dos papéis públicos dos conselheiros frente às complexidades das demandas territoriais	Rodízio democrático dos diretores e presidentes das associações;

O enfrentamento quanto ao esvaziamento das arenas políticas;	Mobilizar os moradores e a comunidade, constantemente, para a participação social a partir da transparência dos processos de trabalho e da permanência dos fóruns;
Desenvolvimento da capacidade de alguns atores de retomada dos movimentos após o enfraquecimento ou desativação das associações;	Amadurecimento da visão de que se trata de processos sociais, e, portanto, não são lineares;
Buscar autonomia enquanto movimento;	Incluir como pautas e amadurecer as discussões em arenas com órgãos governamentais acerca da necessidade de instrumentos e dispositivos legais claros para maior sustentação das atuações das associações;
Manter sua identidade associacionista.	Manter as mínimas condições para que as associações sejam reconhecidas formalmente perante a sociedade jurídica.

Quadro 26: Caminhos Iniciais Possíveis para a Ativação de Associações

Fonte: Elaboração Própria

É importante registrar que se tem claro que este trabalho possui as limitações impostas pela própria complexidade sócioterritorial que vivencia situações e obstáculos no que concerne à formação de suas redes endógenas e aos aspectos histórico-crônicos de abandono de investimentos governamentais, salvo alguns incentivos pontuais e espaçados de aplicação de verba pública.

De outro modo, os conceitos aqui desenvolvidos se expressam enquanto caminhos, trajetórias, possibilidades que merecem análise, discussão entre os próprios atores sociais e, principalmente, experimentação. Requer, assim, amadurecimento das partes envolvidas. Por isso, mencionam-se tais direções no campo de possíveis rumos que partem do chão deste território, do cotidiano e convivência entre os atores.

Mesmo diante das dificuldades inerentes ao estudo de processos sociais, as associações podem ser interpretadas como mediadoras e facilitadoras de uma conexão mais

fortalecida entre moradores, personalidades políticas, outras associações e conselhos no que concerne à capacidade de avançar rumo aos interesses públicos e coletivos. Por isso, constituem-se enquanto veículos para o processo de construção de políticas públicas, considerando seu caráter público, e potencial de mobilizar as classes populares para a elaboração de *construtos sociais*.

6. CONCLUSÃO

Esta dissertação buscou compreender a tensão vivenciada no território de São Cristóvão a partir da construção de uma matriz em três níveis que orientaram o trabalho no que se refere ao estudo teórico, à metodologia de pesquisa e às categorias teórico-práticas que assumiram um viés mais propositivo.

O primeiro nível da matriz abordada teve uma característica mais genérica porque tratou de relacionar vertentes que poderiam estar vinculadas ao território de São Cristóvão e que deveriam ser estudadas para amadurecimento do problema de pesquisa. O segundo nível da matriz foi orientada para as problematizações mais pertinentes ao território de alta vulnerabilidade, relacionando território, rede de políticas públicas, arenas de políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial. Quanto ao terceiro nível da matriz de análise, foi construído um referencial de análise aplicável ao território de São Cristóvão, visando buscar problematizações mais direcionadas para a realidade em estudo e possibilitar a reflexão sobre os objetivos e abordagens de pesquisa.

Dessa forma, no que concerne a metodologia, é importante elucidar se partiu de uma experiência e interação com essa realidade ocorrida no ano de 2006, sob uma configuração empírica que se manifestava, naquela oportunidade, enquanto mais um ator social do Território que mantinha interesses particulares de promover ações de responsabilidade social empresarial conjugadas com melhorias para o cenário. Pela necessidade imperiosa de aprofundar conhecimentos para essa realidade socioterritorial, desenvolveu-se uma metodologia de pesquisa qualitativa que teve três desafios motivadores para se estabelecer um plano de pesquisa:

1 – O primeiro se reportou a necessidade de superar a dificuldade em analisar e estudar uma realidade sobre a qual o autor não pertencia, e não possuía apropriação das tramas sociais existentes, mas se vinculava enquanto ex-ator social superficial, ou seja, relacionava-se pela história de ter mantido um compromisso referente à um processo de trabalho institucional de fomentar trajetórias de aproximação e de melhorias para o local a partir de recursos estabelecidos quanto ao tempo e ao valor. Aqui também se vinculou a necessidade de conhecer os problemas sociais que estavam na base e história territorial que subsidiava as múltiplas intervenções atoriais;

2 – O segundo foi relativo à necessidade de se desconstruir as leituras e

interpretações realizadas no ano de 2006 durante a experiência empírica e laboral que contradiziam às novas perspectivas apreendidas nessa etapa de pesquisa, bem como de discernir àquelas informações que se caracterizaram como complementares;

3 – O terceiro se relacionou com a necessidade de conhecer as interações sociais estabelecidas na rede de atores sociais do território que já apresentavam aparências de tensão, alguma articulação e um alto associacionismo local, bem como de conhecer o modo pelo qual se relacionavam, e as ações e efeitos causados por essa realidade multiatorial, também ao longo da história.

Diante desses três desafios, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa que teve como instrumentos técnicos a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a entrevista semiestruturada que incluiu a elaboração de mapas mentais dos moradores, a entrevista em profundidade, a observação participante em reuniões dos atores sociais e a aplicação da oficina com dinâmica de grupo com os atores sociais.

A pesquisa bibliográfica se iniciou pelo enfoque dado a alguns conceitos complexos que se apresentaram para compreender a situação posta em cenário: território, territorialidade, multiterritorialidade, desenvolvimento territorial, políticas públicas, tipos de *policies*, *policy network*, diretrizes de diálogo social sob as configurações de concertação social, rede de atores sociais, entre outras categorias que surgiram e foram descobertas no desencadear da pesquisa e do processo de construção.

Acerca do conceito de territórios, partiu-se das obras de Saquet (2007), - incluindo aqui as perspectivas de Jean Gottmann, Giuseppe Dematteis, Sack, Deleuze e Guattari, entre outros - Rogério Haesbaert, Claude Raffestin e Milton Santos para compreender os significados tradicionais e contemporâneos sobre o termo. Dada à completude com a qual foi concebida a obra de Saquet (2007), de sua pesquisa que explora uma multiplicidade de conceitos e uma riqueza de concepções, optou-se identificar àqueles significados que mais se aproximavam da realidade em estudo, para construir uma definição particular de território que retratasse mais realisticamente o cenário social de São Cristóvão.

Dessa forma, São Cristóvão foi considerado como um território (i)material valorizado pela sua rede de multiatorial cujos atores se reconhecem pelo compartilhamento da realidade e história vivenciada e manifestam sentimento de identidade e pertencimento, representando-se por meio da interação e articulação desorganizada entre os atores sociais em rede que se expressam através de uma arena sociopolítica territorial.

Com base nisso, a movimentação dos grupos e subgrupos do Território, os

processos dinâmicos que se desenvolviam entre os atores sociais na busca de estabelecer parcerias inconstantes, a organização para discussão dos problemas sociais que atingem São Cristóvão e os instrumentos utilizados para construir espaços de diálogos desestruturados para se pensar em trajetórias de desenvolvimento foi compreendida como um movimento construtivo de políticas públicas, ou de *policies*, de cunho *bottom-up*, proveniente das forças multiatoriais do Território.

Na ampla gama de conceitos acerca de políticas públicas, apropriou-se de um conceito particular sob a compreensão que se identifica como *policy network*, uma forma de perceber os movimentos políticos de base territorial a partir das redes constituídas internamente e das interações entre atores sociais internamente para se propor desenvolvimento local. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento utilizado considerou as peculiaridades dos processos sócioterritoriais, a identidade, os cenários políticos e de poder, os problemas sociais locais, as relações imateriais constituídas como fator influenciador, e a perspectiva dos movimentos dinâmicos e próprios do território acerca da realidade que se deseja mudar.

Assim, prosseguindo com a pesquisa e considerando a necessidade de conhecer os fenômenos sociais que envolviam e se repercutiam na história de São Cristóvão, realizou-se uma sondagem a partir dos periódicos do ano de 1969 a 2010, o que viabilizou uma visão mais próxima sobre os acontecimentos relativos ao âmbito social, educacional, estrutural, político e que foram vivenciados por muitos atores sociais ainda presentes nessa realidade.

Essa pesquisa proporcionou compreender os fenômenos que foram alvos das mídias e jornais, mas ainda restava conhecer a voz dos moradores, há mais de quinze anos de residência no território, acerca de tais fenômenos e das associações ali existentes. Por isso, aplicou-se uma entrevista semiestruturada que se dividiu em duas diretrizes: de buscar informações acerca da própria história local em termos e problemas sociais, e das relações estabelecidas entre os atores sociais no processo de articulação territorial.

Findada esta etapa de pesquisa, partiu-se para a aproximação com os atores sociais locais em que um dos desafios mais presentes era concernente à participação dos próprios atores. Com este propósito, desenvolveu-se a técnica da observação participante em uma reunião costumeira dos próprios atores, sem muito planejamento quanto à participação do pesquisador perante os outros atores. Isso possibilitou desenvolver uma observação mais realística e menos superficial, na proporção em que a reunião prosseguiu com o plano de trabalho e com a participação dos atores de forma espontânea e voluntária, facilitando uma

compreensão mais próxima sobre aquela arena de discussões e debates.

O segundo instrumento da oficina com dinâmica de grupo exigiu maior planejamento, tinha o objetivo de perceber a interação entre os atores em tarefa, atuando em suas propostas e trabalho, tinha o intuito de conhecer a relação que se estabelecia no processo de construção, de involução, de debate, de conflito e de integração.

Todos esses caminhos apontaram para um território com uma história crônica de abandono pelos órgãos públicos cujos problemas infraestruturais se apresentavam nos âmbitos da educação, da infraestrutura física como saneamento básico, desorganização das vias de trânsito, ausência de projetos de formação profissional para inserção em mercados de trabalho, o que influenciou no aumento do índice de violência local. Obviamente que se trata de mais um território de vulnerabilidade social que sofreu as repercussões da desorganização da cidade de Salvador, mas que tinha suas peculiaridades relativas e próprias de sua estrutura territorial.

No que concerne à estrutura política endógena, São Cristóvão apresentava uma rede de atores sociais dividida em subgrupos que se desenvolviam em múltiplas associações. Isso representava aspectos positivos, pois mostrava a capacidade e o potencial endógeno de se movimentar e buscar estratégias de melhorias. Por outro lado, identificou-se que o território apresentava articulações entre alguns atores sociais, e havia uma predisposição e forte identidade com a realidade vivenciada, no entanto, enfraquecida pelo tipo de rede constituída.

Portanto, tratou-se de interpretar a rede de atores de São Cristóvão como uma rede de *issue network*, tanto quanto se considerou os movimentos desenvolvidos pela rede de associações como possíveis estruturas favoráveis à construção de políticas públicas territoriais. Isso porque se tratava de uma rede cujos atores se reconheciam superficialmente, mas se estranhavam enquanto posturas ideológicas e enquanto formas de atuação e de busca de trajetórias de desenvolvimento.

As articulações e alianças entre os atores aconteciam ocasionalmente e pontualmente, principalmente, no desenvolvimento dos eventos simbólicos do Território, quando parecia haver maior união entre moradores, atores sociais e personalidades políticas que tinham algum vínculo com o Território.

Foi constatado que existia maior segregação entre os grupos de atores religiosos e políticos. Isso devido a uma herança histórica recebida pela nossa sociedade contemporânea que ainda fomenta uma abordagem religiosa assistencialista de atuar com a complexidade social. Tal forma de atuar gerava conflitos com organizações locais que possuía um

enfrentamento mais político e já se preocupavam em constituir estruturas de discussão e debate e de compor verdadeiras arenas políticas.

Dessas reflexões apresentadas constatou-se que um dos caminhos possíveis para reverter trajetórias de desenvolvimento responsáveis pelo aumento da vulnerabilidade social parecia ser o do diálogo social. Através do diálogo social é possível construir, e, sobretudo, manter acesa uma arena reflexiva sobre os caminhos que estão sendo trilhados pelos atores presentes naquele território, potencializando suas ações e resultados.

A proposta do conceito de diálogo social se apoia diretamente na compreensão de políticas públicas como o resultado de tudo aquilo que é feito pelos atores que constituem o território, inclusive pelas diferentes instâncias de governo. Se políticas públicas é o resultado (Boullosa, 2006), então seriam as conexões entre os atores ali presentes que deveriam ser problematizadas para melhores e mais céleres transformações.

Tais conexões eram os pontos mais frágeis de uma rede já existente, mas pouco articulada de atores, o que justifica a importância e a necessidade de esforços de projeção de tais articulações. Em outras palavras, esforços pela busca de pressupostos metodológicos que indicassem direções possíveis para a manutenção e melhor afinidade entre as partes que são, ao final, responsáveis pelo que o território é e pelo que o território deseja ser.

A experiência de São Cristóvão mostrou que a natureza pouco orgânica e as limitações das interações entre os atores, com conexões fragilizadas pelo tempo e pelas diferenças entre as perspectivas de desenvolvimento buscadas, foram cruciais para a dinâmica e trajetória de desenvolvimento que, ao invés de reverter o quadro de vulnerabilidade social, ajudaram a consolidá-lo.

Dessa forma, uma metodologia de diálogo social que pudesse aproximar todos aqueles atores em torno de objetivos comuns, poderia ter resultado na articulação de suas iniciativas e, acredita-se, ter revertido, possivelmente, a trajetória de exclusão sócioespacial hoje vivenciada pelo território de São Cristóvão.

Emergiu, então, de modo bastante explícito, a necessidade de investir alguns esforços na busca por diretrizes metodológicas que promovessem ou facilitassem o diálogo social. Adentrando em um campo mais propositivo, as diretrizes metodológicas de diálogo social poderiam nascer da busca pela construção de uma rede multiatorial de fácil acesso, aberta a qualquer ator que deseje participar em prol do desenvolvimento territorial e, sobretudo, da adoção da concepção pluralista da sociedade e das políticas públicas, sobretudo sociais, em vistas da democracia.

Isso posto, construiu-se algumas reflexões em torno do diálogo social enquanto instrumento que carece de algumas estratégias enquanto recursos endógenos do território para sua efetivação, como pode causar melhorias para a rede multiatorial de um território e para trajetórias de empoderamento do próprio território. Com base nessa proposta discorreu-se sobre a construção do papel do ator social, a construção de um processo concertativo, sobre o capital social enquanto uma das estratégias territoriais, o fortalecimento das arenas de *policy network* e sobre o associacionismo como outro recurso endógeno que pode fomentar trajetórias mais robustas de desenvolvimento territorial.

Assumindo este viés mais propositivo, refletiu-se sobre alguns caminhos principais e básicos para o reconhecimento de associações mais fortalecidas a fim de relacionar como tais propostas poderiam contribuir para a percepção do eixo territorial enquanto desafio e possibilidade de mudança.

No que concerne às configurações estudadas de diálogo social, explorou-se uma forma muito particular de concertação social, por considerar o jogo, o pertencimento e a permanência dos atores de modo mais elástico, menos programático. Por este motivo, apropriou-se sobre as implicações trazidas no conceito de concertação social de um modo mais objetivo, da forma em que o mesmo se apresenta enquanto estratégias de diálogos sociais entre os atores sociais envolvidos com as demandas sócioterritoriais. Dessa lógica, houve um direcionamento para as propostas que tais estratégias podem viabilizar de forma a construir caminhos mais seguros de implementar os resultados de um modo mais concreto do diálogo social multiatorial. Tratou-se, então, de analisar os instrumentos que são inerentes ao processo concertativo e que são relativos aos pactos sócioterritoriais.

Tais conceitos e estratégias foram tomados como caminhos que podem ser refletidos, discutidos e amadurecidos pelos atores sociais do Território, posto que facilitam o processo do diálogo social, como também garante e institucionaliza instrumentos que são frutos dos acordos e alianças estabelecidas em arenas políticas. Isso possibilita transferir o diálogo entre atores em desacordos, de diferentes perspectivas ideológicas para dispositivos que objetivam estabelecer, do grupo para o próprio grupo, diversas formas como contratos, acordos, diretrizes, entre outros com a mesma finalidade. Percebeu-se ser uma das estratégias de fomentar, de uma forma horizontal, democrática e participativa, uma possibilidade de colocar os atores sociais para dialogarem sobre as trajetórias e instrumentos necessários à construção de melhorias territoriais e enfrentar uma cultura estabelecida por meio de uma rede desconexa e fragmentada.

É importante registrar que este trabalho também foi desafiador para o próprio pesquisador, pois permitiu a aprendizagem de um processo de pesquisa que tem os fenômenos sociais como eixos que permeiam as problematizações. De outra parte, assumir um viés propositivo é sempre desafiador e ousado, se assim podemos nos referir, frente à complexidade inerente às realidades sociais e subjetividades presente em todo processo, seja de pesquisa ou de análise. Projetar perspectivas, ainda que busquem e se aproximem das dimensões da prática e da utilidade para a sociedade, requer uma redução cognitiva que nem sempre é confortável para o pesquisador, mas que aqui foi percebido como necessária para pequena e humilde *transformAÇÃO*.

O estudo e a intervenção na realidade social possuem raízes quase míticas e sabe-se que qualquer projeção sobre a realidade possui os seus limites, dado o caráter de imprevisibilidade da história, por mais teorias que a literatura ofereça. Nada pode explicar tudo, assim como nada pode controlar tudo. O mesmo raciocínio se aplica ao diálogo social e a qualquer tentativa de desenhá-lo rigidamente. Mas, pelo contrário, é possível discutir e propor diretrizes que possam facilitar o diálogo e promovê-lo sem determinar o seu fim, suas palavras e dinâmicas de resposta.

Uma busca metodológica de diálogo social amplia as possibilidades de desenvolvimento através da mobilidade social e da participação efetiva, explora processos de construção coletiva, apoia-se no caráter substituível das intervenções e pode funcionar como uma verdadeira e promissora arena discursiva territorial.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel C. de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **Geografia: Ciência da Sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. Editora Atlas, São Paulo, 1987.

ARAÚJO, Edgilson Tavares de, MELO, Vanessa Paternostro, SHOMMER, Paula Chies. **O Desafio da Sustentabilidade Financeira e suas Implicações no Papel Social das Organizações da Sociedade Civil**. In: CONFERÊNCIA LATINOAMERICANA Y DEL CARIBE – INTERNACIONAL SOCIETY FOR THIRD SECTOR RESEARCH (ISTR), 5. 2005, Lima, Peru, Anais. Lima: ISTR, 2005 (Cd-rom).

ARMANI, Domingues. **Mobilizar para Transformar: a Mobilização de Recursos nas Organizações da Sociedade Civil**. São Paulo: Petrópolis; Recife, PE: Oxfam, 2008.

BONENTE, Bianca Imbiriba, ALMEIDA FILHO, N. **Anais do Encontro Nacional da Sociedade de Economia Política**, São Paulo, 2007;.

BONFIM, Natanael Reis. **Noção Social do Território: Em Busca de um Conceito Didático em Geografia. A Territorialidade**. 1ª Ed. Ilhéus: Editus, 2009.

BOULLOSA, Rosana. (Prelo) **Che tipo di innovazione stiamo vivendo? Le politiche urbane di regolarizzazione fondiaria in Brasile**. Milano: Franco Angeli, 2008.

_____. **Materiais didáticos da disciplina Políticas Públicas e Sociais da Graduação Tecnológica em Gestão Pública e Gestão Social**. Universidade Federal da Bahia, 2006;

_____. **Materiais didáticos da disciplina Políticas Públicas e Sociais da Graduação Tecnológica em Gestão Pública e Gestão Social**. Universidade Federal da Bahia, 2009- 2010;

BOULLOSA, Rosana e ARAÚJO, Edilson Tavares de. **Avaliação e Monitoramento de Projetos Sociais**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

BORZEL, T.A. “**What's So Special About Policy Networks?**”. An Exploration of the Concept and Its Usefulness in Studying European Governance, European Integration online Papers (EIoP), Vol.1. 1997.

BRANDÃO, Maria A. (Org.), Ana Clara T. Ribeiro, Armen Mamigonian, Atílio A. Boron, Carlos Walter Porto Gonçalves, Fernando Pedrão, Manoel Correia de Andrade, Maria Adélia A. de Souza, etc. **Milton Santos e o Brasil**. Ed. Perseu Abramo, 2004

CASTRO, Iná Elias de. **O problema da escala**. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SÃO CRISTÓVÃO. **Sociedade e Representação, Defesa e de Assistência Comunitária de São Cristóvão**, 2006,2009 e 2011;

DALLABRIDA, Valdir Roque, BUTTENBENDER, Pedro Luis, IMMITCH, Aloisio, MANTOVANI, Cezar Antonio, HOFER, Claudio, ROTA, Edemar, RAMBO, Jorge, e KOHLER, Romualdo. **Planejamento Estratégico Territorial: Um Processo de Concertação**, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e4-03.pdf>> Acessado em 20/07/2011.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Dinâmica Territorial do Desenvolvimento: sua compreensão a partir da análise de um âmbito espacial periférico**. Santa Cruz do Sul (RS), Universidade de Santa Cruz do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, 2005 (Tese de Doutorado).

DALLABRIDA, Valdir Roque. **A Gestão Social dos Territórios nos Processos de Desenvolvimento Territorial: Uma Aproximação Conceitual**. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, segundo semestre de 2007.

DEPONTI, Cidonea Machado e ALMEIDA, Jalcione. **Sobre o Processo de Mediação Social nos Projetos de Desenvolvimento: Uma Reflexão Teórica**. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco: UFRGS/PGDR, 2008. Disponível em : <<http://www.sober.org.br/palestra/9/82.pdf>>. Acessado em 19 de julho de 2011.

DIAS, Leila Christina, SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. RECOLE, J. P. **Geografia Quantitativa**. Instituto Brasileiro de Geografia, 1995.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de e LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GIULIANI, Marco. **"Policy Network"**. in Capano, Gilberto e Giuliani, Marco (orgs.) Dizionario di politiche pubbliche. Milano: Carocci, 2002. 2a ed.

GOBBI, B.C.; SILVA, C. R.; SIMÃO, A. A. **O Uso da Análise de Conteúdo como uma Ferramenta para a Pesquisa Qualitativa: descrição e aplicação do método**. Universidade Federal de Lavras. Org. rurais agroin. Lavras. v.7, n. 1. MG: 2005.

GONZÁLEZ, F. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade**. São Paulo: Thomson, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LAGES, Vinicius, BRAGA, Christiano, MORELLI, Gustavo (Org); SACHS, Ignacy, prefácio. **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: RelumeDumará/Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988. 263 p.

LIDER COMUNITÁRIO TEVE CORPO QUEIMADO DURANTE MANIFESTAÇÃO. **Jornal A Tarde**. Salvador, 18/02/1992, 14 – Polícia. Autor desconhecido.

LIMA, Maria da Paz Campos, NAUMANN, Reinhard. **Pactos Sociais em Portugal: da legitimação de projetos políticos globais à negociação de reformas das “relações industriais”?** IV Congresso Português de Sociologia, Lisboa.

MACHADO, Lia Osório. **Origens do Pensamento Geográfico no Brasil: meio tropical, os espaços vazios e a idéia de ordem**. In: CASTRO, Iná Elias et alii. Geografia Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - **PRONASCI**. Disponível em:

<http://portal.mj.gov.br/pronasci/data/Pages/MJF4F53AB1PTBRIE.htm>> Acessado em 02/02/2011.

PROGRAMA DE SÃO CRISTÓVÃO SAIU. **Jornal A Tarde**, p. 03-04, Salvador, 22/07/1970. Autor desconhecido.

PUTNAN, Robert D. **Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna**. 5ª Ed. R J.: Editora FGV, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. Série Temas, vol. 29, Geografia e Política. Editora Ática S. A. Paris: 1980.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica**. 5ª Ed. São Paulo: Loyola, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções sobre Território**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michele. **Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial**. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 31, p.

3-16, 2009. Disponível em:<<http://www.agbpb.com/doc/CPG31A-3.pdf>> Acessado em 25 julho 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, Razão e emoção.** 4ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____, Milton. **Por uma geografia nova.** São Paulo. Hucitec, 1980.

_____, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, SILVEIRA, Maria Laura (org.) **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo. Hucitec, 1994.

_____, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. **Território e Sociedade no Início do Séc. XXI.** 10 Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.** Disponível em: <http://www.sedes.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=49> Acesso em 15 julho 2011

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** 15ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____. **O Declínio do Homem Público: as Tirantias da Intimidade.** São Paulo: Schwarcz, 1988.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e, SILVA, Barbara-Christine Nentwing. **Estudos sobre Globalização, território e Bahia.** 2ª Ed. Salvador: UFBA, 2003.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias. Porto Alegre, jul./dez. 2006, ano 8, nº 16, , p. 20-45.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O Território: sobre Espaço e Poder. Autonomia e desenvolvimento.** In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e Filosofia: **contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

STEFANES, Luiz. Áreas de Preservação são Ocupadas em São Cristóvão. **Jornal a Tarde**, Salvador, 27/11/1998. Nº 5444, p. 03.

TAPIA, Jorge Ruben Biton. **Desenvolvimento Local, Concertação Social e Governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália.** São Paulo em Perspectiv, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 132-139, jan./mar., 2005.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel político das associações.** In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

ANEXO 1: QUADRO DAS REPORTAGENS DE 1969 A 2010

FONTE	DATA	CONTEÚDO DA REPORTAGEM	TEMA
Jornal A Tarde	14/05/1969	Reportagem sobre violência no bairro – assalto	Violência
Jornal A Tarde	16/06/1970	Reportagem informa sobre a utilização da água do rio de São Cristóvão para condução a outros lugares da cidade como o Largo do Tanque	Recursos Naturais do Território
Jornal da Bahia	22/07/1970	Reportagem fala sobre o dia 25/07 , dia do padroeiro dos motoristas, São Cristóvão, e da sua comemoração que já acontece desde 1941 . Entretanto, a comemoração ganhou maior representatividade em 67 , quando a data foi ratificada pelo Governo Federal .	Evento Simbólico do Território
Jornal da Bahia	26 e 27/07/1970	Comemoração do Dia de São Cristóvão na Bahia que, segundo a reportagem, já existe há 29 anos . O instituidor na Bahia foi o pároco da freguesia Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa, e a entronização da imagem de São Cristóvão foi realizada no Sindicato dos Motoristas Autônomos. Muitos carros que passavam na Igreja da Conceição da Praia eram abençoados pelo padre.	Evento Simbólico do Território
Jornal da Bahia	15/08/1970	Vítima de atropelo em São Cristóvão	Acidente devido aos problemas de Infraestrutura
Jornal da Bahia	27/08/1970	Vítima de atropelo na Frederico Pontes	Acidente devido aos problemas de Infraestrutura
Jornal da Bahia	12/09/1970	Vítima de violência no bairro - assalto	Violência
Correio da Bahia	21/07/1980	Acidente na via principal que divide São Cristóvão em dois lados periféricos, devido à inexistência de passarela no local .	Acidente devido aos problemas de Infraestrutura
Correio da Bahia	26/07/1980	Festa do Padroeiro São Cristóvão - protetor dos motoristas. Entretanto, era realizada sempre na igreja da Conceição da Praia e não no próprio bairro .	Evento Simbólico do Território
Correio da Bahia	08/11/1980	O Governador ACM instituiu um Programa Integrado de Atendimento às Necessidades Básicas de Saúde e Saneamento da Periferia de Salvador , através do Decreto 27.213 de 30/01/80 para atender diversos, inclusive SC, tendo como um dos objetivos implantar um posto de saúde .	Implementação de Instrumentos de PP do Governo
Correio da Bahia	22/11/1980	Inauguração de Centro de Atendimento à população de bairro, do governo de Kertész para estabelecer comunicação direta com as comunidades	Implementação de Instrumentos de PP do Governo
Correio da Bahia	08/12/1980	Implantação da primeira fase do Programa de Atendimento as Necessidades Básicas de Saúde e Saneamento	Implementação de Instrumentos de PP do Governo
Correio da Bahia	15/12/1980	O Programa de Atendimento as Necessidades Básicas de Saúde e Saneamento da Periferia de Salvador inicia a primeira etapa em SC.	Implementação de Instrumentos de PP do Governo
Jornal A tarde	21/06/1982	Promessas de políticos, moradores líderes fazendo campanha para vereadores em troca de apoio e defesa dos projetos de São Cristóvão, ausência de infraestrutura, transportes, água encanada.	Problemas com a Infraestrutura

Jornal A Tarde	16/05/1983	Ausência de Saneamento e Infraestrutura causando doenças em crianças e adultos, ausência de transportes.	Problemas com a Infraestrutura
Correio da Bahia	27/07/1985	Reportagem sobre falecimento de uma criança afogada em uma cisterna em SC	Acidente
Correio da Bahia	29/07/1985	Notícia de comemoração do padroeiro dos motoristas com a participação da Igreja e da Comunidade , com barracas e bandas de músicas, com a informação de que a festa existe há quatro anos , criada pela Igreja e entidades da comunidade.	Evento Simbólico do Território com enfoque para articulação entre Igreja e outros atores sociais
Jornal A Tarde	06/01/1986	Denúncia dos moradores quanto ao descaso do governo de Salvador à ausência de condições mínimas de sobrevivência com: existência de cisternas, ratos e outros animais nas ruas sem saneamento, sem transportes. A comunidade informou reorganizar a Sociedade Recreativa e de Defesa do Bairro de São Cristóvão.	Problemas Com a Infraestrutura / Reorganização da Sociedade Recreativa e de Defesa do Bairro de São Cristóvão
Tribuna da Bahia	29/08/1990	Melhorias nas ruas de São Cristóvão, com terraplanagem, implantação de rede de esgotos em algumas ruas.	Implementação de Instrumentos de PP
Jornal A Tarde	18/02/1992	Retrata a manifestação iniciada pelo Presidente da Associação Recreativa SC, sobre a infraestrutura piorada com as chuvas ocorridas naquela ocasião, acentuando ainda mais a convivência de crianças e a população em geral com lixos, lamas e detritos, acusando a inércia do órgãos do Governo diante da situação e da prefeitura que largou o serviço incompleto de drenagem. O líder convidou a comunidade do Parque de SC, a Associação da Iolanda Pires e a comunidade de SC para a mobilização, entretanto o ex-integrante da CUT e seus seguidores do Conjunto Habitacional provocou mas violência incendiando objetos que atingiu extensa área do corpo do líder da Associação Recreativa. Uma das principais solicitações deste líder é a conclusão das obras da Praça Matriz, rua Osvaldo Godilho e, rua Pedro Cachoeira.	Manifestação dos Atores
Jornal A Tarde	24/08/1992	Invasão de terras sob a liderança da Sra. Zulmira Santos	Manifestação dos atores - invasão de terras
Jornal A Tarde	12/12/1995	Denúncia contra INFRAERO devido a falta de apoio, inundação das casas por ausência de manutenção das valas de responsabilidade da Empresa	Manifestação dos Atores contra a ausência de ações de entidades adjacentes
A Tarde	13/03/1996	Aponta SC como uma síntese dos problemas que afetam, via de regra, os bairros periféricos de Salvador. Informa uma população que ultrapassa 70 mil habitantes, e problemas como saúde, saneamento e segurança. A rua Osvaldo Godilho, que é caminho para as escolas do bairro, está sem iluminação. Cita a rua da Adutora onde o esgoto corre a céu aberto. O radialista proprietário da rádio comunitária alternativa, ex-presidente da Associação dos Moradores, denuncia a construção de casas ao longo da valeta que corta o bairro até o Rio Ipitanga, o que dificulta a passagem de máquinas para limpeza, trazendo problemas para época de chuvas intensas. Comenta sobre a desmobilização da comunidade que deixaram	Manifestação dos Atores devido a Problemas com Infraestrutura

		desativada a Associação dos moradores, não conseguindo nem garantir o policiamento que, na delegacia, não tem viatura e quase não funciona. Fechou a agência do Banco do Brasil e os transportes não atendem a população com suficiência.	
A Tarde	21/12/1996	Inauguração de rua de SC	Implementação de Instrumentos de PP
Bahia Hoje	27/02/1997	Critica a falta de infraestrutura, com também a falta de segurança e lazer, rede de esgoto, asfaltamento, iluminação, deslizamento de terra, entupimentos das bocas de lobo, abandono pelos poderes públicos. Revela a história do bairro com as seguintes informações chaves: criado há 52 anos, com quase 90 mil habitantes, a rua adutora tem o maior problema de rede de esgotos, a construção do bairro em uma área, originalmente, de uma fazenda, crescimento desordenado fez com que surgissem novos espaços incorporados, como a Lessa Ribeiro criada há cinco anos, onde ficava a Construtora José Lessa Filho.	Problemas de Infraestrutura
Jornal A Tarde	04/07/1997	Ausência de saneamento básico causa problemas de saúde e inundações nas residências da população na Lessa Ribeiro, Boa Vista e Parque São Cristóvão. Reclamação dos moradores acerca do descaso das autoridades desde quando passou para administração de Salvador – Governo Imbassaí	Problemas de Infraestrutura
Jornal A Tarde	26/07/1997	Manifestações de outras localidades de São Cristóvão por não ter recebido nenhuma melhoria, estando em completo abandono, reunião com os moradores locais, o representante da Federação de Associações de Bairro, a Comissão de Terra, vereador e a Prefeitura para tratarem da infraestrutura.	Manifestação dos Atores e articulação com outros atores coletivos
Correio da Bahia	02/08/1997	Crescimento das periferias da Yolanda Pires, Beira rio e Nova Esperança prejudicam ainda mais os entupimentos das valetas, e ausência de ações e apoio do Aeroporto com a situação do bairro – Governo Imbassaí.	Manifestação dos Atores devido a Problemas de Infraestrutura e expansão populacional do Território
Jornal A Tarde	20/09/1997	Ausência de saneamento, reclamação dos moradores quanto à administração de Salvador em comparação com a de Lauro de Freitas. Visita de ACM para entregar novo loteamento popular decorrente do Programa Viver Melhor.	Manifestação dos Moradores devido a Problemas de Infraestrutura/ Implementação de Instrumentos de PP
Jornal A Tarde	06/09/1997	Comunidade participa de mutirão para urbanização de São Cristóvão	Manifestação dos Atores Internos
Correio da Bahia	18/11/1997	Jardim das Margaridas ganha recapeamento das pistas e iluminação – Governo Imbassaí/ACM	Implementação de Instrumento de PP
Jornal A Tarde	06/04/1998	Assaltos e violência na passarela de São Cristóvão “Medo de assaltantes deixa Paralela vazia”, assalto aos comerciantes.	Violência
Jornal A Tarde	05/06/1998	Reportagem retrata ação da SUCOM em demolir barracos em construção e desabitados na beira do riacho localizado no Parque de SC que, segundo o	Manifestação dos Atores Sociais contra Problemas

		órgão, estão em local de alto risco. A Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social entrará em contato com as famílias já residentes para avaliar uma solução. A ação foi fruto de denúncia da Associação Cultural e Recreativa do Parque de SC.	de Infraestrutura
Jornal A Tarde	27/11/1998	Áreas públicas e de preservação ambiental sendo ocupadas irregularmente no Parque de São Cristóvão por quase 50 famílias e alguns da comunidade local reagindo com abaixo-assinado para denúncia ao MP, cuja justificativa era o aumento da violência já existente no bairro e a insegurança , sendo citado o caso do comerciante local morto em assalto com a bala na cabeça. Esses moradores ainda reclamaram que a própria Associação do Parque, de constituição irregular, também se ocuparam de uma sede no local e que por não estar ativada, não pode intervir na situação.	Manifestação dos Atores devido a Problemas de Infraestrutura
Jornal A Tarde	24/07/1998	Reportagem fala da preocupação do presidente da Associação do Parque São Cristóvão , e da comunidade com a situação do bairro. Segundo o presidente, os maiores problemas são o transporte deficiente, a falta de policiamento e de garis, a inexistência de redes de esgotos, e a pavimentação precária das ruas. Ainda sob sua fala, comenta que os morado pagam a pessoas para fazer a limpeza. Os assaltos são constantes e a qualquer hora do dia. Um comerciante foi assaltado 11 vezes. Lembra parceria entre associação e igreja para fazer a festa na frente da praça da matriz.	Manifestação de Ator Social devido a Problemas de Infraestrutura/ Evento Simbólico do Território com enfoque para articulação entre Atores
A Tarde	17/04/1999	A reportagem denuncia que há quase duas décadas a situação de SC é alvo de manifestações dos moradores , e foi noticiada 28 vezes pelo Jornal A Tarde , chamando a atenção para a necessidade de reestruturação das suas principais ruas: São Geraldo, São Roque, Adutora do Joanes, Lauro de Freitas, 2 de Julho, Santa Bárbara, e Três de Maio. A Rua Adutora foi denunciada há 17 anos e é mantida da mesma forma nesta data. A rua levou esse nome quando a Embasa implantou vários tubos de água no local e não realizou obras de pavimentação e por isso se formou esgoto a céu aberto, causando um ambiente extremamente propício a doenças, motivo que talvez explique o aparecimento de meningite, hanseníase e cólera no local. Moradores antigos disseram que enviam cartas à Prefeitura desde 1985 sobre o assunto. O bairro já pertenceu a Lauro de Freitas, mas desde o início da década de 80 passou para o município de Salvador. Denuncia que Imbassaí e Paulo Souto já estiveram lá e prometeram que o Natal de 97 deles seria resolver o problema de SC. O bairro nasceu em torno de 1925, ano de fundação do Aeroporto, na localidade chamada Santo Amaro de Ipitanga, na época era cheia de Cascalhos, por isso era conhecido como Cascalheira. No mesmo local tinha a fazenda do latifundiário do Pedro Cacheira que foi vendida pela Imobiliária Pindorama. Por causa do morador Antônio Ferreira que era devoto de São Cristóvão e possuía a imagem , reunindo moradores em sua residência para oração, o bairro levou o nome do santo. Crítica a existência de um único posto de saúde com 6 profissionais de saúde para cerca de 150 mil habitantes,	Problemas de Infraestrutura/ Instrumentos de PP dos atores sociais locais/denúncia histórica dos moradores acerca da realidade local

		restando um médico para cada 30 mil habitantes. A reportagem se refere ao Padre e a Associação dos Moradores, e informam o tempo que reclama sobre o bairro e não obtém respostas do governo. Acrescenta que a instituição católica atendia 560 crianças do bairro cujos recursos eram provenientes da Pastoral da Criança, e aponta o saneamento, a segurança, escassez de escolas públicas e o tráfico de drogas entre jovens.	
Jornal A Tarde	16/06/2000	Assalto	Violência
Jornal A Tarde	20/06/2000	Violência	Violência
Jornal A Tarde	23/06/2000	Violência	Violência
Correio da Bahia	07/07/2000	Problemas no serviço de fornecimento de água de São Cristóvão	Problemas de Infraestrutura
Correio da Bahia	08/07/2000	Reconstrução de algumas pistas de SC, visita de Embaixá para acompanhar as obras	Implementação de Instrumentos de PP provenientes do Governo
Correio da Bahia	09/07/2000	Ausência de serviços de saúde 24 horas. Conjunto São Cristóvão, Bela Vista, União Paraíso contam ainda com serviço de uma parteira que era líder da Associação da União Paraíso. A mesma dá entrevista afirmando que a construção do muro de São Cristóvão foi objeto de discussão entre “a Conder e a liderança comunitária”. “Se não tivesse o muro a pista (Paralela) já teria se transformado em depósito de lixo ou já estaria totalmente danificada” – líder da associação.	Problemas de Infraestrutura
Correio da Bahia	26/07/2000	Festa do padroeiro	Eventos Simbólicos do Território
Jornal A tarde	24/08/2000	Abandono de ruas de SC	Problemas de Infraestrutura
Jornal A Tarde	02/09/2000	Violência	Violência
Correio da Bahia	07/09/2000	Tráfico de Drogas	Tráfico de Drogas
Jornal A Tarde	11/09/2000	Abandono das ruas de SC, riscos de assalto	Violência
Correio da Bahia	19/09/2000	Violência, assaltos	Violência
Correio da Bahia	22/09/2000	Violência	Violência
Correio da Bahia	04/10/2000	Melhorias para o bairro no governo de Embaixá	Implementação de Instrumentos de PP proveniente do Governo
Correio da Bahia	06/10/2000	Violência no bairro e atropelos em decorrência da falta de infraestrutura	Violência e Problemas de Infraestrutura
Correio da Bahia	21/10/2000	Violência no bairro	Violência
Correio da Bahia	03/11/2000	Violência	Violência
Correio da Bahia	08/11/2000	Problemas de infraestrutura, esgoto, saneamento básico	Problemas de Infraestrutura e
Correio da Bahia	12/11/2000	Moradores se reunindo para formar associações de comerciantes com o objetivo de fortalecer o mercado local.	Manifestação de Atores Locais

Correio da Bahia	21/11/2000	Assalto	Violência
Correio da Bahia	02/02/2001	Mercado ilegal e tráfico em SC	Tráfico de Drogas
Correio da Bahia	19/02/2001	Violência	Violência
Correio da Bahia	18/03/2001	Violência	Violência
Jornal A Tarde	21/03/2001	Tráfico de Drogas	Tráfico de Drogas
Correio da Bahia	07/04/2001	Violência	Violência
Correio da Bahia	17/04/2001	Tráfico de Drogas	Tráfico de Drogas
Correio da Bahia	03/05/2001	Violência	Violência
Correio da Bahia	10/05/2001	Violência	Violência
Correio da Bahia	13/05/2001	Tráfico de Drogas	Tráfico de Drogas
Jornal A Tarde	06/06/2001	Problemas com Infraestrutura no Vale das Dunas	Problemas de Infraestrutura
Correio da Bahia	03/07/2001	Violência	Violência
Correio da Bahia	05/07/2001	Violência	Violência
Correio da Bahia	17/07/2001	Violência, população denuncia falta de policiamento	Violência/Ausência de Serviço de Segurança
Correio da Bahia	18/07/2001	Violência Familiar	Violência
Correio da Bahia	18/07/2001	Problemas de Infraestrutura alaga residências	Problemas de Infraestrutura
Correio da Bahia	24/07/2001	Festa do padroeiro	Evento simbólico do Território
Correio da Bahia	26/07/2001	Festa do Padroeiro	Evento simbólico do Território
Jornal A Tarde	27/07/2001	Problemas de Infraestrutura	Problemas de Infraestrutura
Correio da Bahia	28/07/2001	Violência Familiar	Violência
Correio da Bahia	30/07/2001	Violência	Violência
Jornal A Tarde	03/08/2001	Roubo de fios de cobre no Aeroporto – policiais apreenderam responsáveis em SC	Investigação Policial sobre roubo na pista aeroportuária prende suspeitos em SC
Jornal A Tarde	13/08/2001	Manifesto dos moradores por melhorias no fornecimento de água e construção de quadra poliesportiva	Manifestação dos Atores Sociais devido a Problemas de Infraestrutura
Jornal A Tarde	08/09/2001	Violência	Violência
Jornal A Tarde	11/09/2001	Violência, assassinato	Violência
Jornal A Tarde	19/09/2001	Problemas na infraestrutura, ausência de manutenção, esgotos estourados	Problemas de Infraestrutura

Jornal A Tarde	21/09/2001	Falta de infraestrutura em Cassange, sem água encanada, sem saneamento básico, sem transporte.	Problemas de Infraestrutura
Correio da Bahia	23/09/2001	Violência	Violência
Jornal A Tarde	24/09/2001	Violência - assalto	Violência
Correio da Bahia	12/10/2001	Violência Familiar	Violência
Jornal A Tarde	15/10/2001	Violência familiar	Violência
Correio da Bahia	18/10/2001	Violência – Gangue de menores em assalto	Violência
Correio da Bahia	25/10/2001	Violência	Violência
Jornal A Tarde	29/10/2001	Violência	Violência
Correio da Bahia	03/12/2001	Violência	Violência
Jornal A Tarde	11/12/2001	Presidente da Associação de Moradores denunciam ação de policiais contra moradores, policiais alegaram procurar marginais	Violência causada pela Polícia com os moradores de SC
Correio da Bahia	13/12/2001	Violência Familiar	Violência
Correio da Bahia	19/12/2001	Violência	Violência
Correio da Bahia	31/12/2001	Violência	Violência
Jornal A Tarde	31/12/2001	Terminal de Mussurunga não atende a população de São Cristóvão, demora nos ônibus	Serviço das adjacências não atende a população de SC
Correio da Bahia	30/04/2002	Violência Familiar	Violência
Correio da Bahia	03/06/2002	Violência	Violência
Correio da Bahia	09/08/2002	Violência	Violência
Correio da Bahia	02/10/2002	Violência, assassinato	Violência
Correio da Bahia	12/10/2002	Violência	Violência
Correio da Bahia	21/10/2002	Violência	Violência
Correio da Bahia	23/10/2002	Violência Familiar	Violência
Correio da Bahia	31/10/2002	Violência com assassinato	Violência
Correio da Bahia	01/11/2002	Violência	Violência
Jornal A Tarde	24/07/2003	Festa do Padroeiro	Evento Simbólico do Território
Correio da Bahia	24/10/2003	Violência	Violência
Correio da Bahia	27/10/2003	Violência, assalto	Violência
Correio da Bahia	24/01/2004	Roubo de Carro	Violência
Correio da Bahia	25/07/2004	Festa do padroeiro	Evento Simbólico do Território
Correio da Bahia	26/07/2004	Violência, assassinato	Violência

Bahia			
Correi da Bahia	28/07/2004	Denúncia contra a situação de ruas de SC ainda não pavimentadas	Problema com a Infraestrutura
Correio da Bahia	28/07/2004	Assalto e tentativa de assassinato	Violência
Correio da Bahia	17/09/2004	Violência, assassinato	Violência
Correi da Bahia	18/09/2004	Violência Familiar	Violência
Jornal A Tarde	15/03/2005	Violência	Violência
Correio da Bahia	27/03/2005	Manifestação da Associação dos Moradores sobre mudança de ponto de transporte para atender ao Shopping de SC	Manifestação dos Atores Sociais
Correio da Bahia	31/03/2005	Violência	Violência
Correio da Bahia	01/04/2005	Violência	Violência
Correio da Bahia	03/07/2005	Violência, assassinato	Violência
Correio da Bahia	25/07/2005	Festa do Padroeiro	Evento Simbólico do Território
Correio da Bahia	26/07/2005	Festa do Padroeiro	Evento Simbólico do Território
Correio da Bahia	29/01/2006	Violência	Violência
Correio da Bahia	15/03/2006	Violência	Violência
Correio da Bahia	25/03/2006	Violência, assassinato	Violência
Correio da Bahia	16/07/2006	Violência, assassinato	Violência
Jornal A Tarde	18/07/2006	Violência	Violência
Correio da Bahia	25/07/2006	Festa do Padroeiro	Evento Simbólico do Território
Correio da Bahia	26/07/2006	Violência	Violência
Correio da Bahia	27/07/2006	Violência Familiar	Violência
Jornal A Tarde	28/07/2006	Violência	Violência
Correio da Bahia	04/09/2006	Violência	Violência
Correio da Bahia	08/09/2006	Violência	Violência
Correio da Bahia	11/09/2006	Violência, assassinato	Violência
Correio da Bahia	23/09/2006	Violência, assassinato	Violência
Correio da Bahia	27/09/2006	Violência, assassinato	Violência
Jornal A Tarde	28/09/2006	Violência familiar	Violência
Correio da Bahia	04/11/2006	Violência, assassinato	Violência
Correio da Bahia	21/11/2006	Violência	Violência
Correio da Bahia	17/03/2007	Moradores de SC armados e com identidade falsa de policial	Violência
Correio da Bahia	26/03/2007	Violência, assassinato, tráfico de drogas	Violência e Tráfico de

			Drogas
Correio da Bahia	27/03/2007	Violência, assassinato	Violência
Correio da Bahia	28/03/2007	Violência, assassinato, bala perdida	Violência
Correio da Bahia	01/06/2007	Violência, assalto	Violência
Correio da Bahia	26/06/2007	Violência	Violência
Correio da Bahia	28/06/2007	Tráfico de drogas	Tráfico de Drogas
Correio da Bahia	07/07/2007	Manifestações de moradores sobre aumento da violência em SC e adjacências	Manifestação dos Atores Sociais
Correio da Bahia	07/07/2008	Violência	Violência
Correio da Bahia	10/07/2007	Violência decorrente de “vingança contra policiais e ameaças aos moradores policiais”	Violência
Correio da Bahia	16/07/2007	Manifestação dos moradores contra a violência de SC e a Associação reivindica a criação de um centro comunitário	Manifestação dos Atores Sociais acerca da Reorganização da Associação de Moradores
Correio da Bahia	17/07/2007	Violência, tráfico de drogas	Violência, Tráfico de Drogas
Correio da Bahia	17/07/2007	Violência, ameaça de grupo de traficantes contra moradores com suspeita de apoio aos policiais, puseram incêndios em algumas residências	Violência
Correio da Bahia	26/07/2007	Protesto dos moradores e líder comunitário da Associação dos Moradores contra falta de segurança no bairro e consequente aumento do índice de violência, assassinato	Manifestação dos Atores Sociais contra a Ausência de Serviço de Segurança
Correio da Bahia	27/07/2007	Problemas de infraestrutura, esgoto a céu aberto, alagamentos, ruas sem pavimentação no Parque de São Cristóvão	Problemas de Infraestrutura
Correio da Bahia	29/07/2007	Violência, briga entre gangues	Violência
Correio da Bahia	07/08/2007	Violência	Violência
Correio da Bahia	09/08/2007	Violência	Violência
Correio da Bahia	20/08/2007	Violência	Violência
Correio da Bahia	23/08/2007	Moradores de Stella Maris acusam moradores de SC de assaltos no bairro, através da passagem existente nas dunas	Manifestação de Estigma contra SC
Correio da Bahia	26/08/2007	Problema de infraestrutura e festa do padroeiro	Evento Simbólico do Território e Manifestação dos Atores contra a Infraestrutura Local
Correio da Bahia	27/08/2007	Manifestação dos moradores contra a violência, abandono das dunas passou a ser rota de fuga para ladrões	Manifestação dos Atores Sociais
Correio da Bahia	01/12/2007	Festa do padroeiro, denúncia acerca da ausência de espaços e de lazer e de cursos profissionalizantes para	Evento Simbólico do Território /

		combater a violência dos jovens, histórias do Bairro	Manifestação dos Atores
Correio da Bahia	2/12/2007	Violência	Violência
Correio da Bahia	19/05/2008	Violência	Violência
Correio da Bahia	04/07/2008	Violência	Violência
Correio da Bahia	29/07/2008	Manifestação dos moradores por um posto de saúde 24h.	Manifestação dos Atores Sociais
Jornal A Tarde	08/11/2008	História do Surgimento de SC, manifesto sobre a ausência de opções de lazer	Manifestação dos Atores Sociais
Correio da Bahia	25/05/2009	Violência	Violência
Correio da Bahia	27/08/2009	Festa do Padroeiro	Evento Simbólico do Território
Correio da Bahia	08/03/2010	Violência	Violência
Jornal A Tarde	13/07/2010	Manifestação dos Moradores contra impunidade dos poderes públicos referente ao assassinato de um irmão do líder da associação do Loteamento Ipitanga do Parque de SC	Manifestação dos Atores Sociais contra a Violência Local
Jornal A Tarde	24/07/2010	Problemas na Infraestrutura, alagamento e acúmulo de lixos	Problema de Infraestrutura
Jornal A Tarde	26/07/2010	Festa do Padroeiro	Evento Simbólico do Território
Jornal A Tarde	28/07/2010	Problemas de Infraestrutura e serviços públicos em geral no bairro	Problemas de Infraestrutura
Correio da Bahia	04/09/2010	Violência	Violência
Jornal A Tarde	13/09/2010	Crescimento comercial de SC e problemas com o trânsito local	Expansão do mercado de SC e Problemas de Infraestrutura
Jornal A Tarde	19/10/2010	Problemas com a infraestrutura, ausência de transportes coletivos suficientes para atender a população e alagamentos	Problemas de Infraestrutura
Tribuna da Bahia	23/11/2010	O Conselho dos Moradores contestaram com o Presidente da Câmara Municipal acerca da manutenção do rio Ipitanga e a construção do mercado municipal	Manifestação dos Atores Sociais
Jornal A Tarde	07/12/2010	Denúncia acerca passarela de SC não concluída trazendo ainda mais risco à população.	Manifestação dos Atores Sociais

ANEXO 2 – Roteiro da Entrevista Semiestruturada com os Moradores do Território de São Cristóvão

1. Quanto tempo mora no bairro?
2. Em que lugar de São Cristóvão você mora?
3. Trabalha? Aonde?
4. Quais os problemas de São Cristóvão que você vivenciou no período de sua chegada ao bairro (na década de 70/80/90)?
5. A comunidade já se reunia para discutir os problemas? Existiam associações? Eram reuniões periódicas ou eventuais?
6. Nessa mesma época, quais as instituições existentes no bairro que promoviam ações sociais?
7. Qual a principal característica ou palavra que vem na memória ao ler cada uma das comunidades relacionadas abaixo.
 - a. Conjunto Habitacional
 - b. Parque São Cristóvão
 - c. Lessa Ribeiro
 - d. Beira Rio
 - e. Colina do Rio
 - f. União Paraíso
 - g. Dunas do Abaeté
 - h. Iolanda Pires
 - i. Beco do Bozó
 - j. Travessa São Geraldo
 - k. Condomínio Juliana
 - l. Abduutora
 - m. Bate Coração
8. Qual é a mais antiga?
9. Na sua opinião, quais dessas comunidades possuem o maior índice de violência?
10. Existem comunidades cujo trânsito de pessoas não é livre e precisa de algum tipo de autorização para o acesso de pessoas de fora da comunidade? Em caso positivo, qual?
11. Como você caracterizaria a relação entre as subcomunidades de São

Cristóvão?

12. Para você, qual dessas comunidades está mais desenvolvida em termos estruturais e sociais, e, em contraposição, qual a menos estruturada?
13. Quais comunidades possuem associações e quais são elas?
14. Na sua opinião, qual a associação mais organizada?
15. Qual das associações é a que possui o maior número de moradores envolvidos com as atividades?
16. Qual dessas associações possui menor participação nos trabalhos sociais?
17. Você percebe união entre as associações no desenvolvimento de trabalhos sociais no bairro?
18. Aponte qual o problema do bairro que mais atinge a comunidade e precisa de uma solução mais imediata?
19. Em comparação com a história do bairro, qual a sua opinião sobre a situação de violência hoje em São Cristóvão?
20. Em relação as ações sociais investidas no bairro, qual a associação que primeiro vem a memória quando você pensa no trabalho social realizado pelas associações presentes no território?
21. Atualmente, quais as instituições existentes no bairro que promovem as ações sociais?
22. Você ou alguém que conhece já participou de alguma associação de São Cristóvão?
23. Em caso afirmativo, o que levou você/ou conhecido a participar da associação? E se já se desvinculou, o que motivou do afastamento?
24. Qual a sua opinião sobre o trabalho desenvolvido pelas igrejas e pelas associações e o conselho do bairro?
25. Você percebe o envolvimento das associações, dos conselhos e das igrejas trabalhando em conjunto no bairro? Por qual motivo?
26. Se você fosse presidente do Conselho qual a primeira atitude que tomaria para o crescimento do bairro?
27. Quais as iniciativas futuras que você considera importantes para o melhoramento das condições ou mesmo para o desenvolvimento do bairro?
28. Imaginemos três desenhos para retratar a história, situação atual e o futuro do bairro. Qual imagem que você pensa de imediato nessas três situações?

ANEXO 3: Roteiro da entrevista em profundidade (não estruturada)

1. Identificação do ator, contatos e tipologia;
2. Qual o papel da instituição no território, desde quando está lá? (ator e organização);
3. Qual o problema matriz de São Cristóvão?
4. Qual o conceito de desenvolvimento para o ator?
5. Qual a minha percepção deste ator?
6. Como as decisões são tomadas na instituição?
7. Conhece outras instituições governamentais e não-governamentais que atuam no território?
8. Qual o cenário futuro?
9. Que relações mantém com os demais atores e que relações são essas?
10. História de São Cristóvão;
11. Existem outras instituições religiosas presentes no território?
12. Observações.

ANEXO 4: Relato da Oficina com Dinâmica de Grupo

Passou-se uma tarefa de identificação por todos os componentes sobre os projetos que, segundo cada um deles, seriam os mais importantes para o território. Em seguida, pediu-se ao grupo para chegar ao consenso, ou maioria democrática, de três projetos considerados prioritários por todo o grupo, diante das vinte opções levantadas pelos próprios componentes.

No segundo momento, diante da dificuldade de responder a tarefa, foram direcionadas algumas questões que deveriam ser discutidas conforme as visões do grupo, por meio da construção de um símbolo representativo do território de São Cristóvão no qual estaria o registro da opinião de todos. As perguntas tiveram os seguintes direcionamentos:

- o que é preciso para que este conselho seja um representante efetivo e legitimado pela sua comunidade?
- quais as estratégias possíveis para a construção de um processo de trabalho das associações capaz de fortalecer este conselho e fomentar a articulação com os parceiros e atores?
- qual a sensação que aparece ao se relacionar e dialogar com as outras associações quando não se chega a um acordo?
- quais as dificuldades percebidas para o funcionamento das associações e do Conselho?

Ao final desta técnica, pediu-se ao grupo para concluir com a reconstrução da história de São Cristóvão através da dinâmica ali vivenciada, na qual cada um contribuía com um trecho da narração, iniciando-se pelo texto: “era uma vez um território onde as pessoas perceberam que era necessário se juntar para transformar, e foram surgindo muitas associações, poucas e primeiras associações surgiram, então...”.

ANEXO 5: FOTOS DA PESQUISA DE CAMPO



